



**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ  
FACULDADE CEARENSE - FaC  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ALINE MARIA DA SILVA**

**NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS: PERCEPÇÕES DE ALUNAS(OS)  
COM DEFICIÊNCIA VISUAL OU FÍSICA SOBRE ACESSIBILIDADE  
EM SEU COTIDIANO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR**

**FORTALEZA  
2014**

ALINE MARIA DA SILVA

**NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS: PERCEPÇÕES DE ALUNAS/OS COM DEFICIÊNCIA VISUAL OU FÍSICA SOBRE ACESSIBILIDADE EM SEU COTIDIANO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR**

Monografia submetida à aprovação do Curso de Serviço Social do Centro de Ensino Superior do Ceará Faculdade Cearense - FaC, como requisito parcial para obtenção do grau de Graduação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Esp. Talitta Cavalcante Albuquerque Vasconcelos

FORTALEZA  
2014

S586n Silva, Aline Maria da

Nada sobre nós, sem nós: percepções de alunas/os com deficiência visual ou física sobre acessibilidade em seu cotidiano educacional no ensino superior / Aline Maria da Silva. – Fortaleza; 2014.

107f.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Esp. Talitta Cavalcante Albuquerque Vasconcelos.

Trabalho de Conclusão de curso (graduação) – Faculdade Cearense, Curso de Serviço Social, 2014.

1. Ensino superior. 2. Pessoa com deficiência. 3. Acessibilidade. I. Vasconcelos, Talitta Cavalcante Albuquerque.  
II. Título

CDU 364

ALINE MARIA DA SILVA

**NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS:  
PERCEPÇÕES DE ALUNAS/OS COM DEFICIÊNCIA VISUAL OU FÍSICA SOBRE  
ACESSIBILIDADE EM SEU COTIDIANO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Faculdade Cearense – FaC, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Esp. Talitta Cavalcante Albuquerque Vasconcelos  
(Orientadora) – Faculdade Cearense

---

Professora Ms. Francisca Marcia Mourão Pereira  
(1ª examinador) – Faculdade Cearense

---

Professor Ms. Jefferson Falcão Sales  
(2ª examinador) - Faculdade Cearense

À todas/os as/os companheiras/os com deficiência da Faculdade Cearense que dedicaram o seu tempo e paciência me proporcionando momentos únicos de perceber-los mais de perto e assim ter a oportunidade de concretizar esta pesquisa que do começo ao fim recebeu os mais diversos sentimentos humanos.

“Reconhecer a perícia e a autoridade das pessoas com deficiência é muito importante. O movimento das pessoas com deficiência se resume em falar por nós mesmos. Ele trata de como é ser uma pessoa com deficiência. Ele trata de como é ter este ou aquele tipo de deficiência. Ele trata de exigir que sejamos respeitados como os verdadeiros peritos a respeito de deficiências. Ele se resume no lema Nada Sobre Nós, Sem Nós”.

(Tom Shakespeare)

## AGRADECIMENTOS

A gente só conhece bem as coisas que cativou – disse a raposa. Os homens não têm mais tempo de conhecer coisa alguma. Compram tudo já pronto nas lojas. Mas, como não existem lojas de amigos, os homens não têm mais amigos. Se tu queres um amigo, cativa-me!

(O pequeno príncipe)

Com essa belíssima reflexão da raposa, amiga, exageradamente sensível e poeta, do meu amado pequeno príncipe início os agradecimentos cautelosamente cativados durante o tempo de formação profissional e por que não dizer, uma formação também pessoal e humana?

Durante esses 4 (quatro) anos de formação, fortaleci relacionamentos e conheci pessoas espetacularmente maravilhosas que contribuíram de forma direta e indireta para o meu crescimento, amadurecimento e que, por tantas vezes, foram colo, sorriso, apoio, consolo, distração, troca de experiências, amor mútuo e incondicional nesse cotidiano que cansa e tantas vezes se desloca e quer nos descolorir diante das múltiplas fases que são essências na vida acadêmica, pois enriquecem a alma e fortalecem o desejo de se tornar um profissional comprometido, ético, combativo e coerente com a luta do povo.

Início agradecendo a minha família, em especial a minha amada mãe Maria Luiza Ribeiro da Silva e meu estimado pai Luiz Caetano da Silva, que tantas vezes mesmo não entendendo os processos que vivenciei e vivencio, com os estresses e as noites não dormidas, sempre foi um suporte quando mais precisava apoiando-me de forma tão singular e significativa em minha vida.

Agradeço a meu companheiro, Marcelo Michiles, que trouxe junto com o seu amor tão bem embalado em minha vida, uma militância desejada ao meu coração, trazendo-me experiências únicas e ricas para minha formação. Além de ter me acompanhado com paciência e respeito em cada etapa vivenciada desse processo de escrita do trabalho de conclusão.

Agradeço imensamente as minhas amigas Isabela Farias e Geany Rancan, que são luz de uma amizade verdadeira que ultrapassa qualquer dificuldade e distância. Agradeço porque souberam suportar e compreender as minhas ausências e tantas vezes me escutaram e me deram amor de uma forma que jamais esquecerei, são experiências vivas da palavra “cativar”.

Agradeço as minhas amigas que fiz nessa trajetória em sala de aula, de apresentação de trabalhos, estudos “organizados” onde tivemos a oportunidade de

trocar experiências insubstituíveis que sempre serão lembradas nas andanças da nossa vida, em especial a Francisca Odacilda (Cida), Brena Tâmara, Suyanny Pereira, Irlene Silva, Suzane Targino, Marquilene Rocha, Kelliane Bruno, Kênia Chaves, Maiara Kelly, Darlene Serra e Tayane Stefane.

Agradeço as amigas e aos amigos que fiz na trajetória do movimento estudantil de Serviço Social e no Centro Acadêmico de Serviço Social da Faculdade Cearense (CASS-FAC), em especial a gestão a “Luta não para” e “Não acomodar com o que incomoda” que foi um marco em minha vida e certamente cativamos um ao outro de forma que manteremos um vínculo duradouro que perpassa a estrada profissional, pois se consolidaram em amizade. Em especial e representando a todas e todos as/os camaradas as minhas grandes amigas Monique Vieira, Tamiris Diniz, Isalenny Gonçalves e Emilie Kluwen.

Agradeço a todas e todos as/os professores que foram sujeitos de minha formação e que contribuíram de forma particular no meu amadurecimento, de forma especial aqueles que fiz questão de tê-las e tê-lo no momento mais especial de um estudante que é a defesa do TCC (Trabalho de conclusão de Curso). Agradeço assim a ilustríssima professora Marcia Mourão, o fantástico professor Jefferson Sales e a minha querida e amada orientadora que me ensinou muito Talitta Albuquerque.

Agradeço as minhas companheiras e meus companheiros de militância do Não Vote! Lute! e do Fórum Permanente Pelo Passe Livre (FPL), do Espaço Libertário, dos Centros Acadêmicos de Serviço Social de Fortaleza e Região Metropolitana, bem como ao movimento estudantil de forma geral. Agradeço imensamente a Comunidade Católica Rahamim de Fortaleza e Curitiba que por muito tempo foi um grande apoio em minha vida.

E por fim, agradeço a todas/os que vierem a ler esse trabalho, que foi feito com muito amor e dedicação.

Os homens esqueceram essa verdade - disse a raposa. Mas tu não a deves esquecer. Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas. Tu és responsável pela tua rosa. (O pequeno príncipe)

Por um mundo onde sejamos  
Socialmente iguais,  
Humanamente diferentes e  
Totalmente livres.

(Rosa Luxemburgo)

## RESUMO

A presente investigação acadêmica tem como objetivo geral conhecer as percepções de estudantes com deficiência acerca de seu cotidiano educacional no ensino superior e, de forma específica, entender concepções sobre acessibilidade; identificando, a partir de suas falas, os desafios que se fazem presentes na aprendizagem, a fim de refletir sobre estratégias de superação. Este trabalho de conclusão de curso possui abordagem qualitativa através de pesquisa bibliográfica, documental, estudo de campo, utilizando como técnica para coleta de dados a observação simples e a entrevista semiestruturada, que foi realizada no período de uma semana, nos dias 06 a 10 de outubro de 2014. Foram realizadas entrevistas com 06 (seis) estudantes regularmente matriculadas/os na Faculdade Cearense (FAC), sendo 03 (três) pessoas com deficiência física e 03 (três) com deficiência visual. A estrutura desta produção acadêmica está dividida em três capítulos. Primeiramente, são apresentadas as motivações que levaram à escolha do tema, possibilitando um breve passeio pela história do campo estratégico deste trabalho: a Faculdade Cearense, além de delimitarmos quais os sujeitos da pesquisa e a metodologia aplicada. No segundo capítulo, é feito um breve resgate histórico do Ensino Superior no Brasil, além da realidade desse ensino privado, apontado sua expansão, assim como as fragilizações existentes, trazendo algumas ponderações sobre as pessoas com deficiência no ensino superior. O terceiro capítulo traz um relato sobre a história de lutas das pessoas com deficiências visual e física, apontando dificuldades, desafios e direitos que foram conquistados no âmbito da acessibilidade. Este capítulo também é dedicado à pesquisa de campo, apresenta os dados coletados durante as entrevistas, dialogando com autores renomados e conhecedores do tema. Nas considerações finais, ressalta-se a importância de se escutar a percepção dos estudantes com deficiência quanto à acessibilidade e à influência da formação do curso de Serviço Social na luta e efetivação dos direitos sociais, expondo o desejo de que outras pesquisas possam ser realizadas como desdobramento das informações aqui contidas. Desejamos que este estudo oxigene a reflexão da direção e coordenação da Faculdade Cearense e propicie melhorias em sua estrutura física e técnica, tornando-a mais acessível às pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Ensino Superior. Pessoa com Deficiência. Acessibilidade.

## RÉSUMÉ

Cette recherche universitaire a comme objectif principal connaître les perceptions des étudiants handicapés sur leur routine d'enseignement dans l'enseignement supérieur et, plus précisément, à comprendre les concepts sur l'accessibilité; identifier, à partir de son discours, les défis qui sont présents dans l'apprentissage, de réfléchir sur les stratégies d'adaptation. Cet article présente une approche qualitative à travers la littérature, documents, l'Étude de terrain et utilise comme technique de collecte de données la simple observation et d'entrevue semi-structurée, qui a été menée dans la période d'une semaine dans la journée pour le 06 au 10 Octobre 2014. Nous avons interviewé six (06) étudiants inscrits dans Faculdade Cearense (FAC), et trois (03) personnes handicapées physiques et trois (03) ayant une déficience visuelle. La structure de cette production académique est divisée en trois chapitres. Tout d'abord, nous présentons les motivations qui ont conduit au choix du thème, permettant une brève tournée à travers l'histoire de l'orientation stratégique de ce travail: Faculdade Cearense, et qui circonscrivent les sujets et la méthodologie appliquée. Le deuxième chapitre présente un bref historique de l'enseignement supérieur au Brésil, outre le fait que l'enseignement privé, nommé son expansion, ainsi que leurs fragilizações existantes, apportant quelques considérations sur les personnes handicapées dans l'enseignement supérieur. Le troisième chapitre traite de l'histoire de la lutte des personnes handicapées visuelles et physiques, soulignant les difficultés, les défis et les droits qui ont été gagnés en vertu de l'abordabilité. Ce chapitre est également consacré à la recherche sur le terrain, présente des données recueillies lors des entrevues, parler à des auteurs de renom et connaisseurs de thème. Les considérations finales soulignent l'importance d'écouter la perception des étudiants handicapés sur l'accessibilité et l'influence de la formation des cours de service social dans la lutte et la réalisation des droits sociaux, avec l'espoir que davantage de recherche peut être effectuée comme un développement de l'information contenue dans ce document . Cette étude vise à oxygéner le reflet de Faculdade Cearense à conduire des améliorations dans leur structure physique et technique, le rendant plus accessible aux personnes handicapées.

Mots-clés: L'enseignement supérieur. Personnes handicapées. Accessibilité.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Perfil das/os entrevistadas/os .....	25
Gráfico 1 – Tipos de deficiência .....	53
Gráfico 2 – Nível de instrução.....	71
Gráfico 3 – Nível de instrução por região .....	72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD - Associação de Assistência à Criança Defeituosa  
ABBR - Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação  
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ABRADEF - Associação Brasileira de Deficientes Físicos  
AEE – Atendimento Educacional Especializado  
AFR - Associação Fluminense de Reabilitação  
AIPD - Ano Internacional das Pessoas Deficientes  
APAE – Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais  
BPC - Benefício de Prestação Continuada  
CASS- Centro Acadêmico de Serviço Social  
CENESP - Centro Educacional de Educação Especial  
CNE/CP – Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno  
CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência  
CONEB – Conferência Nacional de Educação  
CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração para Pessoa Portadora de Deficiência  
DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior  
EUA – Estados Unidos da América  
FAC - Faculdade Cearense  
FCD-BR - Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil  
FCDD - Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil  
FPL – Fórum Permanente pelo Passe Livre  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBR - Instituto Bahiano de Reabilitação  
IES- Instituição de Ensino Superior  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC – Ministério da Educação

MESS- Movimento Estudantil de Serviço Social  
MG – Minas Gerais  
NBR – Normas Brasileiras  
ONEDEF - Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PCD - Pessoa Com Deficiência  
PEE – Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais  
PEP – Projeto Ético e Político  
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil  
PNE - Plano Nacional da Educação  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PROUNI – Programa Universidade para Todos  
RECC - Rede Estudantil Classista Combativa  
SEESP - Secretaria de Educação Especial  
SESPE - Secretaria de Educação Especial  
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
SUS – Sistema Única de Saúde  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 A Metodologia.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 Motivações para escolha do tema.....</b>	<b>18</b>
<b>2.2 Um passeio pela história do campo de pesquisa (FaC).....</b>	<b>21</b>
<b>2.3 Os sujeitos da pesquisa.....</b>	<b>23</b>
<b>2.4 A metodologia utilizada.....</b>	<b>26</b>
<b>3 O Ensino Superior e a pessoa com deficiência.....</b>	<b>31</b>
<b>3.1 Resgate histórico do Ensino Superior no Brasil.....</b>	<b>31</b>
<b>3.2 Ensino Superior Privado no Brasil: expansão e fragilização.....</b>	<b>39</b>
<b>3.3 Ensino Superior e a Pessoa com Deficiência.....</b>	<b>44</b>
<b>3.3.1 Resgate histórico das pessoas com deficiência ao longo dos séculos.....</b>	<b>44</b>
<b>3.3.2 A inserção de pessoas com deficiência no ensino superior.....</b>	<b>51</b>
<b>4 Pessoa com Deficiência visual e/ou física e a Acessibilidade no Brasil: refletindo sobre a questão.....</b>	<b>55</b>
<b>4.1 Deficiência visual e deficiência física: uma história de lutas.....</b>	<b>55</b>
<b>4.1.1 A deficiência visual.....</b>	<b>55</b>
<b>4.1.2 A deficiência física.....</b>	<b>61</b>
<b>4.2 Acessibilidade no Brasil: dificuldades, desafios e direitos.....</b>	<b>65</b>
<b>4.3 Os caminhos da acessibilidade no ensino superior brasileiro.....</b>	<b>70</b>
<b>4.4 Nada sobre nós, sem nós: relatos dos estudantes com deficiência visual ou física da Faculdade Cearense.....</b>	<b>79</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>98</b>
<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>106</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada “Nada sobre nós, sem nós: percepções de alunas(os) com deficiência visual e física sobre acessibilidade em seu cotidiano educacional no ensino superior” traz uma instigante aproximação sobre as temáticas interligadas: ensino superior, acessibilidade e pessoas com deficiência. Tendo por objetivo geral conhecer as percepções de estudantes com deficiência acerca de seu cotidiano educacional no ensino superior e, de forma específica, entender concepções sobre acessibilidade; identificando, a partir de suas falas, os desafios que se fazem presentes na aprendizagem, a fim de refletir sobre estratégias de superação.

O desejo pela pesquisa surgiu a partir de um desabafo e partilha de uma pessoa com deficiência em uma Assembleia Geral de alunas(os) da Faculdade Cearense, realizada no segundo semestre do ano letivo de 2013, organizada pelo Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) dessa instituição de ensino superior (IES) durante a gestão “A luta não para!” do Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS) e que teve como foco a escuta das necessidades e demandas dos estudantes para a melhoria da faculdade.

Acessibilidade sempre foi um tema que despertou meu interesse em ser pesquisado, porém até o momento da referida Assembleia ainda não havia escolhido a direção que seguiria enquanto pesquisadora, mas a partir da escuta da experiência e necessidade daquele sujeito percebi que a temática era interessante como pesquisa, de forma que viesse a contribuir para assegurar direitos das/os estudantes com deficiência, contribuindo ainda com o debate necessário sobre acessibilidade, que deve ser pensado e discutido com a sociedade de modo geral.

Assim, falar de pessoas com deficiência é, antes de tudo, perceber que esses sujeitos nem sempre foram tratados como cidadãos(ãs) de direito e a história desse segmento social, que será estudada no segundo capítulo deste trabalho, revela um longo percurso histórico marcado por lutas cotidianas a serem reconhecidas e respeitadas. São gritos de pessoas, por vezes, esquecidas e estigmatizadas por preconceitos de um mundo que supervaloriza a produção, a perfeição e o que se tem para oferecer como força de trabalho. Por outro lado, não podemos dizer que essa história, mesmo recheada de estigmas, permanece

estática. Do contrário, o percurso de uma pessoa com deficiência também é marcada por reivindicações de sujeitos que buscam a igualdade; pelo protagonismo dos movimentos sociais que articulam a participação social das PCD (Pessoas Com Deficiência), fomentando seu processo de autonomia e exigindo a garantia de seus direitos sociais, econômicos e políticos.

No Brasil, podemos dizer que nos últimos 30 anos muitos direitos foram conquistados, seja no campo da educação, do trabalho, da acessibilidade, da assistência social, da saúde, enfim, nos mais diversos âmbitos da sociedade. Porém, ainda existem fragilidades a serem superadas e direitos a serem efetivados e construídos para essa importante parcela de pessoas que possui algum tipo de deficiência. Nos capítulos que decorrem, conheceremos essas conquistas, além dos desafios encontrados na construção de direitos das PCD.<sup>1</sup>

A *priori*, é importante percebermos que, por muito tempo (antes da Constituição Federal de 1988), as pessoas com deficiência eram vistas sob a ótica assistencialista e paternalista em nosso país. Fato demonstrado quando colocada a deficiência como alvo de intervenção de um profissional que buscava corrigir o problema, devendo o sujeito da intervenção se adequar ao modo como a sociedade era construída. Nesse âmbito, havia maior exclusão do que inclusão dessas pessoas, pois não eram respeitadas em sua liberdade, autonomia e individualidade, assim como pela dignidade de ser humano enquanto sujeito de direito. A partir de 1988 iniciam no Brasil avanços que culminaram, mesmo que de forma discreta, com a mudança das ações do Estado brasileiro para esse segmento.

O último censo realizado, em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aplicado em 67,5 milhões de domicílios, informou que de um total de 190.732.694 pessoas, no Brasil, existem aproximadamente 46 milhões de pessoas, isto é, 24% que declararam possuir, no mínimo, um tipo de deficiência das quais foram investigadas, no caso: a visual, a auditiva, a motora e a mental e/ou intelectual e dentre as três primeiras foi verificado o grau de severidade. Desta maneira, observamos a partir desses dados que aproximadamente  $\frac{1}{4}$  da população possui algum tipo de deficiência.

Ainda, segundo este Censo (2010):

A deficiência visual, que atingia 35,8 milhões de pessoas em 2010, era a que mais acometia tanto homens (16,0%) quanto mulheres (21,4%),

---

<sup>1</sup> O assunto será mais aprofundado no tópico 2.3 do capítulo 2 e durante todo o capítulo 3.

seguida da deficiência motora (13,3 milhões, 5,3% para homens e 8,5% para mulheres), auditiva (9,7 milhões, 5,3% para homens e 4,9% para mulheres) e mental ou intelectual (2,6 milhões, 1,5% para homens e 1,2% para mulheres). (Censo Demográfico 2010)

Esse Censo também traz o recorte de PCD em cada região, revelando suas particularidades e apresentando desafios a serem superados por cada localidade, considerando que esses desafios são também afetados pelas condições econômicas desiguais que caracterizam as regiões do país.

Conforme Oliveira (2012), na cartilha do Censo de 2010:

A Região Nordeste teve a maior taxa de prevalência de pessoas com pelo menos uma das deficiências, de 26,3%, tendência que foi mantida desde o Censo de 2000, quando a taxa foi de 16,8% e a maior entre as regiões brasileiras. As menores incidências ocorreram nas regiões Sul e Centro Oeste, 22,5% e 22,51%, respectivamente. (OLIVEIRA, 2012, p.11)

Isso nos leva a uma reflexão do porquê de a região Nordeste ter uma porcentagem tão acentuada. Certamente, podemos vincular, em parte, à incidência de algumas deficiências com as condições de pobreza que sujeitam a população e o desenvolvimento dessa região, tendo em vista o seu contexto histórico marcado pela seca, exploração do trabalhador, desemprego, fome, falta de condições de moradia, dificuldade ou não acesso aos serviços de saúde e outros fatores que podem incidir diretamente na condição de vida e sobrevivência da população.

Delimitando o universo da pesquisa, o IBGE destaca que o Ceará apresenta 2.340.150 de pessoas com deficiência, equivalendo em porcentagem ao número de 27,69%. O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) divulgou que, compilando esses dados, o Ceará supera os índices nordestinos de pessoas com deficiência, que equivale a 26,63% e o nacional, que é de 23,92%. Sobre os dados em porcentagem e número de PCD em Fortaleza, não foi possível adquiri-los, pois não encontramos informações que fossem oferecidas por fontes seguras e conceituadas.

Partindo para a pesquisa no campo da educação e escolarização, o IBGE informou que:

Quando se observa o nível de instrução, a diferença é mais acentuada. Enquanto 61,1% da população de 15 anos ou mais com deficiência não tinha instrução ou possuía apenas o fundamental incompleto, esse

percentual era de 38,2% para as pessoas dessa faixa etária que declararam não ter nenhuma das deficiências investigadas, representando uma diferença de 22,9 pontos percentuais. A menor diferença estava no ensino superior completo: 6,7% para a população de 15 anos ou mais com deficiência e 10,4% para a população sem deficiência. Destaca-se que na região Sudeste 8,5% da população de 15 anos ou mais com deficiência possuíam ensino superior completo. (Censo Demográfico, 2010)

Observamos, segundo o Censo 2010, considerando o nível regional, que o Nordeste contém o maior percentual de indivíduos sem instrução e com o fundamental incompleto em nível de escolaridade, destacando-se uma taxa de 67,7%. Já na Região Sudeste essa taxa baixou para 56,2%, mostrando-se a menor do país. No nível superior, o Nordeste continuou com a menor taxa (4,0%), já o Sudeste obteve a maior (8,5%).

Os dados expostos pelo documento citado leva-nos à reflexão sobre como estão se processando as políticas públicas para os sujeitos desta pesquisa, em especial a política de educação. Como chegar ao ensino superior e conquistar outras esferas que são de direito dos cidadãos se existem limitações desde a base do ensino? Como a acessibilidade está sendo percebida e garantida (ou não percebida e garantida) a esses estudantes?

Desta forma, a partir dos dados mencionados, destacamos a relevância científica da pesquisa, que se processou tendo como sujeitos 06 (seis) alunas(os) com deficiência visual e física, da Faculdade Cearense (FaC), instituição de ensino superior privada, localizada na cidade de Fortaleza, Ceará, utilizando uma abordagem qualitativa, pesquisa documental, bibliográfica e estudo de campo, tendo sido aplicada como técnica de coleta de dados a observação e a entrevista semiestruturada, realizada no mês de outubro de 2014.

Para tanto, a presente pesquisa acadêmica está dividida em três capítulos, nos quais buscamos de forma clara e objetiva facilitar a compreensão do leitor sobre os conteúdos e reflexões aqui contidos. No primeiro capítulo, apresentamos as motivações que nos levaram à escolha do tema, realizamos um breve percurso pela história do campo estratégico desta pesquisa: a Faculdade Cearense (FAC), pois percebemos ser importante ao leitor entender a realidade que será investigada. Também, faremos uma delimitação de quem são os sujeitos da pesquisa, sinalizando características, deficiências e questões que abordem suas realidades, bem como informando ao leitor sobre a metodologia utilizada.

No segundo capítulo, contextualizamos historicamente o ensino superior no Brasil, trazendo também a realidade do ensino superior privado, apontando sua expansão no atual contexto de privatização e enxugamento das ações do Estado, refletindo sobre as fragilidades desse ensino. Essa contextualização é de fundamental importância para se compreender a temática no cenário atual e a percepção da totalidade, possibilitando indispensáveis reflexões sobre o direito à educação para todos.

No terceiro capítulo, será descrita a trajetória da pessoa com deficiência visual e física, refletindo sobre acessibilidade no Brasil. Nesse capítulo, encontramos a história de lutas das PCD visual e física, além de relatar as dificuldades, desafios e direitos que foram conquistados no âmbito da acessibilidade; assim como nos debruçamos nesse capítulo sobre a pesquisa de campo, refletindo sobre as falas dos sujeitos em constante diálogo com autores que discutem o tema.

Por fim, ressaltamos que a pesquisa possui relevância social perante os dados já mencionados que qualificam o desejo de, a cada dia, podermos fortalecer a luta por uma sociedade mais igualitária. Desejamos que, através deste trabalho, muitos se sintam oxigenados e representados nas lutas dos companheiros com deficiência, fomentando, assim, novas discussões sobre o tema.

## 2 A Metodologia

Este capítulo aborda as motivações que levaram à escolha do tema estudado, assim como um pequeno estudo sobre o campo de pesquisa, indicando algumas de suas características relevantes, traçando o perfil dos entrevistados para que possamos ampliar a dimensão sobre quem são os sujeitos que se dispuseram a contribuir com esse trabalho, bem como traremos os métodos utilizados para dar o teor científico e acadêmico ao estudo.

### 2.1 Motivações para escolha do tema

*[...] Meu outro desafio é me ver lá fora trabalhando com minha prótese.*  
(Frida, Aluna entrevistada)

O sistema capitalista tem como uma de suas características a busca exacerbada pelo lucro, pela mão-de-obra abundante e barata e pela delimitação de padrões nos mais diversos âmbitos da vida humana, o que afeta profundamente as relações sociais, que passaram a ser marcadas por preconceitos historicamente construídos.

O curso de Serviço Social traz em sua formação uma perspectiva crítica, histórica e dialética, com princípios pautados em um código de Ética do Serviço Social<sup>2</sup> e um Projeto Ético Político (PEP)<sup>3</sup> que defende intransigentemente os direitos humanos e, portanto, entende que a efetivação plena desses direitos somente será possível a partir da construção de outra sociabilidade.

Como estudante de Serviço Social inconformada, não silencie diante da barbárie implantada por um sistema que oprime aqueles que não estão dentro dos perfis moldados e que exclui e estigmatiza parte significativa da sociedade, a exemplo de idosos e pessoas com deficiência (PCD), por estigmatizá-los como

---

<sup>2</sup> O atual Código de Ética Profissional dos Assistentes (Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão) foi aprovado em 15 de março de 1993, depois de várias lutas e modificações.

<sup>3</sup> O projeto profissional que foi construído no contexto histórico de transição dos anos 1970 aos 1980, num processo de redemocratização da sociedade brasileira, recusando o conservadorismo profissional presente no Serviço Social brasileiro (Teixeira e Braz, 2009). Constata-se o seu amadurecimento na década de 1990, período de profundas transformações societárias que afetam a produção, a economia, a política, o Estado, a cultura, o trabalho, marcadas pelo modelo de acumulação flexível (Harvey) e pelo neoliberalismo (CRESS, 17a Região).

quem não contribui ou já não mais contribui para a economia, vendendo sua força de trabalho.

Nos anos de 2009 a 2011, realizava aos domingos um trabalho social junto a uma comunidade de periferia do bairro onde moro, desenvolvendo um trabalho com crianças em situação de vulnerabilidade social. Foi nesse período que conheci uma criança linda que tinha deficiência visual. Eu ficava impressionada com a inteligência daquele pequeno que corria, andava de bicicleta e ao longe reconhecia minha voz, gritando: “Tia Aline chegou!!!” Era muito triste perceber que por sua deficiência, as demais crianças o rejeitavam e não o aceitavam nas brincadeiras onde diziam que “ele não pode brincar, ele não enxerga, ele vai atrapalhar” e, tantas vezes, ele mesmo ficava no canto, pegava um carrinho, às vezes a bola e brincava sozinho.

Sempre buscava dar o máximo de atenção àquele pequeno, que deixava meu coração tão apertado por entender que sofria com o preconceito, mesmo as crianças muitas vezes não tendo noção do que faziam. Lembro-me de ficar brava quando presenciava algumas situações de desconforto por essa exclusão e, imediatamente, lançava uma explicação moralizante para que esse tipo de situação não fosse reproduzido, porém foram tantas as vezes, que ficávamos brincando de bola, comendo bolo e nos divertindo da nossa maneira. Aquela criança me ensinou a ver o mundo mesmo no escuro, enxergar cores e saborear guloseimas de uma forma magnífica. Foi ali que senti uma necessidade enorme de um dia poder estar na defesa dos seus direitos, de combater o preconceito social existente contra as pessoas com deficiência e, junto com elas, desbravar o mundo, mostrando que somos todos diferentes, porém iguais em essência.

Sendo assim, sempre manifestei interesse nos estudos sobre o universo do indivíduo com deficiência, apesar de não ter nenhuma relação familiar com pessoas que possuam algum tipo de deficiência - além da memória que trago sobre o garotinho citado no parágrafo anterior e uma amizade afetuosa de um amigo que também é deficiente visual total -, tenho um olhar sensível para esses sujeitos por perceber a carga de dificuldades diárias enfrentadas no seio dessa sociedade, alicerçada no modo de produção capitalista, onde aquele que não gera lucro, de algum modo, tem uma expressão quase de excomunhão ante o que é colocado como “ser normal”.

Diante do exposto, vários foram os espaços que despertaram meu interesse em realizar a pesquisa de campo e assim fundamentar meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mas foi através de uma assembleia de alunos, no ano letivo de 2013, que foi articulada pelo Centro Acadêmico do Curso de Serviço Social - gestão “A Luta não para”, audição e debates sobre as necessidades e demandas expostas pelos acadêmicos de todos os cursos da instituição, com os quais tive a possibilidade de compartilhar os desafios enfrentados por uma estudante deficiente visual, que expôs suas necessidades, como sujeito de direito no espaço do ensino superior. Seu relato mostrava as dificuldades de acessibilidade dentro da faculdade. Foi nesse momento que surgiram questionamentos sobre o assunto e, então, vagamente, comecei a pensar sobre a possibilidade de estudar esse tema.

Meu companheiro, que já conhecia minha curiosidade pelo assunto, foi um dos grandes fomentadores da concretização dessa pesquisa, pois me instigou a pensar na delimitação de meu objeto de estudo. Após a assembleia já mencionada, em um momento informal, tive a oportunidade de dialogar um pouco mais com a estudante citada. Foi, então, que compreendi que ali nascia meu objeto de estudo e que, de alguma forma, essa investigação seria uma forma de expor as angústias pontuadas naquela conversa.

A escolha pela IES FAC se deu justamente pelo fato desse relato mencionado ter ocorrido na instituição, além da facilidade de aproximação que certamente eu teria, tendo em vista que estou diariamente presente no campo escolhido, pois também sou aluna da referida faculdade. Essa aproximação com o campo facilitou a minha observação, a abordagem com os sujeitos da pesquisa, além de que é do meu interesse ser o local da minha graduação coerente e acessível a todos os meus companheiros.

Os dados mencionados, relativos ao quantitativo de pessoas com deficiência no Brasil na introdução deste trabalho também foram relevantes para fortalecer ainda mais a minha escolha sobre a temática e o campo escolhido, pois é perceptível que a inserção de pessoas com deficiência no ensino superior ainda é bem pequena, pelos mais diversos contextos e motivos os quais pretendemos refletir nessa investigação.

Refletindo sobre o tema com minha orientadora, achamos interessante ter como objetivo geral entender e conhecer as percepções de estudantes com deficiência visual e física acerca de seu cotidiano educacional no ensino superior.

Foi a partir dessa visualização geral que pude dar as diretrizes a essa construção científica. Para facilitar o desenvolvimento dos passos que seriam necessários para a apresentação de um trabalho coerente e que atendesse minimamente o espaço que envolve essa temática, orientei-me por três objetivos específicos: conhecer as concepções dos sujeitos da pesquisa sobre acessibilidade; identificar, a partir dos sujeitos da pesquisa, os desafios que se fazem presentes em seu cotidiano educacional; e refletir sobre as estratégias para superação dos desafios referentes ao seu cotidiano educacional.

A motivação maior desse estudo é a reflexão sobre os desafios vivenciados pelas pessoas com deficiência a partir do que os próprios sujeitos têm a dizer, pois reconhecemos que não há uma forma mais próxima de entender o cotidiano, assim como as limitações encontradas na acessibilidade, sem escutá-los, sem dar voz e vez de expressarem e de indicarem o caminho mais eficaz e correto para atender às suas necessidades - por isso, a escolha do título: “Nada sobre nós, sem nós”<sup>4</sup> citado por muitos escritores em várias publicações que relatam e discutem temas decorrentes de PCD.

Com esse estudo, pretendo contribuir para a efetivação dos direitos bravamente conquistados por essas pessoas no decorrer da história, incluindo a acessibilidade do espaço de instituições de ensino superior, a exemplo da Faculdade Cearense (FaC).

## **2.2 Um passeio pela história do campo de pesquisa (FaC)**

*“Eu considero a FaC uma extensão do meu dia a dia.”*

(Stevie, aluno entrevistado)

Conforme mencionado, o campo estrategicamente escolhido para a realização dessa pesquisa foi a Faculdade Cearense (FaC), instituição de ensino superior privado, na qual sou acadêmica do curso de Serviço Social desde 2010. A escolha dessa IES para ser o campo dessa investigação acadêmica se deu por já conhecer o ambiente e a rotina da instituição, o que facilitou a observação de forma

---

<sup>4</sup> 1986 é a data mais antiga de registro na história do lema “Nada Sobre Nós, Sem Nós”. Este foi o lema com o qual surgiu a ONG Pessoas com Deficiência da África do Sul, o foi adotado em reconhecimento da necessidade de as próprias pessoas com deficiência promoverem diretamente os direitos humanos e o desenvolvimento de todos os sul-africanos com deficiência. (Sasaki, 2007)

mais ampla e detalhada, além de facilitar a aproximação dos sujeitos que pretendíamos entrevistar.

A Faculdade Cearense foi fundada em 2002, na cidade de Fortaleza (Ceará) e está localizada à Avenida João Pessoa<sup>5</sup> situada no bairro Damas, onde possui dois *campi*, atualmente utilizados e um terceiro em processo de construção para utilização futura, todos situados no mesmo logradouro.

No Campus I, sede da instituição, localizam-se as Gestões Acadêmica, Administrativa e Financeira, a Biblioteca, a Ouvidoria e a Pós-Graduação. No Campus II está a Diretoria, a Gestão de Planejamento e Avaliação Institucional (e seus setores), o Setor de Marketing e o Auditório Nilton Lins. O Campus III está em construção e, dessa forma, não temos, até o presente momento, possibilidade de relatar como ele será estruturado (FAC, 2014).

O principal objetivo da instituição é a contribuição para a formação acadêmica e a qualificação de recursos humanos do Estado do Ceará, ofertando cursos de graduação<sup>6</sup>, pós-graduação e extensão universitária.

A instituição visa contribuir com o desenvolvimento do país, referenciando ao Estado do Ceará, onde se preza o ensino ofertado de qualidade no que se refere à infraestrutura física e material para os acadêmicos, qualificação do corpo docente, assim como condições de trabalho para os colaboradores desde a infraestrutura física, material e econômica. Segundo informações contidas no site da instituição, a IES possui instalações equipadas, seguindo o objetivo e características de cada ambiente e informa que contempla os requisitos que são necessários para a acessibilidade de pessoas com deficiência, onde nesse contexto entra minha pesquisa e objeto de estudo nesse TCC.(FAC, 2014).

As salas de aulas são todas climatizadas, possuindo um espaço para um número aproximado de 60 estudantes, com cadeiras razoavelmente confortáveis, banheiros que atendem as necessidades imediatas dos estudantes, possuindo um banheiro acessível para pessoas com deficiência, dispõe de rampas, possui um pequeno espaço de convivência nos dois *campi* utilizados, assim como

---

<sup>5</sup> LOPES, 2013 “em virtude de estar estrategicamente situada na Av. João Pessoa, logradouro de intenso fluxo e fácil acesso, a faculdade abrange um quantitativo significativo de estudantes vindos da região metropolitana da cidade de Fortaleza, como o município de Maracanaú, assim como de bairros situados na região Sul da Capital, como José Walter, Bom Jardim, Parangaba, dentre outros.”

<sup>6</sup> A Faculdade Cearense oferece à comunidade cursos de Graduação nas áreas de Serviço Social, Administração, Ciências Contábeis, Direito, Logística, Pedagogia, Publicidade e Propaganda e Turismo.

estacionamento de pequeno porte, com vagas destinadas para PCD conforme solicita o MEC.

A Faculdade Cearense, segundo informações dos próprios entrevistados, costuma ser indicada para pessoas com deficiência visual e física, pois contém em seu histórico um número de estudantes com deficiência que tem se expandido, apesar de ser um quantitativo pequeno, ainda. Por estar situada em uma avenida de fácil acesso a diversos bairros e terminais de ônibus e sendo caminho para municípios da região metropolitana de Fortaleza - a exemplo de Maracanaú e Redenção -, o número de estudantes dessas regiões é bastante acentuado, sendo um dos fatores que contribuíram significativamente para que os sujeitos da pesquisa a escolhessem para cursar o ensino superior.

### **2.3 Os sujeitos da pesquisa**

*“Todos os desafios que enfrento agora, quando eu me formar, será uma vitória!”*

(Aluna entrevistada Maria)

Os sujeitos desta pesquisa são estudantes regularmente matriculados na Faculdade Cearense, no semestre letivo de 2014.2, que possuem deficiência visual (total ou baixa visão) ou deficiência física (cadeirante ou mobilidade reduzida). Foram contemplados cursos distintos dos dois turnos (manhã e noite) do anexo I da instituição. Destaco que não adotamos a escolha de um *campus* como critério de seleção dos sujeitos, mas coincidentemente o anexo II não foi contemplado tendo em vista que todos os estudantes entrevistados cursam em 2014.2 disciplinas apenas no anexo I.

Atualmente, a FAC possui um total de 09 (nove) estudantes com deficiência visual ou física, porém pelo tempo restrito para a elaboração do TCC, pelos entraves dos dias que passam de forma veloz e a fim de facilitar a localização dos estudantes, assim como a realização das entrevistas e posterior análise das mesmas, decidimos contemplar desse total um número de 06 (seis) estudantes, sendo 03 (três) com deficiência visual e 03 (três) com deficiência física, o que nos deu amplitude para uma análise mais atenciosa e motivação para uma escrita bem fundamentada. A seleção dos estudantes se deu de forma natural, não havendo critérios para além do enquadramento nas deficiências que foram pesquisadas.

A abordagem ocorreu aleatoriamente nos momentos em que houve um encontro pelos corredores da faculdade, onde pude apresentar a cada um os objetivos dessa investigação e logo todos prontamente aceitaram o convite, realizando o agendamento das entrevistas, que foram realizadas no período de uma semana, durante os dias 06 a 10 de outubro de 2014. Vale ressaltar que nos adequamos ao horário disponível de cada estudante, para não haver prejuízos de tempo e de aulas perdidas. A gravação das falas dos entrevistados ocorreu em uma sala de aula que, no momento, não estava sendo utilizada, para que pudéssemos ter privacidade diante do que estávamos expondo.

A cada entrevista, era apresentado ao sujeito o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo explicado o teor da pesquisa, assim como a segurança de que suas identidades seriam resguardadas, além de expor que estavam autorizando a gravação do áudio de suas falas, que seriam posteriormente transcritas e analisadas.

É importante ressaltar que, aos estudantes com deficiência visual, foi enviado anteriormente o termo para seus e-mails particulares a fim de que fossem analisados pelos entrevistados, tendo em vista que a adaptação desse material em Braille não ficou pronto em tempo hábil, pelo fato de ter havido certa dificuldade em encontrar um local que realizasse a impressão de forma financeiramente acessível e no tempo previsto para as entrevistas. Menciono que um dos entrevistados indicou um local para realização das referidas impressões com custo financeiro acessível, mas o tempo estipulado para a entrega do material comprometeria a realização das entrevistas já agendadas e decidi não adiá-las, temendo comprometer o tempo estipulado para concretizá-la.

Para manter a identificação dos estudantes em sigilo, traçamos cada perfil por meio de uma tabela, utilizando nomes fictícios de pessoas com deficiência visual ou física que se destacaram no mundo pela superação e talento, que foram:

- Frida Kahlo: grande pintora mexicana que aos 06 (seis) anos teve poliomielite que lhe trouxe como sequela a perna direita mais fina e curta que a esquerda. Aos 18 (dezoito) anos foi vítima de um acidente que partiu sua coluna, sua pélvis e diversos ossos. Frida passou anos em repouso e recuperação, sentia muitas dores, usava colete ortopédico e foi nesse período que começou a se dedicar à pintura;

- Maria da Penha: em 1983 recebeu um tiro do seu marido enquanto dormia e, como sequela, perdeu o movimento das pernas, ficando paraplégica. Após anos de tortura e várias tentativas de assassinato por parte do seu marido, Maria conseguiu sair de casa e lutar por justiça. Após muita luta, levou o marido a júri, sendo este condenado à prisão. Após longas discussões, o caso Maria da Penha tornou-se a Lei 11.340, que leva seu nome e cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;

- Terezinha Guilhermina: possui deficiência visual e é a atleta paraolímpica, velocista brasileira considerada a mais rápida do mundo, especializada nas corridas de 100, 200 e 400 metros rasos, possuindo em seu curriculum recordes mundiais;

- Ray Charles: foi um grande cantor de *Soul* norte-americano. Perdeu a visão por volta dos sete anos de idade por causa desconhecida. Charles dedicou cerca de 50 anos de sua vida à música, conquistando muitos fãs por seu talento musical belíssimo;

- Marcelo Yuka: conhecido por ter sido um talentoso baterista da banda *O Rappa*. Foi vítima de um assalto no qual acabou sendo baleado pelo assaltante, mudando a sua vida para sempre, pois a lesão o deixou paraplégico. Marcelo tem parte de sua vida contada no documentário “O caminho das setas”.

- Stevie Wonder é um grande cantor que se tornou cego logo após o seu nascimento por consequência do excesso de oxigênio recebido. Stevie é o artista masculino que mais ganhou *Grammys* na história da música, contabilizados em 25 (vinte e cinco) premiações.

Realizado breve relato das personalidades que inspiraram os nomes fictícios de nossos entrevistados, a seguir apresento tabela contendo o perfil dos sujeitos da pesquisa:

ESTUDANTE	FAIXA ETÁRIA	DEFICIÊNCIA	TRABALHO OU ESTÁGIO	É A SUA PRIMEIRA GRADUAÇÃO?	ESTADO CIVIL
Frida	35 a 45 anos	Deficiência física	Estágia	Sim	Casada

Maria	30 a 40 anos	Deficiência física	Trabalha	Iniciou outra graduação, mas não concluiu	Solteira
Terezinha	20 a 30 anos	Deficiência visual	Trabalha e estagia	Sim	Casada
Ray	30 a 40 anos	Deficiência visual	Trabalha	Sim	Solteiro
Marcelo	30 a 40 anos	Deficiência física	Trabalha e estagia	Sim	Casado
Stevie	30 a 40 anos	Deficiência visual	Trabalha e estagia	Iniciou outra graduação, mas não concluiu	Casado

Tabela 1 - Perfil das(os) entrevistadas(os)

## 2.4 A Metodologia Utilizada

*“[...] Hoje, a gente tem um relacionamento sério com o Serviço Social né? Porque você aprende a amar isso aqui!” (Ray, aluno entrevistado)*

Segundo Gil (2002, p. 17), a pesquisa pode ser definida “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Segue refletindo que esta “é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos”.

Dessa forma, para chegar à elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é necessária a utilização de técnicas indispensáveis para obtenção de uma pesquisa científica de qualidade e que possibilite atender aos objetivos propostos na investigação.

Assim, a abordagem escolhida nessa produção acadêmica é de natureza qualitativa, em virtude da condição de aproximação com o sujeito que esta nos proporciona, possibilitando entender suas particularidades e propiciando um olhar que ultrapassa dados numéricos, ou seja, dados quantitativos. Martinelli (1999) diz

que os dados quantitativos “nos instrumentalizam, mas são insuficientes por si sós para nos trazer a possibilidade da construção coletiva.”

Ainda, Goldenberg (2004) aponta que:

Enquanto os métodos quantitativos supõem uma população de objetos comparáveis, os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado. É como um mergulho em profundidade dentro de um grupo "bom para pensar" questões relevantes para o tema estudado. (GOLDENBERG, 2004, p.49-50)

Achamos interessante ressaltar que Goldenberg alerta, também, sobre os riscos de realizar uma pesquisa de cunho qualitativo, apontando fatos como o envolvimento com o objeto de estudo a ponto de alterar conforme seus pensamentos as respostas, influenciá-las, ou até mesmo pela convivência com o tema naturalizar alguns fatos que podem ser importantes. Segundo a autora:

Um dos principais problemas da pesquisa qualitativa está relacionado à certeza do próprio pesquisador com relação aos seus dados. A sensação de dominar profundamente o seu objeto de estudo o faz esquecer que somente uma parte bem reduzida da totalidade está representada nos dados. A consequência é a possibilidade de tentar generalizar dados que se baseiam em análises de determinados casos particulares. O pesquisador corre o risco de usar mais suas intuições do que um quadro de referência teórico apropriado para analisar seus dados. (GOLDENBERG, 2004, p.58)

É importante para o pesquisador ter consciência dos riscos inerentes a sua metodologia de pesquisa utilizada e buscar maturidade durante todo o processo a ser realizado, respeitando o que outrora foi exposto pelos pesquisados. O objetivo da minha pesquisa concorda com que diz Martinelli (1999):

essa pesquisa tem por objetivo trazer à tona o que os praticantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. (MARTINELLI, 1999)

Não há outra forma para apreender o que um estudante com deficiência percebe sobre a acessibilidade em seu ambiente educacional (faculdade), senão por meio de uma aproximação com esse sujeito através de um contato direto, como a própria Martinelli vem orientar. Esse momento de conhecer e escutar o sujeito da pesquisa possibilitou um reconhecimento mais profundo do objeto investigado, conhecendo seu cotidiano, suas percepções sobre acessibilidade, mobilidade urbana, acesso a serviços públicos, dentre outros.

A princípio, utilizamos a pesquisa bibliográfica pelo fato de possibilitar o acúmulo de uma bagagem teórica para obter uma aproximação com o tema estudado, subsidiando os debates sobre as categorias discutidas. Para Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”

Tendo em vista que fizemos um estudo amplo e necessário para poder dar vida e valor científico ao trabalho, a pesquisa bibliográfica nos aproximou das produções de teóricos que discutem o cotidiano da pessoa com deficiência, como os marcos legais de defesa dos direitos desses sujeitos, a sua trajetória, bem como outros fatores essenciais para oferecer uma pesquisa qualificada. Assim, como Gil (2002) continua afirmando, “a pesquisa bibliográfica é também indispensável nos estudos históricos.”

Outro tipo de pesquisa utilizada foi a documental, que se assemelha bastante com a bibliográfica, mas possui especificidades, como apontou Gil (2002). Para o autor, há uma diferença na natureza de ambas, em que “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” Assim, esta se deu no momento em que utilizei gráficos de índices estatísticos coletados no IBGE, documentos oficiais (como legislações voltadas a defesa dos direitos da pessoa com deficiência), além do fato de ter tido acesso a documentos institucionais do campo de pesquisa, para fazer um caminho de conhecimento histórico do local. Desta forma, o autor continua afirmando que:

Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2002, p.51)

Além da pesquisa bibliográfica e documental, utilizei o estudo de campo, tendo em vista que a própria investigação apontou a necessidade de observação do espaço que delimitar como campo de estudo e pelo fato de ser nesse espaço que travamos contato com os sujeitos da pesquisa, pois, de acordo com Gil (2008, p.57), no estudo de campo, “estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. Assim, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de

interrogação.” Essa escolha foi também pela possibilidade da participação no campo ser maior, a probabilidade dos sujeitos da pesquisa oferecerem respostas confiáveis é bem mais alta, como o autor Gil refletiu. No decorrer do presente trabalho, faremos menção à estrutura local e suas adequações às necessidades para pessoas com deficiências.

Como técnicas de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, que, conforme as autoras Boni e Quaresma (2005):

[...] combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. (BONI; QUARESMA, 2005, p.75)

Escolhi esse tipo de entrevista por conter questões abertas que possibilitaram observar e compreender o sujeito da pesquisa de forma que este se sentisse mais livre para respondê-las. O instrumental elaborado está apresentado no apêndice desse trabalho. Acreditamos que por meio dessa técnica foi possível uma coleta de informações que enriqueceram a pesquisa, dando voz aos seus sujeitos, qualificando as informações coletadas, além de possibilitar à pesquisadora perceber reações e intensidade das respostas relatadas pelas(os) pesquisadas(os).

Para operacionalizarmos as entrevistas, foi elaborado um instrumental (roteiro de perguntas) com 27 (vinte e sete) questões, propostas de acordo com os objetivos da pesquisa, de forma clara e acessível. Destaco que esse instrumental utilizado para pessoas com deficiência visual, por sugestão dos próprios estudantes, foi que fôssemos o ledor<sup>7</sup>.

Além das entrevistas, realizamos observação simples, através das quais buscamos conhecer e identificar espaços para observar o cotidiano dos

---

<sup>7</sup> Um dos meios mais utilizados pelos cegos para transpor as dificuldades de leitura é o acesso aos leitores, expressão habitual utilizada para denominar as pessoas que leem em voz alta para o outro que não enxerga. Essa maneira de leitura é muito comum entre os cegos e os seus familiares ou pessoas de convivência, que leem textos em formatos e conteúdos variados (panfletos, livros, outdoors, etc.). (SILVA, 2013)

pesquisados, a fim de obter informações relevantes que nos proporcionasse uma aproximação significativa do tema e com os sujeitos. Assim como afirma Gil (2008):

Por observação simples entende-se aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator. (GIL, 2008, p. 101)

Atendendo aos aspectos éticos da pesquisa, salientamos também que a todos que foram abordados para concederem entrevistas foi entregue um termo de consentimento livre e esclarecido para a realização da entrevista, destacando seu teor, de forma a esclarecer os objetivos dessa investigação e ação ética empregada, caso haja descumprimento do previsto no documento. Todos os sujeitos abordados lançaram prontamente resposta positiva para colaborar com a pesquisa, assinaram o termo e ficaram com uma via, conforme previsto pelo documento. É importante falar que pelo fato de essa pesquisa ser realizada em uma IES, foi solicitada junto à direção da instituição a autorização da aplicação da mesma, que após um longo tempo de avaliação foi concedida para sua realização.

No capítulo seguinte, abordaremos o contexto histórico do ensino superior no Brasil, bem como a questão da expansão da privatização das IES no país, trazendo, ainda, a inserção do estudante com deficiência no ensino superior, refletindo sobre suas lutas históricas para a conquista de seus direitos, incluindo o direito à educação, previsto na Constituição Federal de 1988.

### 3 O Ensino Superior e a pessoa com deficiência

O Brasil é marcado por um atraso significativo em diversos campos da sua construção, onde a história, que não é contada integralmente nos livros de ensino fundamental e médio, é marcada por elitismo, negação de direitos e exclusão social.

A história do Ensino Superior não é diferente, assim, o que aqui propomos é refletir sobre sua concepção e como vem sendo percebida no contexto de investidas neoliberais que, nos últimos anos, avançam cada vez mais em nosso país; bem como mostrar como se deu a inserção das pessoas com deficiência no ensino superior.

#### 3.1 Resgate histórico do Ensino Superior no Brasil

*“É... O convívio acadêmico é enriquecedor [...]”.*  
(Terezinha, aluna entrevistada)

Segundo Paula (2008), as primeiras universidades do mundo foram criadas nos séculos XII e XIII, a exemplo da Universidade de Bolonha no ano de 1190 e a Universidade de Paris, em 1215, ambas no continente europeu – considerado “berço” da “cultura” ocidental. Já no Brasil, falar de ensino superior é perceber que sua criação foi tardia, se comparada à realidade europeia.

Para Durhan (2003), não havia universidades, tampouco qualquer outra instituição de ensino superior no Brasil durante todo o período colonial (1530/1822), fazendo a autora comparação com a América Hispânica, onde desde o início da colonização (XVI) universidades católicas foram criadas. Entretanto, para Cunha (2007), já no século XVI, em 1550, há registros de estabelecimentos de ensino superior no Brasil, os quais jesuítas haviam fundado e estavam à frente do processo educacional.

Nesses estabelecimentos de ensino citados por Cunha (2007), os estudantes eram da elite da época, que eram portugueses nascidos no Brasil, ou seja, filhos de funcionários públicos, de criadores de gado, artesãos e senhores de engenho. O ensino superior ofertado era na área de artes e teologia<sup>8</sup> e, porém,

---

<sup>8</sup> O curso de Artes, também chamado de Ciências Naturais ou Filosofia, tinha duração de três anos. Compreendia o ensino de Lógica, de Física, de Matemática, de Ética e de Metafísica. O curso de Teologia, de quatro anos, conferia o grau de doutor. Em 1553, começaram a funcionar os cursos de Artes e de Teologia. No século XVIII, o Colégio da Bahia desenvolveu os estudos de Matemática a ponto de criar uma faculdade

concluídos na Universidade de Coimbra que ficava em Portugal. Mas esse pré-encontro do Brasil com ares do ensino superior teve seu tempo de evolução finalizado quando a Companhia de Jesus<sup>9</sup> (os jesuítas) foi expulsa pelo Império português (1759), acarretando grandes transformações no panorama escolar da época, cabendo dizer que essa expulsão, ainda segundo o autor, deu-se para que o rei pudesse ter total controle e poder sobre o Estado.

O autor ainda diz que um argumento muito repetido por historiadores, relato no qual acredito, é que Portugal bloqueava o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, para manter a colônia e, assim, também, os colonizados, incapazes de produzir conhecimento, de cultivar e ensinar as ciências, as letras e artes, pois de acordo com Durhan (2003):

A política da coroa portuguesa sempre foi a de impedir a formação de quadros intelectuais nas colônias, concentrando na Metrópole a formação de nível superior. Mesmo a iniciativa jesuíta de estabelecer um seminário que pudesse formar um clero brasileiro, foi destruída, com boa parte do pouco ensino organizado que então havia na colônia, quando ocorreu a expulsão da Companhia de Jesus, efetuada pelo Marquês de Pombal no final do século XVIII. Foi apenas no início do século seguinte, em 1808, quando a Coroa portuguesa, ameaçada pela invasão napoleônica da Metrópole, se trasladou para o Brasil com toda a corte, que teve início a história do ensino superior no país. (DURHAN, 2003, p.03)

Para sermos breves nesse instigante estudo, vamos entrar no ano de 1808, como já citado no trecho acima, datado da chegada da família real portuguesa ao Brasil<sup>10</sup>, período que referencia, de fato, o surgimento das primeiras escolas de ensino superior no país. Se falarmos de universidades, elas são ainda mais recentes, sendo instauradas apenas no século XX, na década de 30.

Para Paula (2008), no início do século XIX, surgiram dois modelos de ensino superior, dos quais foram de grande influência para o Brasil que foram o alemão e o francês. Segundo Coelho e Vasconcelos (2009), o Brasil foi um dos últimos países a criar instituições de ensino superior no contexto da América Latina. É interessante

---

específica para seu ensino. Cursos superiores foram também oferecidos no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Pernambuco, no Maranhão e no Pará. (CUNHA, 2007)

<sup>9</sup> Na Colônia, o ensino formal esteve a cargo da Companhia de Jesus: os jesuítas dedicavam-se desde a cristianização dos indígenas organizados em aldeamentos, até a formação do clero, em seminários teológicos e a educação dos filhos da classe dominante nos colégios reais. Nesses últimos, era oferecida uma educação medieval latina com elementos de grego, a qual preparava seus estudantes, por meio dos estudos menores, a fim de poderem frequentar a Universidade de Coimbra, em Portugal. (SOARES, 2002, p. 25)

<sup>10</sup> 'A Família Real Portuguesa fugiu de Lisboa rumo ao Brasil, para escapar das tropas napoleônicas que haviam invadido Portugal. Quando chegou na Bahia, Dom João VI, então Príncipe Regente, recebeu a solicitação dos comerciantes locais no sentido de ser criada uma universidade no Brasil; para tanto, dispunham-se a colaborar com uma significativa ajuda financeira.' (SOARES, 2002, p.25)

ressaltar que grande parte dos autores que traz esse resgate histórico sobre o ensino superior no Brasil inicia seus textos falando do atraso em mais esse ponto em sua trajetória, relacionada à própria conjuntura política e econômica vivenciada pelo país em cada período de sua história.

Sobre o surgimento dessas instituições no país, Martins (2002) fala que as primeiras escolas de ensino superior foram criadas em 1808 e seria elas a de Cirurgia e Anatomia em Salvador, que atualmente é a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, a de Anatomia e Cirurgia no Rio de Janeiro, atual UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), e a Academia da Guarda Marinha, localizada também no Rio de Janeiro. Após dois anos, foi fundada a Academia Real Militar, atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ. No ano de 1814 foi a vez do curso de Agricultura e da Real Academia de Pintura e Escultura.

Martins (2002) afirma que:

Até a proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito além de garantir prestígio social. Ressalte-se que o caráter não universitário do ensino não constituía demérito para a formação superior uma vez que o nível dos docentes devia se equiparar ao da Universidade de Coimbra, e os cursos eram de longa duração. (Martins, 2002, p.01)

Conforme mencionada acima, a intenção dos colonizadores, quando finalmente trouxeram o ensino superior para o Brasil, era apenas de cunho profissionalizante e de forma isolada. Como diz Martins (2002) “A elite detentora do poder não vislumbrava vantagens na criação de universidades”. Esse período relatado era monárquico e foi de 1808 até o início da república no ano de 1889, não havendo uma grande expansão das instituições de ensino, onde não havia mais de 24 escolas de formação profissional com cerca de 10.000 estudantes, segundo a autora. Para Santos e Cerqueira (2009):

[...] havia somente a preocupação de implantar um modelo de escola autônoma que formasse para as carreiras liberais: advogados, engenheiros e médicos, para atender às necessidades governamentais e, ao mesmo tempo, da elite local. (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p.03)

Segundo Durhan (2003), com a Proclamação da República (1889), houve uma descentralização do ensino superior com a nova Constituição, segundo a qual foi permitida a criação de novas instituições, sejam elas sob o poder público

(estaduais e municipais), bem como por meio da iniciativa privada. A autora continua dizendo que foi a primeira vez que houve a permissão da criação de estabelecimentos confessionais<sup>11</sup> no país.

Durham (2003) destaca que, desde essa época, há a diversificação do sistema de ensino superior que marca ainda hoje a nossa história, existindo instituições públicas e leigas, sendo federais e estaduais, dividindo espaço com instituições de ensino privado, confessionais ou não. A autora afirma que:

Entre 1889 e 1918, foram criadas 56 novas escolas superiores, na sua maioria privadas. Havia, de um lado, instituições católicas, empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público e, de outro, iniciativas de elites locais que buscavam dotar os seus estados de estabelecimentos de ensino superior. Destes, alguns contaram com o apoio dos governos estaduais ou foram encampadas por eles, outras permaneceram essencialmente privadas. (DURHAM, 2003, p. 03)

Caminhando um pouco mais na história, de 1889 a 1930, no período chamado de República Velha, tem-se no Brasil o surgimento das primeiras Universidades. É importante relatar que antes de finalmente ser instituída a primeira Universidade, nesse período ocorreram várias tentativas de implantação, mas que não obtiveram sucesso. A primeira universidade instituída legitimamente e legalmente pelo Governo Federal, apesar das críticas e das restrições feita como fala Fávero (1999), foi a da Universidade do Rio de Janeiro fundada em 1920, sendo a junção de Escolas Politécnicas e o Curso de Medicina do Rio de Janeiro.

Segundo Fávero (1999):

Em decorrência, a 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), considerando oportuno dar execução ao disposto no decreto de 1915. Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características. (FAVERO, 1999, p.22)

Durante a década de 1920, houve mudanças e desenvolvimento na modernização do país; na urbanização e na economia em decorrência da industrialização, revolução cultural e também na educação, havendo reformas em todos os níveis de ensino. Segundo Durham (2003), a grande bandeira levantada foi

---

<sup>11</sup> Por educação confessional entendemos a escola mantida pelas igrejas, na qual não se restringe a educação religiosa, mas estão envolvidos elementos gerais da educação como desenvolvimento da capacidade linguística, ensino de Matemática e outras disciplinas. (Schunemann, 2009)

a do ensino público, universal e gratuito. A autora continua dizendo que a proposta em relação ao ensino superior era substituir escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e da pesquisa, além da formação profissional. O sistema seria necessariamente público e não confessional.

Chegando o ano de 1930, tem-se, então, a Revolução de 30, estabelecendo inicialmente o poder provisório de Getúlio Vargas<sup>12</sup>, provocando uma rachadura no poder das oligarquias, sobretudo as representadas por São Paulo, mas que de fato não significou a extinção da detenção do poder nas mãos das elites do país, mesmo com todas as promessas que envelopavam as propostas e ações de Vargas. Essas bandeiras da reforma educacional citadas no parágrafo anterior também foram levadas e reformuladas durante esse período varguista, porém não foram totalmente contempladas. Durante esse governo, foi criado o Ministério de Educação e Saúde, atualmente chamado MEC<sup>13</sup> e, também, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileira<sup>14</sup> com ajuda de Francisco Campos<sup>15</sup> no ano de 1931, o qual vigorou até o ano de 1961.

Segundo Martins (2002), a reforma realizada por Getúlio, apesar de apresentar avanços, não defendia em sua totalidade as bandeiras da década de 1920, tendo em vista que não dava exclusividade ao ensino superior público, permitindo o funcionamento de instituições isoladas. Getúlio, com a Reforma conhecida por Francisco Campos, autorizava e regulamentava o funcionamento das universidades, além de cobrar anuidades pelo “ensino público”, pois de forma contraditória, esse não era gratuito.

É interessante colocar que entre os anos de 1931 a 1945 no governo Varguista, houveram várias disputas entre a Igreja Católica e lideranças laicas pelo

---

<sup>12</sup> Getúlio Dornelles Vargas nasceu em 19/4/1882, na cidade de São Borja (RS) e faleceu em 24/8/1954, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Foi o presidente que mais tempo governou o Brasil, durante dois mandatos. Foi presidente do Brasil entre os anos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. (Fonte: site <http://www.suapesquisa.com/vargas/>)

<sup>13</sup> O Ministério da Educação, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: I - política nacional de educação; II - educação infantil; III - educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; IV - avaliação, informação e pesquisa educacional; V - pesquisa e extensão universitária; VI - magistério; e VII - assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes. (Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012)

<sup>14</sup> Segundo Soares (2005) esse estatuto falava que a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica.

<sup>15</sup> Francisco Campos foi o primeiro Ministro da Educação do País.

controle da educação, Vargas percebeu ali uma possível aliança, sendo selada, porém, a continuação desse feito na criação de suas próprias universidades sob organização da Igreja, na década seguinte, como afirma Martins (2002). O autor Durhan diz que durante os 15 anos que marcam o primeiro tempo de governo de Getúlio<sup>16</sup>, o ensino superior cresceu de forma lenta, onde foram criadas apenas três universidades públicas.

Nos anos que decorrem de 1945 a 1968, o movimento estudantil e professores travaram uma luta de reivindicações e defesa do ensino público, eliminação do setor privado e em defesa do modelo de universidades em oposição às escolas isoladas. Martins diz que estava em pauta a discussão sobre a reforma de todo o sistema de ensino, porém era ressaltado o da universidade.

Segundo Martins (2002), as principais críticas eram:

[...] a instituição da cátedra, a compartimentalização devida ao compromisso com as escolas profissionais da reforma de 1931 (que resistiam à adequação e mantinham a autonomia), e o caráter elitista da universidade. O catedrático vitalício, com poderes de nomeação ou demissão de auxiliares, era tido como empecilho à organização de uma carreira universitária e passou a simbolizar a rigidez e o anacronismo. O elitismo se refletia no atendimento de parcela mínima da população, sobretudo dos estratos mais privilegiados. (MARTINS, 2002, p. 02)

Esse debate e reivindicações levaram a uma movimentação por parte da Lei De Diretrizes e Bases da Educação (LDB)<sup>17</sup>, que havia sido aprovada em 1961, no Governo de João Goulart, porém essa ficou do lado do ensino livre, quando as instituições sem diferenciação de público e privada tinha a liberdade de ensinar.

Essas lutas estudantis e docentes esbarram no então Regime Militar iniciado no ano de 1964<sup>18</sup>, período da história brasileira marcado por sérias repressões aos estudantes e a todos aqueles que desobedeciam ao que estava sendo imposto pelos governos militares. Vale ressaltar que o Golpe de 1964 tem intensa e estreita relação com os interesses do capital estrangeiro, sobretudo, aqueles representados pelos Estados Unidos, considerando que interessava ao

---

<sup>16</sup> Era Vargas (1930-1934 – Governo Provisório; 1934-1937 – Constitucional; 1937-1945 – Estado Novo)

<sup>17</sup> A LDB dispõe sobre os princípios e fins da educação nacional, sua composição e modalidades de educação e de ensino, estabelecidas em educação básica e educação superior. A educação básica contempla a educação infantil, o ensino fundamental e médio. No ensino superior encontram-se os cursos sequenciais, os de graduação, de pós-graduação e de extensão. (LIBRANTE, 2008, p.108)

<sup>18</sup> Após a tomada do poder pelos militares, em 1964, as universidades passaram a ser objeto de uma ingerência direta do governo federal: foi afastado um grande número de professores, principalmente na Universidade Brasília; também foram criadas as Assessorias de Informação nas instituições federais de ensino superior, com a intenção de coibir as atividades de caráter “subversivo”, tanto de professores quanto de alunos. (SOARES, p.33)

capitalismo em meio à Guerra Fria minar toda e qualquer influência comunista na América Latina, além de ser o Brasil um atrativo mercado consumidor, sobretudo dos bens fordistas, a exemplo de eletrodomésticos e automóveis. (SOARES, 2002)

Durante o Regime Militar brasileiro (1964-1985), as universidades públicas e os movimentos ficavam sob a vigilância do governo. Foram anos críticos para os militantes e defensores de uma educação de qualidade e a favor de todos. No ano de 1968, a repressão militar foi intensa contra estudantes; com várias prisões, torturas, perseguições e repressão a discentes que eram favoráveis às lutas. (DURHAN, 2003)

Após alguns anos de lutas, quando as discussões sobre a reforma universitária não podiam ser debatidas abertamente, Martins (2002) diz que a reforma em 1968 foi de grande inspiração de ideias para os intelectuais e para o movimento estudantil, sendo notável a deterioração dos direitos civis. Mas nesse mesmo ano é aprovado a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5540/68) que, segundo Oliven (2002):

[...] criava os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico dentre outras inovações. A partir daí, os departamentos substituíram as antigas cátedras, passando, as respectivas chefias a ter caráter rotativo. O exame vestibular, por sua vez, deixou de ser eliminatório, assumindo uma função classificatória. (OLIVEN, 2002, p.33)

Logo após 1968, houve grande pressão da sociedade para o aumento de vagas nas universidades, pois as públicas não conseguiram suprimir as necessidades e a demanda, havendo, assim, grande expansão do setor privado. Segundo a autora Oliven (2002), foram criadas inúmeras faculdades isoladas nas regiões da periferia das grandes metrópoles e também nas cidades de porte médio que ficavam no interior dos estados que tinham um maior desenvolvimento, considerando que nesses locais a demanda de vagas era maior.

A autora continua dizendo que a “expansão do sistema ocorreu com a aquiescência do governo e, no ano de 1980, mais da metade dos alunos de terceiro grau estava matriculada em estabelecimentos isolados de ensino superior, sendo 86% em faculdades privadas”. Isso, porque as universidades públicas, por conterem além da educação que é de direito, contavam com a pesquisa, que encareceu para o Estado em manutenção e, a partir disso, impossibilitou que o ensino público se expandisse, abrindo um espaço considerável para as redes privadas se instalarem.

É interessante ressaltar aqui que, como afirma Durhan (2006), não houve privatizações do ensino público e sim, como colocado anteriormente, uma grande expansão do setor privado. Segundo ela:

As instituições privadas de ensino superior haviam se tornado, de fato, um grande negócio. Parte dos novos estabelecimentos de ensino foi criada pela transformação de escolas de ensino médio. Mas a lucratividade dos empreendimentos atraiu também todo um novo conjunto de empresários, sem compromissos anteriores com a educação. Direcionados pelo objetivo de ampliar a lucratividade do empreendimento pela captação da demanda disponível, o setor privado passou a ser governado pelo mercado [...] A expansão deste segmento do setor privado que podemos chamar de empresarial se orientou para a satisfação dos componentes mais imediatos da demanda social, que consiste na obtenção do diploma. (DURHAN, 2006, p.22).

No seio do processo de redemocratização brasileiro, nos anos 1980, Durhan (2006) continua dizendo que esse foi um período de declínio da repressão política e também com a eleição civil de um presidente pelo Congresso de 1985 e que foi finalizado com a Constituição em 1988<sup>19</sup>, quando no ano seguinte houve a eleição direta para o presidente da república. Foi uma década marcada por crises, tanto econômicas como também na educação superior, estagnada, atingindo tanto o setor público quanto o privado, com uma grande baixa nas matrículas.

Mas, essa estagnação de longe poderia prever o que viria pela frente. A década de 1990, embora legalmente alicerçada na Constituição Federal, foi marcada pela entrada dos ideais neoliberais no Brasil, a partir do Governo Collor. A "entrada" alterou, modificou e privatizou vários setores e, no que tange a nossa discussão, afetou também o ensino superior.

Seria necessário muito tempo para descrever com mais detalhes as fragmentações que temos na Educação brasileira, desde seus primórdios. Quando se fala de ensino superior, torna-se ainda mais sofrido e saqueado pelo Estado. Como colocado por diversos autores, o Brasil, desde o início, caminhou para a privatização do ensino e a fragilização da educação.

Busquei ser o mais breve possível em minhas colocações sobre o passar dos anos que construíram a nossa história, buscando pontuar apenas alguns detalhes que foram de suma importância para o país. No próximo tópico falarei um pouco mais sobre o ensino superior privado no Brasil.

---

<sup>19</sup> A Constituição de 1988 dizia em seu artigo 205 da Capítulo III da seção I que falando sobre a educação que: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (BRASIL, 1988)

### 3.2 Ensino Superior Privado no Brasil: expansão e fragilização

*“Meu desafio é realmente permanecer e não perder a motivação, porque existe uma cobrança que não é falada, mas existe [...]”*

(Terezinha, aluna entrevistada)

Como refletido no tópico anterior, a relação do Estado com o capital pode ser verificada nos mais diversos âmbitos da vida social e essa pode ser observada no contexto de privatização do Ensino Superior, no qual a Educação, direito do cidadão, transforma-se em mercadoria. Para Llibrante (2008), a influência do neoliberalismo no ensino defende que o Estado não deve se preocupar com a educação pública, devendo ser lançada a iniciativa privada, deixando-a livre da ingerência estatal.

Segundo os autores Chaves, Lima e Medeiros (2006), os defensores do neoliberalismo veem que as conquistas sociais, isto é, os direitos à educação, à saúde, ao transporte público, por exemplo, devem ser regidos pelas leis do mercado cujo Estado deve liberar os serviços sociais para exploração do mercado capitalista, direcionando suas ações com vistas à reprodução do capital. Relatam como esse tipo de governo defende a privatização, alegando que a crise econômica era culpa do Estado que produziu um setor público ineficiente e marcado pelo privilégio, diferente do setor privado, que desenvolve as atividades com eficiência e qualidade. Mas sabemos que esses argumentos neoliberais só visavam reduzir o tamanho do Estado e, assim, reduzir os serviços sociais prestados à população.

Carinhato (2008) percebe a ideologia neoliberal como um liberalismo econômico, no qual o mercado sempre é exaltado, assim como propicia a liberdade de iniciativa privada<sup>20</sup> e a concorrência, bem como rejeita a intervenção do Estado na economia. O autor continua falando da superioridade do mercado frente ao Estado e distingue essa superioridade em quatro:

[...] Em primeiro lugar, a superioridade econômica, já que o livre jogo da oferta e procura e o sistema de preços a ele ligado permitiria uma alocação ótima dos recursos disponíveis. Dessa forma, cresceria a riqueza geral. Em segundo, a superioridade política e moral, já que a soberania do consumidor, num ambiente de concorrência, possibilitaria o desenvolvimento moral e intelectual dos cidadãos. Poder-se-ia apontar certas similitudes nesta etapa com o liberalismo político de John Stuart Mill,

<sup>20</sup> Enquadram-se nas categorias: particulares, que tem fins lucrativos e privadas, sem fins lucrativos, que podem ser comunitárias, confessionais ou filantrópicas. As instituições sem fins lucrativos têm isenção fiscal [...]. (BARREYRO, 2008, p. 28)

no que tange à liberdade de pensamento e o direito ao voto. A terceira é propriamente uma constatação e crítica quanto à ação econômica do Estado: diferentemente do mercado, a ação estatal, seja como produtor de bens e serviços, seja como regulador das relações entre os agentes econômicos, seria danosa. Economicamente, ela deformaria o sistema de preços – o principal indicador das necessidades econômicas da sociedade – criaria monopólios, eliminando a soberania do consumidor e, desse modo, deixaria de punir a ineficiência. No plano político, a ação econômica do Estado criaria privilégio para alguns e dependência para muitos. Os cidadãos acostumar-se-iam ao paternalismo do Estado, e assim deixariam de desenvolver sua capacidade de iniciativa para resolver seus próprios problemas. E quanto aos serviços públicos, eles não seriam valorizados por seus usuários, uma vez que não seriam eles que o pagariam (CARINHATO, 2008, p.38)

No Brasil, podemos observar iniciativas do neoliberalismo desde o governo Collor<sup>21</sup>, que como diz Llibrante (2008), já havia aberto as portas da importação e expansão da tecnologia e ampliação da competitividade, porém esse sistema vem verdadeiramente ser implantado em nosso País no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, conhecido popularmente como FHC, sendo iniciado o plano real, quando se registrou uma série de “reformas” no Estado<sup>22</sup>, ou como diz Behring e Boschetti (2011), reformas orientadas para o mercado. Podemos destacar que enfatizavam as privatizações como um dos grandes objetivos, além da fragilização na previdência social, como salienta as autoras, desprezando conquistas de 1988 no que tange à seguridade social.

Segundo o autor Carinhato (2008):

A Reforma do Estado no governo Cardoso articulou medidas legislativas, mudança regulatória e ações governamentais para uma reordenação estratégica do papel do Estado, que deveria passar de impulsionador do desenvolvimento para o de impulsionador da competitividade da economia. Para tanto, transferiu patrimônio público para o mercado, mudou a relação do Estado com o mercado e a sociedade, considerando o Estado como complementar ao mercado. (CARINHATO, 2008, p.42)

Oliveira (2011), ao falar do governo FHC, diz que o programa reformista implementado baseou-se em uma escolha pelo projeto neoliberal, primou pela privatização dos bens públicos e redução do papel do Estado. Behring e Bochetti (2011) citam que os argumentos centrais que tentavam justificar o processo de

---

<sup>21</sup> GOVERNO COLLOR – 1990/1992- Após investigação da CPI houve uma abertura do processo de impeachment, no qual poucas horas antes do processo ser consolidado, renunciou a presidência da República perdendo seus direitos políticos por oito anos. Itamar Franco definitivamente a presidência.

<sup>22</sup> Os pressupostos básicos da reforma do Estado no Brasil estão especificados no *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*, publicado em novembro de 1995, que “define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira”. (CHAVES, LIMA E MEDEIROS, 2006, p.03)

privatização nesse governo eram: atrair capitais, reduzindo a dívida externa; reduzir a dívida interna; obter preços mais baixos para os consumidores; melhorar a qualidade dos serviços; e atingir a eficiência econômica das empresas, que estariam sendo ineficientes nas mãos do Estado.

Esses argumentos citados demonstram que os neoliberais tentavam “ludibriar o povo” a fim de que cidadãos acreditassem no desenvolvimento do País a partir dessas iniciativas privatistas. Assim, o conjunto de medidas neoliberais adotadas pelo Estado brasileiro costuma ser intitulado: “contrarreforma do Estado”, uma crítica ao modelo de estado mínimo defendido por seus seguidores, como reflete Behring e Boschetti (2011).

O que ocorreu com essas “reformas”, ou melhor, contrarreformas foi um desmonte das funções do Estado e dos direitos sociais, previstos pela Constituição de 1988. Argumentando sobre a questão, Behring e Boschetti (2011) refletem que foram tempos em que “houve uma abrangente contrarreforma do Estado no país”, pois regrediram ou, como as próprias autoras colocam, andaram para trás nos direitos antes conquistados pelos movimentos sociais, pela população. Elas afirmam que foi uma contrarreforma de natureza pragmática, imediatista submissa e antipopular das classes dominantes brasileiras (Behring e Boschetti, 2011).

O governo tentava mascarar suas iniciativas privatistas, ofertando políticas sociais à população menos favorecida buscando “amenizar” a miséria alastrada, objetivando manter as desigualdades sociais, ou seja, a divisão de classes. Llibrante (2008) retrata que nesse período foram criadas bolsas de estudos em instituições privadas, um bom exemplo foi o PROUNI<sup>23</sup>.

A educação é vista, mais uma vez, como mercadoria; as pessoas se contentam com o agrado ofertado e o direito à educação gratuita e de qualidade vai ficando cada vez mais distante. O ensino, a pesquisa e a extensão ofertados por universidades públicas passam a ser vistos como um gasto “desnecessário” para o setor público, mas, por outro lado, passa a ser ofertada isenção fiscal para os

---

<sup>23</sup> O Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Lei nº 11.906, de 13 de janeiro de 2005, cuida da distribuição de bolsas de estudo integrais e parciais de 50% ou de 25% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específicas, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. Este programa dirige-se aos brasileiros e brasileiras, que não sejam portadores de diploma de curso superior, que possuam baixa renda familiar. Trata-se de uma modalidade de financiamento do ensino superior aos oriundos das classes econômicas menos abastadas de forma a ampliar o acesso destes ao ensino superior. Em contrapartida, as instituições de ensino superior que aderem ao PROUNI são beneficiadas pela isenção de tributos federais, pelo tempo de vigência do respectivo termo de adesão. (LLIBRANTE, 2008, p.111 - 112)

setores com viés privatista, fortalecendo ainda mais a abertura de mais instituições que percebem na Educação Superior a fonte de seus lucros.

Durante o governo FHC, o ensino superior público sofreu muito com a ausência do Estado, houve racionalização dos gastos com a educação e o que era posto como imediato seria o ensino fundamental, mostrando um menosprezo de investimentos para o ensino superior, tendo em vista que o interesse era “qualificar” pessoas no básico para poderem implementar suas iniciativas de cunho neoliberal.

A autora Llibrante (2008) relata que, durante o governo FHC, foram criadas inúmeras instituições particulares de ensino superior, expandindo assim a oferta de vagas:

Durante a égide do Governo FHC foi editada a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova e veicula o plano nacional de educação, além de inúmeros outros documentos que tratam da educação superior., tais como o Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, que regulamenta as instituições de ensino superior, e introduz a distinção entre universidades e centros universitários; a Portaria nº 301, de 7 de abril de 1998, que normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica à distância; a Portaria nº 612, de 12 de abril, de 1999, que trata sobre a autorização e reconhecimento de cursos sequenciais de ensino superior, revogada pela Portaria nº 4.363, de 29 de dezembro de 2004, em vigência. (LLIBRANTE, 2008, p.109)

Passando do Governo FHC (1995-2002) para o Governo Lula (2003-2010), houve uma continuidade da adoção das medidas neoliberais, como afirmam Chaves, Lima e Medeiros. Llibrante diz que o governo Lula tinha tendência para a justiça social, alinhado com as ideias socialistas, porém os autores antes mencionados resumem o governo nas diversas aprovações de decretos, leis e projetos que deram continuidade a essa visão privatista na educação:

Dando continuidade à reforma privatista da educação superior, o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) aprovou os seguintes instrumentos legais: Decreto 4.914, de 11/12/2003 (dispõe sobre os centros universitários alterando o art. 11 do Decreto nº 860, de 9 de julho de 2001); Lei nº 10.861, de 14/04/2004 (que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES); Lei nº 10.973, de 2/12/2004 (que dispõe sobre incentivos à inovação tecnológica); Lei nº 11.079, de 30/12/2004 (que institui a Parceria Público Privada - PPP); o Decreto Presidencial nº 5.225, de 1/10/2004 (que elevou os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs à categoria de Instituições de Ensino Superior); o Decreto Presidencial nº 5.245, de 18/10/2004 transformado na Lei nº 11.096/05 (que criou o Programa Universidade para Todos – PROUNI); o Decreto Presidencial nº 5.205, de 20/12/2004 (que regulamenta as fundações de apoio privadas no interior das IFES); o Decreto Presidencial nº 5.622, de 19/12/2005 (que regulamenta a educação à distância no Brasil e consolida a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro); e mais

recentemente o Decreto nº 5.773, de 9/05/2006 (que estabelece normas para as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior) e o Projeto de Lei nº 7.200/06, encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional, em junho de 2006, que estabelece nova regulamentação para a educação superior brasileira. (CHAVES, LIMA E MEDEIROS, p. 06)

É interessante relatar que tanto no governo FHC quanto no Governo Lula o foco da educação era a área tecnológica, que preparava os estudantes para o mercado de trabalho, fragilizando uma educação baseada em ensino, pesquisa e extensão. A própria LDB reformulada no ano de 1996 nos trouxe diretrizes para educação profissional, fato que fragiliza a concepção crítica do ensino superior, como elemento transformador de realidades.

No cenário mais recente, no governo Dilma, há uma continuação de ações do governo anterior e no qual se percebe a fragilização do ensino superior público, sucateado, sendo notável que as políticas educacionais estão alicerçadas em preceitos neoliberais, havendo aumento da iniciativa privada no ensino superior, com forte tendência empresarial, que fragiliza o direito à educação, tornando-a, além de tudo, aligeirada e penalizando os sujeitos que dela “usufruem”, exemplo disso, é a proliferação do ensino à distância que avança cada vez mais em todas as regiões do país.

Porém o Governo continua tentando mascarar com formas de financiamento estudantis que viabilizam a inserção de sujeitos nas faculdades de cunho privado. A RECC (Rede Estudantil Classista Combativa) lançou em setembro de 2011 um documento que relata algumas formas de sistematização dos programas antes lançados pelos governos anteriores, fragmentados em projetos de lei e decretos em, como o documento diz: “pacote da reforma neoliberal”, que vem afetar todas as modalidades de ensino, ou seja, é o novo PNE (Plano Nacional da Educação 2011 a 2020) lançado no governo da então presidenta, onde salienta que é mais uma macropolítica neoliberal para a educação que tende para a privatização, ou seja, uma educação voltada para o mercado.

[...] O visível cunho neoliberal que pretende mercantilizar ainda mais a educação, tornar o ensino tecnicista, voltado para o mercado, e na prática elitizar a educação de qualidade, deve ser combatido como um todo. A suposta expansão dos níveis de ensino não garantem a qualidade e permanência dos mesmos para o povo, prejudica o cunho público e popular da educação e coaduna com os interesses do capital. (RECC, 2011, p.18)

A expansão do ensino superior privado se dá diante de privilégios que só beneficiam os proprietários: a privatização da educação. Dessa forma, o direito historicamente conquistado torna-se mercadoria, onde milhares de pessoas para poder conseguir seguir uma carreira profissional ou ter um espaço para usufruir de melhores condições salariais “adquirem” esses serviços.

Sobre isso, Michiles (2014) reflete que:

Assim, a educação superior no Brasil, a cada dia vem deixando de ser visualizada como uma política pública e passando a ser compreendida como uma mercadoria. A subordinação da educação ao capital, materializando-se por meio da regressão do legado ao direito e acesso a educação superior conquistado historicamente, trazem sérias repercussões no ensino superior brasileiro, afetando diretamente o ensino da graduação e o processo de formação de quadros acadêmicos e profissionais possuidores de criticidade e compromisso público frente aos desafios apresentados pela sociedade. (MICHILES, 2014, p. 122)

Nesse contexto, podemos observar também a fragilização do ensino ofertado para os estudantes inseridos nessa forma de ensino, que tende a ser precarizado, aligeirado e sem o mesmo aprofundamento ofertado pelas universidades que possuem ensino, pesquisa e extensão, embora com certa fragilidade, considerando o atual contexto neoliberal, que rebate e enxuga a promoção dessa articulação. No próximo tópico, iremos adentrar o universo da acessibilidade e o da pessoa com deficiência no ensino superior.

### **3.3 Ensino Superior e a Pessoa com Deficiência**

*“Minha cadeira de rodas não me limita, apenas me leva onde quero chegar.”*

(Marcelo, aluno entrevistado)

Neste tópico, irei refletir sobre a acessibilidade e a inserção das pessoas com deficiência no ensino superior.

#### *3.3.1 Resgate histórico das pessoas com deficiência ao longo dos séculos*

Segundo Silva (1987) *apud* Garcia (2011), deficiências físicas ou mentais, as deformações e tudo que cause incapacidade transitória ou permanente, são tão antigas quanto à própria humanidade. Nas sociedades primitivas que tinham como

principal característica o nomadismo gerado pela necessidade de alimentação que era retirada totalmente da natureza que não estava sob seu controle, ou seja, precisavam se locomover com certa frequência à medida que houvesse a necessidade. Desta forma, aqueles que não conseguiam acompanhar o ritmo do grupo eram deixados para trás. Dentre esses, estavam pessoas com deficiência. Cabe ressaltar que esse processo se dava como uma seleção natural, por questão de sobrevivência. (PEE, 2006)

Não temos como negar que a sociedade por muito tempo tratou de segregar e isolar as pessoas com deficiência, por serem vistas como diferentes do que era categoricamente colocado como normal. Segundo Sasaki (2006), nas mais diversas culturas, a sociedade atravessou fases no que podemos chamar de práticas sociais, excluindo, de formas diferentes, algumas absurdamente cruéis, aqueles que nasciam com alguma deficiência.

De forma simples, Sasaki menciona fases da história que retratam essa afirmação, como a prática de exclusão social de pessoas com deficiência. Logo começaram a desenvolver o atendimento segregado em instituições, depois foi vez de realizarem práticas da integração social, recentemente, adotando a filosofia da inclusão social, objetivando modificar os sistemas sociais gerais. Para o autor, essas fases não se deram ao mesmo tempo para todos os segmentos populacionais e ainda existe a exclusão e segregação em várias partes do Brasil, em praticamente todos os países, porém a inclusão está gradativamente buscando seu lugar.

Grandes filósofos da época como Platão emitiam opiniões favoráveis às ações supracitadas, não percebiam esse tipo de atitude como algo negativo. Dentre os escravos, não se tem relatos, porém acredita-se que se alguém não gerava força de trabalho não teria necessidade de viver, não era vantajoso para o escravagista manter um escravo que não lhe daria retorno. As PCD, que conseguiam sobreviver nesse tempo, geralmente eram tratadas como bobos e viviam em vilas ou sob a proteção de famílias patricias. (PEE, 2006)

Segundo Silva (1987) apud Garcia (2011) em Roma:

[...] cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidas com malformações eram também de quando em quando ligados a casas comerciais, a tavernas, a bordéis, bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes, costume esse que foi adotado por muitos séculos na História da Humanidade. (SILVA, 1987 apud GARCIA, 2011).

Na Antiguidade, as pessoas com deficiência eram usadas para mendigar ou para espetáculos, apresentadas como seres bizarros, trazendo lucratividade para aqueles que se aproveitavam das condições “diferentes” desses sujeitos.

Já no final da Antiguidade Clássica e início da Idade Média, o modelo de institucionalização (asilos, hospitais, hospícios) foi iniciado, sendo essas instituições geralmente mantidas pela Igreja Católica, desta forma, as PCD eram tiradas do meio da sociedade e viviam como doentes e inválidas. Porém, o acesso a essas instituições de caráter caritativo, que nessa época se assemelhava a castigo, era restrito. Àqueles que não eram institucionalizados, por vezes, cabia a mendicância, exceto daqueles que conseguiam trabalhar nos feudos segundo suas condições físicas sensoriais e mentais. (PEE, 2006)

Ainda, nessa perspectiva, é também válido mencionar que:

Até o final da Idade Média, a pessoa com deficiência era vista somente sob o aspecto místico. Nesta abordagem, ela poderia ser considerada como o resultado da ação de forças demoníacas, como um castigo para pagamento de pecados seus ou de ancestrais e ainda, como um instrumento para que se manifestassem as obras de Deus. (PEE, 2006, p. 11)

Em algumas tribos, que ainda hoje resguardam essa crença, as PCD eram vistas como pessoas possuídas por maus espíritos e, desta forma, não poderiam ser mortas, pois era uma forma de manter preso aquele demônio. Em outras religiões, como judaísmo, as deficiências estavam relacionadas a impurezas ou pecado, assim como no cristianismo, sobre o qual há relatos no Novo Testamento da Bíblia Sagrada: as pessoas que tinham alguma deficiência eram curadas por Jesus, sendo suas deficiências atribuídas, também, a possessões demoníacas, pecado dos ancestrais ou dos próprios e também relacionadas a instrumentos da ação divina (PEE, 2006).

Já no final da Idade Média, esse modelo místico trazido por religiosos começou a ser questionado e, com as descobertas científicas, houve transformações profundas na sociedade. Nesse tempo de mudanças à luz da ciência, houve questionamentos de algumas atitudes dos homens, inclusive dogmas da Igreja Católica que condenavam o acúmulo da riqueza.

É interessante colocar que, de forma gradual, a questão das pessoas com deficiência passou a ser vista com olhos da ciência, ou seja, "no lugar da mística foi posta a ciência, no lugar do preconceito, a experiência e o estudo" (VIGOTSKI, 1997, p.76 *apud* PEE, 2006). Mas, apesar desses avanços, houve uma massificação

de internamentos, esse momento ficou conhecido como institucionalização das pessoas com deficiência. Como diz Freitas (2007):

A institucionalização da deficiência e da loucura encontra, enfim o contexto necessário para a sua justificação. A essas pessoas é necessário conferir a caridade e o abrigo. No entanto, é necessário sublinhar que estas instituições não tinham um cunho profissional; eram abrigos ou asilos mantidos pela caridade da Igreja ou das pessoas consideradas normais. O Cristianismo modifica o status do deficiente de coisa para pessoa. Contudo, a igualdade no status moral não corresponderá, até a época do Iluminismo, a uma igualdade civil, de direitos. (FREITAS, 2007)

Nesse novo contexto capitalista, as relações humanas estavam voltadas para a produção e acumulação de lucro e aqueles que não se adequavam a esse sistema de exploração passaram a ser vistos como perturbadores da ordem social, onde se encaixavam, também, as pessoas que tinham alguma deficiência e novamente passam a serem internadas em asilos, manicômios e hospitais. Porém, nesse período, começou a educação sistematizada de PCD, mas que era restrito a pessoas com poder financeiro, ou seja, os nobres e a burguesia; os demais não tinham acesso e eram entregues à própria sorte.

Aos poucos, o acesso à educação foi se estendendo às camadas mais populares. Com base em pressupostos científicos do século XVIII, começam a surgir na França instituições voltadas a surdos e cegos. No entanto, essas instituições logo perderam seu caráter educativo, tornando-se modos de exploração das PCD que pertenciam a classe explorada, além de ter por objetivo isolar esses indivíduos da sociedade (PEE, 2006).

Segundo PEE (2006):

Dados quantitativos afirmam que nos últimos dois séculos houve uma grande expansão da educação especial. Porém, é preciso considerar que isso ocorreu com a incorporação de alunos que, no seu surgimento, não faziam parte de suas preocupações, isto é: daqueles que apresentavam distúrbios de linguagem, distúrbios emocionais e os considerados com problemas de aprendizagem, os quais passaram a ser a imensa maioria dos frequentadores do ensino especializado. (PEE, 2006, p.16)

No Brasil, o tratamento dado às pessoas com deficiência não foi diferente da Europa. Durante o período colonial brasileiro, a exclusão social se fazia presente em seu cotidiano. Esses sujeitos eram isolados da civilização, sendo confinados pela própria família, recolhidos em santas casas ou até mesmo prisões. Após a independência do país, foram criados hospícios destinados às PCD. Já no ano de

1854 foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e, dois anos depois, foi vez do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, valendo ressaltar que, durante o século XIX, só os surdos e cegos eram contemplados nas iniciativas.

Já na primeira metade do século XX, as ações no Brasil voltadas à pessoa com deficiência foram tímidas e lentas, sendo a sociedade civil protagonista dessas ações, em sua maioria. Para Lanna Junior (2010):

Diante desse déficit de ações concretas do Estado, a sociedade civil criou organizações voltadas para a assistência nas áreas de educação e saúde, como as Sociedades Pestalozzi (1932) e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (1954). Ainda na década de 50, o surto de poliomielite levou à criação dos centros de reabilitação física. (LANNA JUNIOR, 2010, p.20)

Percebemos, claramente, nesse contexto, a violação de direitos desses cidadãos, com a total ausência ou escassa atuação do Estado brasileiro em sua defesa, cabendo praticamente só à sociedade civil essa responsabilidade. Com as discussões relativas aos direitos humanos, a violação dos direitos da pessoa com deficiência começou a ser debatido e denunciado na metade do século XX, quando normatizando que não era a pessoa com deficiência que deveria se adequar à sociedade e sim esta garantir que os cidadãos pudessem utilizar de todos os espaços da comunidade (PEE, 2006).

Nos tempos atuais, a pessoa com deficiência é percebida como sujeito que deve ocupar espaços comuns a todos, tendo garantido o mesmo aprendizado e desenvolvimento intelectual, respeitando e assegurando a adequação a sua deficiência.

No decorrer dos séculos, as pessoas com deficiência receberam várias denominações diferentes. A visão que tinham sobre as deficiências eram definidas de acordo com a conjuntura da época, desta forma expressavam inutilidade, incapacidade, exclusão, preconceito e no atual momento em que vivemos, inclusão na sociedade. Para Lanna Júnior (2010), as palavras que são usadas para nomear as PCD trazem uma visão que lhes eram dadas de acordo com cada época.

Para os novos movimentos sociais e suas políticas de identidade, as palavras são instrumentos importantes de luta política. A busca por novas denominações reflete a intenção de rompimento com as premissas de menos-valia que até então embasavam a visão sobre a deficiência. Termos genéricos como “inválidos”, “incapazes”, “aleijados” e “defeituosos” foram amplamente utilizados e difundidos até meados do século XX, indicando a

percepção dessas pessoas como um fardo social, inútil e sem valor. (LANNA JUNIOR, 2010, p.15, grifo da autora)

Essas denominações estigmatizantes e preconceituosas só começaram a ser rompidas a partir da organização das PCD em movimentos sociais em meados da década de 1970. Segundo Sasaki (2003), a expressão “pessoas deficientes” era bastante utilizada, sendo essa terminologia debatida no Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), em 1981.

O substantivo “pessoas” tinha o objetivo de retirar a carga de coisificação e a desvalorização a que eram sujeitados nos termos anteriores. Logo depois, usaram o termo “pessoas portadoras de deficiência”, com o objetivo de colocar a deficiência como um detalhe daquele sujeito, essa expressão foi também adotada na Constituição de 1988, assim como nas legislações que dela se desdobraram.

Termos pejorativos como “especial” e depois a questão de “portador” foram debatidos pelo movimento também. O primeiro porque não era compatível com as lutas travadas em busca da inclusão, equiparação e direitos e o segundo por transmitir algo que não faz parte da pessoa, ou seja, que apenas está portando e não é inerente a pessoa. Pessoa com deficiência é o termo contemporâneo que foi divulgado em 2006 na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) tratando-a como parte do corpo da pessoa e humanizando a denominação. (LANNA JUNIOR, 2010)

É importante percebermos que a mudança de nomenclatura, com o passar dos anos, não é uma forma de catalogar a pessoa com deficiência e sim de romper possíveis preconceitos que possam estar atribuídos a essas denominações. Desta forma, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 2º a definição mais atual para pessoas com deficiência é:

Art. 2º. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIENCIA, 2013)

Existem diferentes tipos de deficiência e, desta forma, surgem suas particularidades e caráter. Ainda para o estatuto da pessoa com deficiência, as deficiências, são:

I - Deficiência Física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando limitação da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros ou face com deformidade congênita ou adquirida;

II - Deficiência Auditiva - perda bilateral, parcial ou total média de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - Deficiência Visual - compreende a cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,5 e 0,05 no melhor olho e com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de qualquer uma das condições anteriores;

IV - Deficiência Mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação no período de desenvolvimento humano e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e

V - Surdo - cegueira: compreende a perda concomitante da audição e da visão, cuja combinação causa dificuldades severas de comunicação e compreensão das informações, prejudicando as atividades educacionais, vocacionais, sociais e de lazer, necessitando de atendimentos específicos, distintos de iniciativas organizadas para pessoas com surdez ou cegueira.

VI - Autismo: comprometimento global do desenvolvimento, que se manifesta tipicamente antes dos três anos, causando dificuldades significativas de comunicação, interação social e de comportamento, caracterizando-se frequentemente por movimentos estereotipados, atividades repetitivas, respostas, mecânicas, resistência a mudanças nas rotinas diárias ou no ambiente e a experiências sensoriais.

VII - Condutas Típicas: comprometimento psicossocial, com características específicas ou combinadas, de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos e/ou psiquiátricos, que causam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atenção e cuidados específicas.

VIII - Lesão Cerebral Traumática: compreende uma lesão adquirida, causada por força física externa, resultando em deficiência funcional total ou parcial ou deficiência psicomotora, ou ambas, e que comprometem o desenvolvimento e/ o desempenho social da pessoa.

IX - Deficiência Múltipla: compreende a associação de duas ou mais deficiências, cuja combinação acarreta comprometimentos no desenvolvimento global e desempenho funcional da pessoa e que não podem ser atendidas em uma só área de deficiência. (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIENCIA, 2013)

Entendo que a pessoa com deficiência é sujeito de direito e que, possuindo limitações (seja de qual for a natureza) não pode ser tratada com desprezo e isolamento, mas sim, é seu direito estar incluída na sociedade,

pensamos trazer no próximo ponto discussão sobre pessoa com deficiência e ensino superior, demonstrando como isso se processa em seus cotidianos.

### **3.3.2 A inserção de pessoas com deficiência no ensino superior**

Com base nas fontes históricas que utilizamos para elaborar as discussões anteriores, observamos que historicamente o ensino superior brasileiro é elitizado, não sendo acessado pela grande parcela da população. Fato ainda mais agravado refere-se à inclusão das pessoas com deficiência, muitas vezes, impedidas de frequentar o ambiente escolar. Magalhães (2006) afirma que:

[...] Os extratos minoritários ou não homogêneos da população como negros, indígenas e pessoas com deficiência têm acesso restrito. Soma-se a isto o fato das possibilidades de acesso serem diretamente proporcionais a origem social e condições socioeconômicas dos alunos. (MAGALHÃES, 2006, p.39)

Segundo Duarte e Barbosa (2009), somente em 1975 nos EUA (Estados Unidos da América) surgiu a educação inclusiva, tendo destaque para essa conquista o movimento em defesa dos direitos das PCD. Magalhães (2006) diz que até o início da década de 1980 o quantitativo de PCD no ensino superior no Brasil era bem pequeno, desta forma, podemos associar a esse baixo acesso as restrições existentes na educação básica com a existência de uma exclusão aos direitos sociais básicos: A EDUCAÇÃO.

Sasaki (2003) cita diversos motivos pertinentes que excluía as PCD do direito a educação, que por vezes iam para além das instituições:

Até o início da década de 80, poucas pessoas com deficiência chegavam à universidade por motivos hoje superados em grande parte: não-acesso à educação básica, não-acesso a serviços de reabilitação, não-acesso a equipamentos e aparelhos especiais, não-acesso a transporte coletivo, dificuldades financeiras, desconhecimento dos direitos pertinentes à deficiência e atitudes superprotetoras da família, entre outros. (SASSAKI, 2003)

Como já mencionado no tópico anterior, em 1981 ocorreu o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência e, nos anos de 1983 a 1992, foi instituída a década das Nações Unidas Para a Pessoa Com Deficiência, sendo iniciada uma discussão sobre sua exclusão social. Com isso ocorreu uma ampliação no acesso dessas pessoas ao ensino superior, contudo não de forma total. A Constituição

Brasileira de 1988 também contribuiu para essa ampliação, afirmando a garantia da educação para todos, embora esse direito ainda seja violado.

Apesar de nascer um movimento importante para essa expansão de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, não havia uma adequação necessária para atender a essa parcela de pessoas nas instituições de ensino, ou seja, apenas candidatos que apresentassem uma deficiência que não exigia grandes mudanças nos processos seletivos ingressavam na faculdade, além de não ser promovida uma ação de permanência dos estudantes na instituição, ocorrendo evasão e desistência. (Magalhães, 2006)

Em 1990, ocorreu a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, na Tailândia, discutindo sobre os direitos das pessoas com deficiência à educação, tendo sido criada, a partir dessa Conferência, uma Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Nessa declaração, é expressa a necessidade de “universalizar o acesso à educação e promover a equidade” no que tange ao público de PCD, e aponta:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1998)

Em 1994, ocorre na Espanha outro evento de suma importância nessa caminhada de inclusão da pessoa com deficiência, intitulada “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade”, que visava promover educação para todos, observando as mudanças fundamentais de políticas necessárias para desenvolver a educação inclusiva. Foi, então, firmada uma declaração conhecida como “Declaração de Salamanca”, relacionando o apoio à entrada de PCD no ensino superior, que não deveria ficar restrito somente até o ensino médio. (UNESCO, 1994)

Sobre os marcos legais que asseguram a inclusão da pessoa com deficiência no ensino brasileiro, podemos mencionar a portaria 1.679/99, que traz os requisitos básicos de acessibilidade adequada a estudantes com deficiência para que a instituição tenha seus cursos ofertados reconhecidos e, desta forma, sejam autorizados. Essas diretrizes visam garantir a permanência dos estudantes na

instituição, tendo em vista que será firmado um compromisso de adequação as suas necessidades, de acordo com a sua deficiência. (BRASIL, 1999)

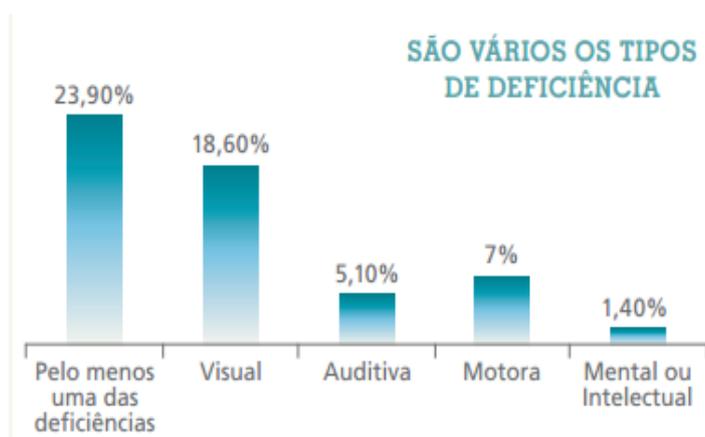
Em 2007, foi publicado o decreto nº 6.949, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em Nova Iorque, a 30 de março de 2007, que vem reforçar no artigo 24 a Educação para esse público de pessoas. Consta no §5 do artigo que:

Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência. (BRASIL, 2007)

Segundo o Censo realizado em 2010, existem 23,9% de pessoas que possuem, pelo menos, uma das deficiências que foram investigadas no Brasil, ou seja, visual, auditiva, motora e intelectual.

Oliveira (2012), na cartilha do Censo de 2010, diz que a deficiência visual apareceu com o maior percentual, a qual afetava 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%. Como podemos visualizar abaixo:

Gráfico 1 - Tipos de deficiência



Fonte: Cartilha do Censo de 2010 – Pessoas com deficiência.

No tocante ao nível de escolaridade, o Censo de 2010 nos mostra que na população com deficiência 61,1% não tem nenhuma instrução ou cursou até o fundamental incompleto; 14,2% possuíam o fundamental completo e o ensino médio

incompleto; 17,7% registravam o ensino médio completo e superior incompleto e por fim 6,7% possuíam superior completo. Podemos perceber com esses números que a participação de estudantes com deficiência no ensino superior ainda é restrita, mas segundo o Ministério da Educação (MEC) o número de matrículas de 2000 a 2010 (10 anos) de PCD no ensino superior subiu em torno de 933,6%, fatos que serão observados no terceiro capítulo dessa pesquisa.

A quantidade de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior aumentou 933,6% entre 2000 e 2010. Estudantes com deficiência passaram de 2.173 no começo do período para 20.287 em 2010 — 6.884 na rede pública e 13.403 na particular. O número de instituições de educação superior que atendem alunos com deficiência mais que duplicou no período, ao passar de 1.180 no fim do século passado para 2.378 em 2010. Destas, 1.948 contam com estrutura de acessibilidade para os estudantes. (MEC, 2012)

A partir dessas informações, podemos observar que houve um crescimento na procura por parte das PCD pelo ensino superior, assim como houve um incentivo por conta das organizações para o crescimento dessa demanda. O número de estudantes com deficiência na instituição privada tem estado em maior porcentagem, tendo em vista que programas como PROUNI, FIES e outros que incentivam o fortalecimento do ensino privado tem abarcado uma grande porcentagem desse público, assim como o programa Incluir<sup>24</sup>, ofertado pelas universidades federais.

No próximo capítulo entraremos na questão da acessibilidade nas instituições de ensino superior, que tendem a fortalecer a inclusão, inserção e permanência desses estudantes durante todo o tempo de formação acadêmica.

---

<sup>24</sup> O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

## **4 A Pessoa com Deficiência visual e/ou física e a Acessibilidade no Brasil: refletindo sobre a questão**

Para iniciarmos a discussão desse capítulo, achamos interessante, primeiramente, conhecer um pouco mais sobre a deficiência visual e deficiência motora que delimitamos estudar nesse trabalho, para termos minimamente um olhar sensível sobre a realidade vivenciada pelos sujeitos da pesquisa.

Conforme já relatado no capítulo anterior, o Censo de 2010 mostra-nos a deficiência visual em primeiro lugar (18,60%) e a deficiência motora em segundo (7%) no que tange ao número de pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Desta forma, vamos discorrer sobre a história e as lutas travadas por cada um desses cidadãos na busca de seus direitos. Neste capítulo, também trazemos os resultados da pesquisa de campo realizada.

### **4.1 Deficiência visual e deficiência física: uma história de lutas**

#### *4.1.1 A deficiência visual*

*“O deficiente não é incapaz [...] as limitações precisam ser respeitadas como a de qualquer outra pessoa [...]. Porque ninguém faz nada sozinho nessa vida”.*

(Marcelo, aluno entrevistado)

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a deficiência visual é caracterizada quando:

[...] a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,5 e 0,05 no melhor olho e com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de qualquer uma das condições anteriores. (Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2013).

Ou seja, a pessoa possui deficiência visual se houver uma perda total da visão ou pouca capacidade para enxergar, como é o caso das pessoas com baixa visão, pois há um comprometimento do funcionamento visual dos olhos, mesmo após tratamentos para correção. Essas pessoas necessitam de recursos para poder enxergar um pouco mais, especialmente para realizarem leituras.

A história primordial das pessoas com deficiência visual está nas entrelinhas do capítulo anterior, no qual expomos como era o tratamento ofertado às pessoas com deficiência em séculos passados.

As pessoas cegas, durante muito tempo, em todo mundo, eram rejeitadas pela sociedade, quando não eram entregues ao sacrifício de suas vidas, ou seja, destinados à morte; eram entregues à própria sorte, vivendo de mendicância, trabalho escravo, prostituição, isolados em quartos escuros pela própria família, em instituições de teor caritativo religioso etc.

Ressalte-se que, durante o feudalismo (podemos perceber que desde os tempos mais primórdios), existia um recorte social. A “sorte” das pessoas com deficiência visual que eram de família com condições sociais mais elevadas, tornaram-se por vezes até conceituadas na sociedade, pois tiveram a oportunidade do acesso à educação e desta forma poucos eram aqueles que conseguiram tornar-se professores, teólogos, concertistas etc., quebrando o conceito da cegueira ser uma desgraça pois a questão não era determinada pela cegueira ou não e sim a qual classe social pertence. (Rosa; Dutra)

[...] não podemos omitir outro fato relevante na discussão sobre movimento social de cegos, presente tanto naqueles tempos como em nossos dias: a condição de classe. Da mesma forma que apontamos, anteriormente, a educação e o trabalho como bandeira de reivindicação dos cegos, devemos esclarecer que nem todos estiveram ou estão presentes nesse processo de luta. Mesmo porque o trabalho, a educação e a organização nem sempre preocupam ou preocupavam tais pessoas.

Apesar disso, essas e outras questões continuam atingindo, diretamente a classe explorada, independentemente do país, da condição física, cognitiva ou sensorial de crianças, jovens e adultos, agentes ou não no processo produtivo. (ROSA; DUTRA, p.05)

Franco e Dias (2007) relatam que no ano de 1784 foi inaugurada na França a primeira escola do mundo, destinada à educação de pessoas cegas, que era denominada de Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, inaugurado por Valentin Haüy<sup>25</sup>. Segundo o Júnior (2010), a criação do sistema Braille<sup>26</sup> ocorreu no

<sup>25</sup> Constatamos que, quando Valentin Haüy criou o Instituto de Jovens Cegos de Paris, fê-lo inspirado nos ideais de que a educação poderia retirar os cegos daquelas condições vexatórias de mendigos, que viviam perambulando e “perturbando” a ordem social. Porém, apesar do esforço e da boa vontade de Haüy, o Instituto acabou se transformando apenas em local de mão-de-obra cativa para alguns tipos de atividades do capitalismo francês, já que a educação foi relegada ao segundo plano. Enquanto isso, a instituição se converteu em mero internato, onde os cegos trabalhavam em troca de um teto e um prato de comida. (ROSA; DUTRA)

<sup>26</sup> O método Braille foi desenvolvido pelo francês Louis Braille, que perdeu a visão quando tinha apenas três anos. Em 1827, aos dezoito anos, Louis descobriu um jeito de modificar a realidade dos cegos. Braille ouviu falar de um sistema de pontos e buracos inventado por um oficial para ler mensagens durante a noite, em lugares onde não se podia acender a luz. Assim, ele adaptou o método para a realidade dos cegos, com pontos em relevo

ano de 1829 e inaugurou um novo tempo na história de pessoas cegas, promovendo um grande movimento no ensino e desenvolvimento nas técnicas de aprendizagem. Apesar de esse sistema ter trazido uma melhor adequação das instituições ao acesso de pessoas com deficiência visual no campo de ensino, não foi uma conquista plena no que tange a múltiplos entraves sociais que perpassam a história.

A partir de então, a institucionalização da educação e da profissionalização dos cegos ganhou impulso, e o Braille se configurou como a forma mais efetiva de escrita e leitura para pessoas cegas. No entanto, a progressiva proliferação das instituições especializadas em educação de cegos em todo o mundo, por si só, não lhes garantiu integração na sociedade, acesso a direitos, nem fim do preconceito e do estigma associado à cegueira. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 28)

No Brasil, no ano de 1835, surgiram os primeiros relatos sobre a educação voltada para pessoas com deficiência visual. Um projeto de lei lançado pelo deputado Cornélio Ferreira França objetivava ofertar ensino das primeiras letras às pessoas cegas e surdas, porém não houve um grande avanço, sendo, assim, arquivado. Já no ano de 1854, o imperador D. Pedro II, trazendo raízes da escola para cegos na França onde estudou José Alves de Azevedo<sup>27</sup>, que era deficiente visual, inaugurou a primeira escola para deficientes visuais na cidade do Rio de Janeiro, cujo nome era “O Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, atualmente, chamado Instituto Benjamin Constant<sup>28</sup>. (FRANCO; DIAS, 2007)

Esse Instituto era aberto para todas as classes da sociedade, porém não eram aceitos os escravos. Desta forma, é importante ressaltar que a grande maioria de pessoas cegas no Brasil era composta por escravos ou homens e mulheres que conseguiram a liberdade, mas que não tinham direito algum em meio à sociedade. Aquelas pessoas com deficiência visual que ingressavam no instituto acabavam por obter, naquele ambiente, uma forma de sobrevivência, pois apesar do intuito da instituição ser de emancipá-las, acabou por institucionalizá-las, tendo em vista que

---

(de modo que eles pudessem ser sentidos pela ponta dos dedos). Nascia assim, o método Braille, no ano de 1929. Em 1852, ano em que o Método Braille foi oficialmente adotado na Europa e América, Louis Braille morria de tuberculose, em seu país. (SIQUEIRA, 2013, p.07)

<sup>27</sup> A repercussão do sucesso das novas técnicas e métodos e a credibilidade na capacidade das pessoas cegas chegam ao Brasil encarnadas em José Álvares de Azevedo ao regressar de seus estudos em Paris, no Instituto Real dos Jovens Cegos. (Bruno; Mota, 2001)

<sup>28</sup> O Instituto Benjamin Constant (IBC) foi o primeiro educandário para cegos na América Latina e é a única Instituição Federal de ensino destinada a promover a educação das pessoas cegas e das portadoras de baixa visão no Brasil. (Bruno; Mota, 2001)

não encontraram condições de manutenção de vida digna de forma autônoma, pois a própria sociedade e a estrutura de classe os excluíaam do sistema, não só por serem cegas, mas pelas condições financeiras que não condiziam com o aceitável. Porém, aqueles que conseguiam um bom rendimento eram aproveitados como professores e aqueles que não tinham aptidões necessárias eram remanejados para fábricas de vassouras ou outros serviços manuais. (ROSA; DUTRA)

Entretanto, houve um momento de ruptura com o Instituto no momento em que os então alunos, já formados como professores, decidiram buscar uma alternativa fora daquele espaço, podendo assim conseguir uma autonomia financeira digna. Com apoio de algumas redes de influência de classe alta e média da sociedade, esses professores começam a abrir novos institutos pelo país, objetivando sempre o trabalho e a educação de pessoas com deficiência visual. (ROSA; DUTRA)

A cronologia dos acontecimentos em prol da educação de pessoas cegas no Brasil, aponta o surgimento em outros estados do país, seguindo o mesmo modelo educacional do IBC, as primeiras escolas especiais para alunos cegos: 1926 – Instituto São Rafael – Belo Horizonte-MG; 1928 – Instituto Padre Chico – São Paulo-SP; 1929 – Instituto de Cegos da Bahia – Salvador-BA; 1941 – Instituto Santa Luzia – Porto Alegre-RS; 1943 – Instituto de Cegos do Ceará – Fortaleza-CE; 1957 – Instituto de Cegos Florisvaldo Vargas – Campo Grande-MS. (BRUNO; MOTA, 2001, p.27)

Iniciando a década de 1950, no Brasil, começam a surgir organizações de pessoas com deficiência visual por meio de associações, sendo a primeira inaugurada na cidade do Rio de Janeiro. Essas associações eram organizadas por pessoas cegas que tinham como objetivo gerir forças para lutar por melhores condições no espaço social, havendo um cunho mais relacionado a questões econômicas.

Esse modelo associativista nasceu em um momento que houve uma transição entre o que era colocado como modelo médico e modelo social, com base nos direitos humanos. Nesse período, ocorreu também um crescimento de impressão de livros em Braille, possibilitando a educação de pessoas cegas, assim como ampliação do acesso a leitura<sup>29</sup>. Franco e Dias (2007) relatam que nessa

---

<sup>29</sup> Um grande marco na história da educação de pessoas cegas foi a criação, em 1946, da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, hoje denominada Fundação Dorina Nowill para cegos que, com o objetivo original de divulgar livros do Sistema Braille, alargou sua área de atuação, apresentando-se como pioneira na defesa do ensino integrado, prestando relevantes serviços na capacitação de recursos humanos e de práticas pedagógicas. (Bruno; Mota, 2001)

década foi instalada em São Paulo a primeira classe em Braille no ensino regular, havendo inicialmente uma experimentação, sendo oficializada em 1953. Outro fato marcante dessa época foi a autorização por meio do Conselho Nacional de Educação do ingresso de estudantes cegos nas faculdades de Filosofia. Observamos, assim, a conquista oficial das pessoas com deficiência visual estarem se inserindo no Ensino Superior. (LANNA JUNIOR, 2010)

A integração no ensino primário foi iniciativa da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, em São Paulo. O ensino integrado de 2º grau foi resultado dos esforços desenvolvidos pelo Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro. A integração das pessoas cegas no ensino superior foi uma consequência de sua admissão ao ensino de 2º Grau e se fez através de atividades isoladas dos interessados, mediante a obtenção de pronunciamento do então Conselho Nacional de educação. (ARAUJO, 1993, p.50)

Essa década de 1950 foi uma época de grande discussão sobre o acesso de pessoas com deficiência visual (cegos ou visão reduzida) em escolas de ensino regular, ocorrendo a Campanha Nacional de Educação de Cegos, que era uma política pública institucionalizada no Governo Federal, articulada com a União, os Estados, os Municípios e as instituições particulares através de treinamento de profissionais aptos a atender essa população nas escolas especializadas. (ROSA; DUTRA)

Passados 10 anos, em 1960, novas associações foram surgindo, porém, adotando novos direcionamentos que iam para além de questões econômicas, visavam também o ingresso de pessoas com deficiência visual na educação, no mercado de trabalho (profissionalização), na cultura e no lazer.

Nesse período, consolidava-se um estatuto nacional que visava organizar o movimento em todo o país, estabelecendo diálogos com o governo e a sociedade civil. (LANNA JUNIOR, 2010)

A primeira entidade nacional foi o Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos (CBEC), fundado no Rio de Janeiro, em 1954. O Conselho foi criado por iniciativa de Dorina Nowill e do diretor do IBC, Dr. Rogério Vieira, que, após se reunirem com representantes de outras organizações, decidiram criar a entidade, que teve Dorina Nowill como primeira presidente. O Conselho era filiado ao Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos. O Conselho Mundial para o Bem-estar dos Cegos transformou-se na União Mundial dos Cegos (World Blind Union), que é atualmente a principal organização de cegos no mundo. A União Mundial dos Cegos foi criada em 1984, quando o Conselho Mundial e a Federação Internacional dos Cegos se fundiram no novo órgão. (LANNA JUNIOR, 2010, p.30)

No decorrer dos anos, muitos avanços científicos foram tomando conta do mundo e do Brasil, além de surgirem associações de pais, deficientes e amigos em vários locais do país, que visavam lutar pela melhoria de vida e qualidade na educação das pessoas com deficiência visual. (BRUNO; MOTA, 2001)

A sociedade dá indícios de que precisa se preparar para atender às necessidades de seus membros. O modelo social da deficiência se fortalece como processo bilateral no qual, na conjugação de esforços, pessoas e sistemas sociais se reestruturam, simultaneamente, com vistas à edificação de uma sociedade para todos. (BRUNO. MOTA, 2001, p.29)

No ano de 1973, o MEC criou o Centro Educacional de Educação Especial (CENESP), responsável em todo território nacional pela garantia de atendimento adequado e pela expansão do acesso de pessoas com deficiência em todos os campos educacionais deixando extinta a Campanha Nacional de Educação de Cegos.<sup>30</sup>

Em 1986, é criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), contudo o CENESP é substituído pela Secretaria de Educação Especial (SESPE) que logo após a reestruturação do Ministério da Educação é extinta, sendo organizada em 1992 a Secretaria de Educação Especial (SEESP). (FRANCO; DIAS, 2007)

Para Rosa e Dutra, foi no início da década de 1980 que os movimentos, do ponto de vista “organizacional, de expressão e inserção social” vieram a ganhar força, tendo em vista que era uma época de lutas sociais pela redemocratização do país, de reivindicação de direitos como sujeitos sociais.

Na década de 1990, inicia-se a era da inclusão, onde não são vistos somente os direitos da PCD, mas o dever da sociedade no geral a se adaptar às necessidades existentes desse público. Desse período até os tempos atuais, surgem leis que estabelecem inserção percentual de pessoas em órgãos públicos e privados, cotas para as PCD, a questão da acessibilidade que veremos nos próximos tópicos.

---

<sup>30</sup> No ano de 1973 o MEC criou o Centro Educacional de Educação Especial (CENESP) que era responsável em todo território nacional para a garantia de atendimento adequado e pela expansão do acesso de pessoas com deficiência em todos os campos educacionais deixando extinta a Campanha Nacional de Educação de Cegos.<sup>30</sup> Porém em 1986 é criada a Coordenadoria Nacional para Integração para Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). (FRANCO; DIAS, 2007)

Apesar do grande crescimento do acesso de pessoas com deficiência visual em múltiplos espaços, principalmente na educação e no mercado de trabalho, podemos observar, a partir dos relatos no último tópico deste capítulo, que muitas ações são realizadas sem uma atenção única de satisfazer as necessidades do público-alvo que são as PCD, implementadas apenas para cumprimento de leis e para mascarar a realidade.

O IBGE apontou, no Censo de 2010, que a deficiência visual despontou como maior incidência no País, existindo 6,5 milhões de deficientes visuais, entre totalmente cegos (528 mil) e com baixa visão (6 milhões). No próximo ponto, trataremos o segundo maior percentual divulgado, que faz referência às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.

#### **4.1.2 A deficiência física**

Para o Estatuto da Pessoa com Deficiência, deficiência físico-motora é a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando limitação da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros ou face com deformidade congênita ou adquirida.

Segundo Freitas (2014), a deficiência física pode ser classificada como motora ou neuromotora, ou seja, pode tanto associar-se a comprometimentos neurológicos, como de mobilidade. Desta forma, a autora diz que a deficiência motora é a perda de capacidades que afeta diretamente a postura e/ou movimento, podendo ser fruto de uma lesão congênita ou adquirida nas estruturas reguladoras do movimento do sistema nervoso e a deficiência neuromotora reporta-se às deficiências ocasionadas por lesões nos centros e vias nervosas que comandam os músculos.

Conforme já colocado, as causas são múltiplas, podendo ter origem através de infecções ou por lesões ocorridas em qualquer fase da vida da pessoa ou por degeneração neuromuscular, cujas manifestações exteriores consistem em fraqueza muscular, paralisia ou falta de coordenação. Essa deficiência pode ser causada desde antes do nascimento, ou seja, na gestação, e implicam diversos fatores externos que vão desde problemas genéticos ao uso de drogas. Podem

surgir durante o parto, podem vir em decorrência de acidentes de trânsito ou de trabalho, além de outros fatores que falaremos mais adiante.

O início da história, no transcorrer dos anos, das pessoas com deficiência física, equipara-se à relatada no capítulo e item anterior sobre as pessoas com deficiência visual no que tange às questões de preconceitos, estigmas, isolamento da sociedade e menosprezo por suas condições físicas, por seres considerados incapazes e amaldiçoados.

Muitas pessoas adquiriram alguma deficiência física após participarem de guerras ou serem vitimadas por conflitos que mutilavam seus corpos. Na década de 1950, métodos e paradigmas desenvolvidos na Europa e EUA por estudantes de medicina e especialistas viraram modelo de reabilitação do pós Segunda Guerra, onde tinham por objetivo trazer aos pacientes o retorno à vida em sociedade. No Brasil, não havia vítimas de guerra, porém houve a necessidade de criação dos primeiros centros de reabilitação que atendiam pessoas vítimas do grande surto que houve de poliomielite<sup>31</sup>. (LANNA JUNIOR, 2010)

Segundo Lanna Junior (2010), um dos primeiros centros de reabilitação do Brasil foi a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), fundada em 1954.

Idealizada pelo arquiteto Fernando Lemos, cujo filho possuía sequelas de poliomielite, a ABBR contou com o apoio financeiro de grandes empresários provenientes dos setores de comunicação, bancário, de aviação, de seguros, dentre outros. Entre esses empresários, estava Percy Charles Murray, vítima de poliomielite e primeiro presidente da associação. A primeira ação da ABBR foi criar a escola de reabilitação para formar fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, diante da carência desses profissionais no Brasil. Os cursos de graduação em Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Escola da Reabilitação da ABBR tiveram início em abril de 1956, de acordo com os moldes curriculares da Escola de Reabilitação da Columbia University. No ano seguinte, em setembro de 1957, o Centro de Reabilitação da ABBR foi inaugurado pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek. (LANNA JUNIOR, 2010, p.28)

Nesse contexto do surto de poliomielite no Brasil, ainda surgiram outras organizações filantrópicas como a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD) de São Paulo (hoje Associação de Assistência à Criança Deficiente), fundada em 1950; o Instituto Bahiano de Reabilitação (IBR) de Salvador, criado em

---

<sup>31</sup> A poliomielite foi observada no início do século XX, no Rio de Janeiro (1907-1911) e em São Paulo (1918). Porém, surtos de considerável magnitude ocorreram na década de 1930, em Porto Alegre (1935), Santos (1937), São Paulo e Rio de Janeiro (1939). A partir de 1950, foram descritos surtos em diversas cidades, com destaque para o de 1953, a maior epidemia já registrada no Brasil, que atingiu o coeficiente de 21,5 casos por 100 mil habitantes, no Rio de Janeiro. (JUNIOR, 2010)

1956 e a Associação Fluminense de Reabilitação (AFR) de Niterói, fundada em 1958. Alguns hospitais tornaram-se centros de referência na reabilitação de pessoas com sequelas de poliomielite, a exemplo do Hospital da Baleia e do Hospital Arapiara, ambos em Belo Horizonte - MG. (LANNA JUNIOR, 2010)

Aponta Lanna Júnior (2010) que com a grande campanha de vacinação contra a poliomielite, houve uma diminuição de sequelas da doença, porém por conta da urbanização e da industrialização da sociedade aumentaram os casos de deficiência associados a causas violentas, principalmente no que tange a acidentes de carro ou moto e havendo um crescimento significativo de ferimentos ocasionados por armas de fogo.

O surgimento da reabilitação física suscitou o modelo médico da deficiência, concepção segundo a qual o problema era atribuído apenas ao indivíduo. Nesse sentido, as dificuldades que tinham origem na deficiência poderiam ser superadas pela intervenção dos especialistas (médicos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, assistentes sociais e outros). No modelo médico, o saber está nos profissionais, que são os principais protagonistas do tratamento, cabendo aos pacientes cooperarem com as prescrições que lhes são estabelecidas. (LANNA JUNIOR, 2010, p.28)

Apesar desse modelo de atendimento a pessoas com deficiência físico-motora representar um avanço, havia um desconhecimento de fatores relacionados a aspectos econômicos, sociais e políticos, tendo em vista que a perspectiva observada era apenas clínico-patológica, ou seja, “a deficiência é vista como a causa primordial da desigualdade e das desvantagens vivenciadas pelas pessoas”. (LANNA JUNIOR, 2010)

Na década de 1970, o movimento de PCD ainda não tinha autonomia, porém já começava a existir um envolvimento das partes e discussões em busca de expressão. Chegados os meados do século XX foi possível observar o surgimento de organizações criadas e geridas pelas próprias pessoas com deficiência, inclusive as com deficiência física. Destaca-se a criação de entidades voltadas para a sobrevivência e a prática do esporte adaptado. (LANNA JUNIOR, 2010)

No Brasil, os primeiros clubes foram fundados em 1958: Clube dos Paraplégicos de São Paulo e Clube do Otimismo do Rio de Janeiro. Ambos os clubes foram fundados por atletas que ficaram com lesão medular em certo momento da vida e que tiveram a oportunidade de se tratar nos Estados Unidos, onde conheceram o esporte adaptado. Em São Paulo, o fundador foi Sérgio Del Grande e, no Rio de Janeiro, Robson Sampaio. Essas iniciativas tiveram como efeito secundário o início da percepção, pelas pessoas com deficiência, da necessidade de discutirem sua inserção política na sociedade. As próprias dificuldades enfrentadas tanto para a

prática do esporte quanto no trabalho precário, como a venda de mercadorias de pequeno valor estimularam o início de reivindicações, sobretudo no que se refere à mobilidade. (LANNA JUNIOR, 2010, p.35)

Nesse espaço já era possível notar objetivos políticos definidos, sendo o primeiro momento que discutiam os “problemas comuns” as pessoas com deficiência. Algumas organizações foram criadas na época com fim de arrecadarem recursos financeiros para manterem a militância.

São exemplos de organizações criadas nessa época a Associação Brasileira de Deficientes Físicos (Abradef) e o Clube do Otimismo, ambos do Rio de Janeiro; o Clube dos Paraplégicos de São Paulo; e a Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes (FCDD), atualmente Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil (FCD-BR), presente em várias cidades do Brasil. (LANNA JUNIOR, 2010)

No final dos anos 1970, o movimento ganhou visibilidade, e, a partir daí, as pessoas com deficiência tornaram-se ativos agentes políticos na busca por transformação da sociedade. O desejo de serem protagonistas políticos motivou uma mobilização nacional. Essa história alimentou-se da conjuntura da época: o regime militar, o processo de redemocratização brasileira e a promulgação, pela ONU, em 1981, do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD). (LANNA JUNIOR, 2010, p. 36)

No final da década de 1970, dando início aos anos de 1980, cenário marcado pelos sinais de esgotamento da Ditadura Militar brasileira, as formas de organizações das PCD buscavam romper com o viés caritativo, sendo momentos de despertar o anseio que os sufocavam há tempos, buscando serem protagonistas de suas próprias vidas. Anos de reivindicações vieram à tona: direitos básicos, o acesso ao transporte público sem ter uma escada que os impedissem de subir e de reagirem contra formas pejorativas de serem chamados são alguns exemplos da força dessa organização. (LANNA JUNIOR, 2010)

Pode-se afirmar que o AIPD cumpriu o objetivo desejado pela ONU. No Brasil, as pessoas com deficiência ganharam destaque. Suas reivindicações por direitos e suas mobilizações se fizeram notar como nunca antes havia acontecido. Essa foi a contribuição do AIPD: a visibilidade. A ONU procurou dar continuidade a esse processo com a promulgação da *Carta dos Anos 80*, que apontava ações prioritárias e metas para a década de 1980 que possibilitassem às pessoas com deficiência integrar e participar da sociedade, com acesso à educação e ao mercado de trabalho. (LANNA JUNIOR, 2010)

Em 1984, foi então oficialmente criada a Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF)<sup>32</sup>, e depois de muitas discussões em assembleia foi decidido que nos encontros de pessoas com deficiência física poderiam participar pessoas sem deficiência, integrantes das instituições filiadas à ONEDEF, inclusive com direito a voto. Essas articulações foram importantes para estabelecer sua participação na Assembleia Nacional Constituinte, que deu origem à Constituição de 1988, que tiveram como fruto a inclusão de vários artigos voltados para defesa e garantia de direitos das PCD.

Uma das maiores bandeiras de luta das pessoas com deficiência físico-motora é a questão de acessibilidade, seja nos transportes públicos, na escola, no trabalho, na saúde, no lazer, na cultura e na mobilidade urbana. As condições mínimas de acessibilidade que permitem a participação de forma efetiva desses sujeitos, bem como a não disponibilização dos direitos que lhe competem, dificulta a circulação pelas ruas da cidade, o uso de transporte coletivo ou entrar nas edificações públicas e privadas, sendo sujeitas ao aleijamento social.

No último Censo de 2010, o IBGE informou que a deficiência físico-motora obteve o 2º lugar no número de incidência no País, existindo 13,3 milhões, isto é, 7% da população com deficiência do país. No próximo capítulo, faremos uma discussão mais ampliada sobre acessibilidade.

## **4.2 Acessibilidade no Brasil: dificuldades, desafios e direitos**

*“Acessibilidade? Atualmente, uma palavra muito bonita, mas é muito mais que isso.”*

(Marcelo, aluno entrevistado)

Segundo Castro (2013), na década de 1970, nos Estados Unidos, aconteciam as primeiras discussões sobre acessibilidade, sendo criada a Lei de Reabilitação, que deu início às adaptações em escolas e locais de trabalho. O autor ainda recorda do advento da Segunda Guerra Mundial e final da guerra do Vietnã, quando muitos soldados tiveram seus corpos mutilados ou traziam algumas sequelas físicas, com isso, houve uma necessidade de adaptar o ambiente para que pudessem ter uma adequação mais indicada à reinclusão social.

---

<sup>32</sup> A fundação oficial da ONEDEF aconteceu durante o 1º Encontro Nacional dos Deficientes Físicos, realizado em Brasília, de 13 a 16 de abril de 1984, quando a assembleia geral das organizações de deficientes físicos aprovou os estatutos e as lutas prioritárias. (JUNIOR, 2010, p.59)

O Brasil é um País que possui cidades, em sua maioria, com estruturas que não foram planejadas, sendo construídas conforme a evolução do País e o crescimento populacional. Nesse contexto, podemos salientar que por não manter estruturas uniformes, de modo que foram sendo construídas “de qualquer forma” ou “como convêm”, as pessoas que necessitam de mobilidade um tanto diferente sofrem até hoje com esses processos pouco observados por uma sociedade que não visualiza as suas particularidades, tendo ações excludentes, que deixam resquícios em uma parcela significativa da população: as pessoas com deficiência.

Segundo o Ministério das Cidades (2006):

As cidades são espaços de convergência que servem como palco de constantes transformações a partir de interesses cotidianos diferenciados. Nelas é o fator humano que recebe informações, processa e transforma de acordo com as suas necessidades. Hoje se apresentam como fruto de uma história que reflete a cultura dos habitantes que ali vivem, que se consolidou lado ao caos, a peculiaridades e ao aprofundamento das desigualdades sociais. (MINISTERIO DAS CIDADES, 2006, p. 17)

Ainda, para o Ministério das Cidades (2006), é importante entendermos que as cidades são espaços em constante evolução e crescimento. Desta forma, precisam sempre estar sendo pensadas e repensadas com o objetivo de que de fato cumpram a função social de ser disponível e acessível a todos, ou seja, “a disciplina de planejamento urbano, os instrumentos políticos e as pessoas são os elementos primeiros que podem e devem interferir positivamente nesses processos de transformação.”

É interessante colocar que ainda existem barreiras que dificultam a acessibilidade nas cidades, atingindo com mais força as populações mais pobres e menos protegidas, onde acessibilidade e fluxo de circulação no espaço urbano se tornam notavelmente reduzidas.

Para um entendimento melhor da questão, trazemos a definição de acessibilidade contida no Decreto de nº 5.296, de 2 de dezembro, de 2004, que aponta ser essa

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (DECRETO Nº 5.296, 2004)

Segundo Costa, Maior e Lima (2005), o tema da acessibilidade para pessoas com deficiência veio à tona há pouco tempo no Brasil. Para Silva e Coutinho (2012), a Acessibilidade no Brasil começou a ser discutida na década de 1980 através dos movimentos organizados por pessoas com deficiência física; porém, foi na Constituição Federal de 1988 que o assunto entrou para o marco legal federal brasileiro, apesar de haver relatos de pinceladas singelas na Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro 1978, que já tocava no assunto. As autoras relatam ainda que esta só fazia menção no que tange a edifícios e logradouros, não orientando outros tipos de acessibilidade necessários, sobre os quais falaremos mais adiante.

Cordovil (2009) diz que, em 1985, a ABNT<sup>33</sup> trazia normas sobre acessibilidade, onde tinha como tema "Adequação das Edificações, Equipamentos e Mobiliário Urbano à pessoa portadora de deficiência", seria a NBR 9050, já revisada em 1994 e novamente em 2004, a fim de estar sempre atualizado e conforme as necessidades atuais da população com deficiência.

Após essas primeiras iniciativas para promover a acessibilidade, algumas leis e decretos voltados à população com deficiência e/ou mobilidade reduzida foram tomando forma e se expandindo pelo país. Conforme a CORDE, que divulgou através do Secretário Nacional Antônio José Ferreira, podemos visualizar abaixo as implementações no decorrer dos anos:

- Em 1994, a Lei nº 8.899 instituiu o passe-livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 3.691/2000.
- Em 1995, a Lei nº 8.989 estabeleceu a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas com deficiência física.
- Em 1999, a Lei nº 7.853/1989 foi regulamentada pelo Decreto nº 3.298, que também estabeleceu o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, o CONADE, como órgão superior de deliberação coletiva com a atribuição principal de garantir a implementação da Política Nacional de Integração

---

<sup>33</sup> Fundada em 1940, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o órgão responsável pela normalização técnica no país, fornecendo a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. É uma entidade privada, sem fins lucrativos, reconhecida como único Foro Nacional de Normalização através da Resolução n.º 07 do CONMETRO, de 24.08.1992. (SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA)

da Pessoa Portadora de Deficiência. Além de acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais relativas à pessoa com deficiência, o CONADE recebeu a finalidade de zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência; de propor a elaboração de estudos e pesquisas; de propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência; de aprovar o plano de ação anual da CORDE.

- Em 2000, o assunto foi tratado pela Lei Federal n.º 10.048 e pela Lei n.º 10.098, que avançaram mais em relação à implantação da acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. A primeira aborda o atendimento prioritário e a acessibilidade nos meios de transporte, e estabelece penalidade em caso de seu descumprimento. A outra subdividiu o assunto em acessibilidade ao meio físico, aos meios de transporte, na comunicação e informação e em ajudas técnicas.

- Em 2004, o Decreto n.º 5.296, chamado de Decreto da Acessibilidade, regulamentou ambas as leis, o que ampliou o tema a espaços mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, serviços de transporte e dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação.

Essas leis são fortes aliadas na elaboração de políticas públicas para as PCD nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) e destacamos o decreto citado por último, o de 5.296, de 2004, que possibilitou condições para o desenvolvimento da Política Nacional de Acessibilidade, respeitando o que tange a cada esfera do governo e a realidade e a diversidade dos municípios e estados. (MOREJÓN, 2009)

Sasaki (2009) traz uma estrutura didática sobre acessibilidade, relatando seis dimensões indispensáveis para assegurar que esta seja resguardada nos espaços utilizados por todas as pessoas, sejam elas com deficiência ou não, quebrando possíveis barreiras existentes nas mais diversas dimensões:

As seis dimensões são: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência). (SASSAKI, 2009)

O Brasil tem lançado, nos últimos anos, iniciativas estabelecidas por leis e decretos, para tornar o país mais acessível às pessoas com deficiência, apesar de não visualizarmos com tanta amplitude, pois basta caminhar pelas ruas de nossa cidade, usar transportes urbanos, adentrar alguns estabelecimentos e, o primordial, conversar com uma pessoa que possui deficiência para termos dados qualificadamente vividos à nossa disposição.

Em novembro de 2011, foi lançado um Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência disposto pelo Governo Federal conhecido como “Viver sem limites” por meio do decreto 7.612. A proposta é promover autonomia e participação das PCD por meio de articulações de políticas governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade. Esse plano foi pensado com a participação de mais de 15 ministérios e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)<sup>34</sup>, trazendo contribuições da sociedade civil. Esse plano envolve todos os entes federados e pretende, até o fim de 2014, realizar um investimento de R\$ 7,6 bilhões. (Decreto nº 7.612, 2011)

Segundo o programa Viver sem Limites, as atuações desse projeto se subdividem em vários eixos:

- Acesso à Educação: esse eixo visa promover programas de Salas de Recursos multifuncionais, programa de Escola Acessível, Transporte Escolar Acessível (Programa Caminho da Escola), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir), Educação Bilíngue (Libra/Língua Portuguesa) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola;

---

<sup>34</sup> Art. 11. Ao CONADE, criado no âmbito do Ministério da Justiça como órgão superior de deliberação colegiada, compete: I - zelar pela efetiva implantação da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; II - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana e outras relativas à pessoa portadora de deficiência; III - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Ministério da Justiça, sugerindo as modificações necessárias à consecução da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; IV - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência; V - acompanhar e apoiar as políticas e as ações do Conselho dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; VI - propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência; VII - propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa portadora de deficiência; VIII - aprovar o plano de ação anual da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE; IX - acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; e X - elaborar o seu regimento interno. (DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999).

- Inclusão social: tem como objetivo promover programas que garantam o BPC no trabalho, Residências Inclusivas, Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência;
- Acessibilidade: promove programas como Minha Casa, Minha Vida II (casas arquitetura de acessibilidade), Centros Tecnológicos, Cães-Guias, Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva, Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva, Crédito facilitado para aquisição de produtos de tecnologia assistiva;
- Atenção a Saúde: promove programas de identificação e intervenção precoce de deficiências, diretrizes terapêuticas, Centros Especializados de Reabilitação, Transporte para acesso à saúde, oficinas ortopédicas e ampliação da oferta de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, atenção odontológica às pessoas com deficiência.

Portanto, a partir do que foi colocado, podemos perceber que a acessibilidade é direito social que deve ser garantida a todos como uma forma de facilitar o acesso em todos os contextos e aspectos da atividade humana. No que tange a nossa pesquisa, iremos focar no próximo capítulo o ensino superior que veremos como se inseriu e está sendo normatizado no Brasil.

### **4.3 Os caminhos da acessibilidade no ensino superior brasileiro.**

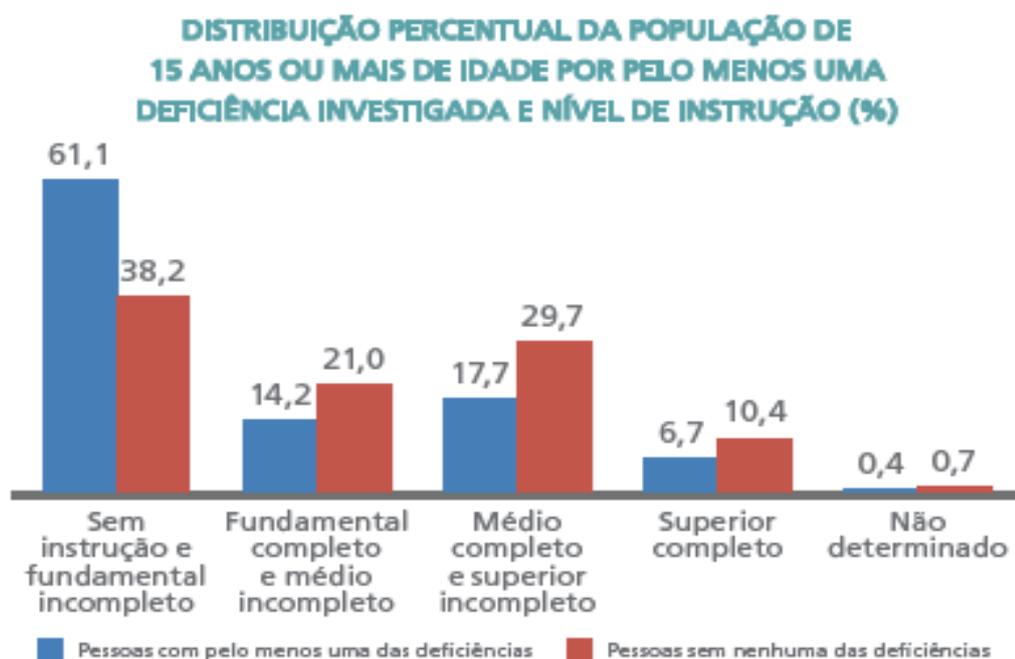
*“[...] Eu luto contra mim mesma para terminar o curso, pois está difícil a minha locomoção, meu desafio é conseguir concluir [...]”.* (Frida, aluna entrevistada)

Durante anos, a população com deficiência vem buscando seu “lugar ao sol”. Questões como o direito à educação e o ingresso no ensino superior são alvo de lutas cotidianas que perduram até os dias de hoje. A discussão nesse tópico não se refere apenas ao ingresso do estudante no ensino superior, mas diz respeito à garantia de sua permanência também e está relacionada à política de acessibilidade que lhe for “ofertada” (apesar de ser um direito garantido por lei) na instituição em que ingressar.

Antes de adentrarmos na primeira questão deste tópico, é interessante ao leitor perceber o quantitativo de estudantes que estavam no ensino superior no

Brasil. Coloco o verbo “estar” no passado, pois o último Censo que temos disponível no momento é o de 2010. Desta forma, no que se refere ao nível de instrução da população pesquisada pelo censo de 2010 é de que 14,2% possuíam o fundamental completo, 17,7% o médio completo e/ou ensino superior incompleto e 6,7% possuíam superior completo. Ainda, havia a proporção que recebe o nome de “não determinada” igual a 0,4% e 61,1% sem instrução e fundamental completo. Este último é um dado alarmante, tendo em vista que equivale à maior parte da população pesquisada que possui alguma deficiência (CENSO, 2010). O gráfico abaixo ajuda a melhorar nossa visualização:

Gráfico 2 – Nível de instrução



(Fonte: Censo 2010)

Nesse quadro, podemos observar a disparidade no que se refere desde a porcentagem de pessoas com deficiência sem instrução ou com ensino fundamental incompleto *versus* a porcentagem do superior completo, mostrando ainda ser restrita sua inserção no ensino superior. É importante colocar que essas diferenças existem também no que tange à região, onde esse nos mostra que o Nordeste teve o maior percentual de pessoas sem instrução e fundamental incompleto, com a taxa de 67,7% e a Região Sudeste apresentou a menor, com 56,2%. Com relação ao nível superior, a menor taxa foi de 4,0% na Região Nordeste e a maior foi de 8,5% na

região Sudeste do país. Isso nos traz uma reflexão sobre as diferenças regionais e de investimentos em desnível nas regiões. Vejamos mais um gráfico que referencia essa informação:

Gráfico 3 – Nível de instrução por região.

Grandes Regiões	Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Brasil	100,0	61,1	14,2	17,7	6,7	0,4
Norte	100,0	61,9	14,0	18,4	5,4	0,4
Nordeste	100,0	67,7	12,3	15,7	4,0	0,3
Sudeste	100,0	56,2	15,5	19,4	8,5	0,5
Sul	100,0	62,6	14,4	16,0	6,8	0,2
Centro Oeste	100,0	58,4	14,3	18,7	8,2	0,4

Fonte: Censo de 2010

É interessante percebermos que a educação inclusiva no ensino superior de pessoas com deficiência, como já vimos nos tópicos anteriores, foram processos exaustivos de lutas e conquistas a passos pausados diante da conjuntura adversa que as cercavam, ou seja, marcada pela discriminação, pelo preconceito e pela exclusão.

Essa educação inclusiva no ensino superior é direito dos sujeitos, desta forma, os requisitos necessários devem ser observados e atendidos mediante a implementação, por parte do poder público competente, tendo uma visão ampla de uma série de medidas quantitativas e qualitativas na educação para evitar a exclusão de minorias, onde estão inseridas as PCD. (ATIQUE; ZAHER, 2009, p. 1591)

Segundo a UNESCO (1994), na Declaração de Salamanca:

Inclusão e participação são essenciais à dignidade e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, estas concepções refletem-se no desenvolvimento de estratégias que procuram alcançar uma genuína igualdade de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educativas especiais é atingida mais plenamente nas escolas inclusivas que atendem todas as crianças da respectiva comunidade. (UNESCO, 1994)

O acesso das PCD no ensino superior só é possível mediante um processo de inclusão na educação básica, que se constitui degrau necessário para efetivação da educação para todos. No Brasil, ouve-se falar de educação inclusiva, de fato, desde a Constituição de 1988, sendo prevista a educação como direito social, significando dizer que ela deve ser assegurada sem nenhum tipo de discriminação. Ainda, para a UNESCO (1994):

O desenvolvimento de escolas inclusivas que atendem um número elevado de alunos, tanto nas áreas rurais como urbanas pressupõe: a articulação duma política forte e precisa no referente à inclusão, com uma dotação financeira adequada; uma campanha eficaz de informação do público destinada a combater os preconceitos negativos e a promover atitudes informadas e positivas; um programa extensivo de orientação e formação de pessoal; e a disponibilização dos serviços de apoio necessários. Para contribuir para o êxito das escolas inclusivas são precisas mudanças, além de em muitos outros, nos seguintes sectores educativos: currículo, instalações, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, ética escolar e atividades extraescolares. (UNESCO, 1994, p.22)

Segundo o documento orientador do programa Incluir (2013) a:

A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes, o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes.

A inserção de pessoas com deficiência na educação não deve ficar apenas em leis e decretos, é preciso sair do papel e criar formas para que essas pessoas de fato possam chegar a esse ensino e tenham condições de nele permanecer. Essas formas só são possíveis com a acessibilidade permeando nosso cotidiano. Como afirma o INEP (Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira):

Dotar as instituições de educação superior (IES) de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes. Na educação superior o debate sobre a inclusão se inscreve na discussão mais ampla do direito de todos à educação e na igualdade de oportunidades de acesso e permanência, com sucesso, nessa etapa de ensino. (INEP, 2013, p.04)

Sobre essa questão, uma nota técnica lançada em 2013, de nº 385, pelo MEC esclarece que “Assegurar acessibilidade é uma obrigação das IES, públicas e privadas, pertencente ao sistema federal de ensino.” (MEC - nota técnica 385/2013).

O MEC regulamentou, através da portaria de nº 3.284, no dia 07 de novembro, de 2003, os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência para orientar os processos de autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento de IES, a partir do atendimento a esses requisitos que se cumpridos permitem o acesso de forma legal a todas aquelas que venham necessitar dessas ações de acessibilidade. Baseado na ABNT na norma 9050 de forma sucinta orienta o que basicamente deve haver nas instituições, como observamos abaixo:

Art 2º A Secretaria de Educação Superior, com apoio técnico da Secretaria de Educação Especial, estabelecerá os requisitos de acessibilidade, tomando-se como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.

§ 1º Os requisitos de acessibilidade de que se trata no caput compreenderão no mínimo:

I - com respeito a alunos portadores de deficiência física:

- a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- f) instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;

II - no que concerne a alunos portadores de deficiência visual, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- a) de manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;
- b) de adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em Braille e de fitas sonoras para uso didático;

III - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- b) de adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- c) de estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;

d) de proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

A NBR (Norma Brasileira) 9050 detalha o espaço, a altura, a distância, o tamanho, dentre outras questões que se deve respeitar para cada objeto de acessibilidade que será utilizado, contendo essa norma imagens para melhor visualização desses. Em virtude do que se propõe esse trabalho, não será possível fazermos o detalhamento desta norma, mas apontaremos outras questões afins no tópico que trará as entrevistas coletadas na pesquisa de campo.

Outro marco relevante que deve ser mencionado é a lei nº 10.098, de 19 de dezembro, de 2000, conhecida como a Lei de Acessibilidade, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Também, mencionamos a lei criada em 1989, cujo nº 7.853, dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, instituindo a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplinando a atuação do Ministério Público, definindo crimes e dando outras providências. Essa Lei, em seu artigo 8º, diz que recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência, é crime punível com reclusão (prisão) de 1(um) a 4 (quatro) anos e multa.

Para finalizarmos esse tópico, achamos interessante expor os principais dispositivos legais e normativos produzidos em âmbito nacional e internacional que enfatizam a educação de qualidade para todos e, ao constituir a agenda de discussão das políticas educacionais, reforçam a necessidade de elaboração e implementação de ações voltadas para a universalização do acesso à educação superior, disponibilizado pelo MEC (2013):

- **Constituição Federal/88, arts. 205, 206 e 208:** Assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, I), garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V).

- **LDB 9.394/96, cap. IV:** Institui o processo de avaliação das instituições de educação superior, assim como do rendimento escolar dos alunos do ensino básico e superior.

- **Aviso Circular nº 277/96:** Apresenta sugestões voltadas para o processo seletivo para ingresso, recomendando que a instituição possibilite a flexibilização dos serviços educacionais e da infraestrutura, bem como a capacitação de recursos humanos, de modo a permitir a permanência, com sucesso, de estudantes com deficiência nos cursos.

- **Decreto nº 3.956/01:** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

- **Lei nº 10.436/02:** Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados.

- **Portaria nº 2.678/02:** Aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

- **Portaria nº 3.284/03:** Substituiu a Portaria nº 1.679/1999, sendo ainda mais específica na enumeração das condições de acessibilidade que devem ser construídas nas IES para instruir o processo de avaliação das mesmas.

- **ABNT NBR 9.050/04:** Dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

- **Decreto nº 5.296/04:** Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu artigo 24, determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos e privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

- **Decreto nº 5.626/05:** Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia e, optativamente, nos demais cursos de educação superior.

- **Programa Acessibilidade ao Ensino Superior. Incluir/2005:** Determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

- **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006):** Assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

- **Plano de Desenvolvimento da Educação/2007:** O Governo Federal, por meio do MEC, lançou em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida pelas escolas e IES brasileiras. Reafirmado pela Agenda Social, o Plano propõe ações nos seguintes eixos, entre outros: formação de professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.

- **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008):** Define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

- **Decreto nº 6.949/09:** Ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

- **Decreto nº 7.234/10:** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Programa tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e, em

seu Art. 2º, expressa os seguintes objetivos: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”. Ainda, no art. 3º, § 1º, consta que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas em diferentes áreas, entre elas: “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”.

- **Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010:** Referendaram a implementação de uma política de educação inclusiva, o pleno acesso dos estudantes público alvo da educação especial no ensino regular, a formação de profissionais da educação para a inclusão, o fortalecimento da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implantação de salas de recursos multifuncionais, garantindo a transformação dos sistemas.

- **Decreto nº 7.611/11:** Dispõe sobre o AEE, que prevê, no art. 5º § 2º a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP 8/2012:** Recomenda a transversalidade curricular das temáticas relativas aos direitos humanos. O Documento define como “princípios da educação em direitos”: a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, vivência e globalidade, e a sustentabilidade socioambiental.

Com base nesse extenso número de leis, portarias, decretos e diretrizes criadas para expandir e garantir a acessibilidade, trazemos o pensamento positivo de que estão em consonância com a realidade dos usuários dessas implementações. Porém, será que estão sendo aplicadas? Será que, de fato, essas iniciativas estão sendo concretizadas? No próximo tópico traremos as reflexões dos

estudantes com deficiência visual e físico-motora, sujeitos da pesquisa, sobre seu cotidiano educacional.

#### **4.4 Nada sobre nós, sem nós: relatos dos estudantes com deficiência visual ou física da Faculdade Cearense.**

*Nessa escrita rebuscada  
são sinais de paixão  
entrelaces que encontro pela vida.*  
(Aline Silva)

A frase “Nada sobre nós, sem nós”, que consta no título desta produção, reflete uma das inquietações que motivaram essa investigação: saber como estudantes com deficiência percebem a acessibilidade na FAC, dando voz a esses sujeitos, que são de fato aqueles que podem melhor avaliá-la.

Inicialmente, nosso intuito era entrevistar todos os alunos da Faculdade Cearense que são PCD, porém, diante de alguns fatores (como o tempo para concretização do TCC), não foi possível contemplar integralmente esse universo, e assim delimitamos o número de 6 (seis) entrevistadas(os) para serem os sujeitos dessa pesquisa.

Conforme mencionado no capítulo que trata da metodologia utilizada, utilizamos como uma das técnicas para coleta de dados entrevistas semiestruturadas, norteadas por um roteiro contendo 27 (vinte e sete) perguntas, das quais as 13 (treze) primeiras tiveram por objetivo coletar informações que possibilitassem traçar o perfil dos sujeitos entrevistados. Um dos desafios para a construção desse perfil era a garantia da preservação de suas identidades, por isso, optamos pela construção de um quadro ilustrativo contendo algumas informações gerais sobre esses. As entrevistas tiveram um tempo médio de 50 (cinquenta) minutos.

Iniciando as reflexões sobre os dados coletados junto aos entrevistados, informamos que quando lançamos a pergunta sobre os fatores que motivaram seu ingresso no ensino superior, houve 6 (seis) respostas muito parecidas. Destacamos que a grande maioria dos entrevistados alimentava esse desejo desde a infância, principalmente aqueles que são deficientes desde o nascimento ou que a adquiriam

nos primeiros anos de vida sendo, portanto, sua inclusão no ensino superior considerada por eles um projeto de vida pessoal. Outra questão levantada foi que esse ingresso representaria a superação diante de suas limitações, seja por conta da deficiência, seja em virtude dos preconceitos sofridos. Assim, o sentimento manifestado era o da necessidade de se reconhecerem e de serem reconhecidos pela sociedade, não para demonstrar superioridade, mas de se autorrealizarem quando muitos dizem que não são capazes. Por isso, a conclusão do ensino superior é vista como a superação de obstáculos cotidianos.

Segundo Rocha e Miranda (2009), apesar das diversas legislações lançadas que preveem a inserção de PCD no ensino superior, diversas barreiras ainda são enfrentadas nesse processo de acesso e permanência, a exemplo das barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas, dentre outras, inclusive a falta de motivação de pessoas próximas (alguns familiares, amigos). Ainda, há o reconhecimento da necessidade de que a acessibilidade também prediz o respeito aos direitos da pessoa com deficiência, ou seja, da necessidade da consciência coletiva.

Ao perguntarmos sobre o que é acessibilidade, as respostas foram as seguintes:

“Acessibilidade parte primeiro da atitude, porque, por exemplo, não adianta você ter um caminho todo preparado pro deficiente se as pessoas não respeitam aquele caminho, por exemplo, não adianta ter vaga pra deficiente se aquela vaga não é respeitada se ela é ocupada por outra pessoa que não é deficiente, então eu acho que o princípio da acessibilidade é esse, é o respeito [...]” (Stevie)

“[...] As pessoas acham que acessibilidade é uma rampa e um banheiro e ela não é só isso, principalmente no colégio, na faculdade, eu não consigo acreditar em certas mudanças imediatistas que enfiam de goela abaixo [...] Atualmente é uma palavra muito bonita, utilizada como jargão pra muita gente valer dela, mas na minha opinião, acessibilidade é muito mais que isso, é dar acesso a todo tipo de limitação que ela tiver, no meio estrutural, arquitetônico, burocrático, acessibilidade para que as pessoas tenha o acesso ao seu direitos, porque acessibilidade vai em um contexto muito mais amplo do que só a barreira arquitetônica, a acessibilidade garante o direito a igualdade para que as pessoas tenham acesso a todos os tipos de serviços disponíveis na sociedade.” (Marcelo)

“Acessibilidade é uma forma, é uma política que garanta o direito a todas as pessoas com ou sem deficiência de ter acesso. A função básica dessa política é romper barreiras entre as pessoas com deficiência e as pessoas que não tenham deficiência aparente para que elas convivam no mesmo espaço. A gente tem hoje algo chamado de educação inclusiva onde pessoas com deficiência e sem deficiência no ensino fundamental e médio estão estudando na mesma sala. A acessibilidade é justamente isso é esse rompimento de barreira que vai existir entre essas pessoas. É uma questão de igualdade.” (Ray)

“[...] É estar no meio onde as pessoas tenham acesso, por exemplo, a faculdade, ao ensino superior, quer dizer acessibilidade seria garantir que esse mesmo ensino fosse garantido nas mesmas condições dentro das possibilidades daquelas pessoas que vão dispor de um recurso a menos, no meu caso a visão, então entendo que seja isso, que todos tenham acesso a tudo [...] (Maria)

“Acessibilidade pra mim é além do tratamento da sociedade, o olhar diferenciado pra gente, mas não com pena não de achar que é bichinha porque tem aquela deficiência, porque antes de tudo tem que ter o respeito e o reconhecimento de acesso não só na parte física mas em outros setores que a gente vai , até na burocrática tem que ser revisto tem que ser pensado, porquê muito se fala em acessibilidade, a cidade de Fortaleza só se fala em acessibilidade, a secretaria diz que promove, a prefeitura diz que está abrindo as portas, mas tá muito longe. Durante esse tempo que eu me tornei deficiente física eu tenho passado situações [...] eu tenho chorado deprimida tanto por conta do acesso que muitas vezes é negado, como tipo esse negócio da lei do passe livre pra deficiente isso é uma meia realidade existente no estatuto, existe a lei, existe a constituição mas acontece que não acontece dessa forma, porque eu já passei por uma situação no transporte de ter meus direitos negados. É muito burocrático pra conseguir o acesso. Direito violado de ir e vir [...] Sem fronteiras mas que não é respeitado.” (Frida)

Primeiramente, no que tange à Lei do Passe Livre para pessoas com deficiência, existe desde 1994, sendo a Lei 8.899 que concede isenção de pagamento no sistema de transporte coletivo interestadual. No ano 2000, esta lei foi regulamentada pelo Decreto de nº 3.691 e, em 2001, foi lançada a portaria de nº 298/MS, que instruía que para a concessão do passe seria necessário o atestado de Equipe Multiprofissional do Sistema Único de Saúde - SUS, a ser utilizado para a identificação das pessoas portadoras de deficiência. Contudo, para ter garantido o livre acesso sem pagamento nos transportes é necessário ter uma carteirinha, que segue alguns critérios de elegibilidade para sua inserção, como a comprovação a carência e o atestado médico, informando a deficiência, o que significa dizer que essa legislação não contempla todas as pessoas com deficiência.

A burocracia, seja em virtude das papeladas, seja pelo tratamento de profissionais, foi percebida como um impedimento para que os direitos desses sujeitos sejam efetivados. Diante disso, lançamos o questionamento: até onde esses direitos são garantidos? Será que os profissionais que atendem os sujeitos que os buscam estão bem preparados?

Dentro do mencionado pelos estudantes, observamos que possuem conhecimento sobre o tema Acessibilidade e que trazem uma visão crítica quanto ao respeito às suas necessidades. Para alguns, existe uma deturpação da palavra e uma má utilização diante dos espaços em que estão inseridos, sendo empregada,

na maioria das vezes, de forma vaga e pontual, não abrangendo plenamente o que de fato é para contribuir para a efetivação dos direitos da população (pessoa com deficiência ou não).

Sasaki (2009) diz que a acessibilidade é uma qualidade e é uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. O pesquisador continua dizendo que se “a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.” Publicizar as informações sobre acessibilidade são essenciais também para mantermos um ambiente com respeito e adequado, mas sobre essa questão veremos mais adiante em outras colocações.

A acessibilidade, no primeiro momento, para muitas pessoas, pode se relacionar com o meio físico, entendendo-se que um ambiente que esteja nos parâmetros estipulados signifique a garantia de direitos para as pessoas que dela necessitem. Porém como observado e bem sinalizado pelos estudantes entrevistados, é necessário ampliar esse olhar para além do meio físico, pois não é só isso que completa a realidade de igualdade para todas/os.

Sasaki (2009) vem nos orientar, ao falar que na acessibilidade existem dimensões que abrangem setores diferentes e necessários para de fato podermos dizer que estamos “vivendo” a acessibilidade.

Para ele, a Acessibilidade contempla dimensões que são as **arquitetônicas**, ou seja, a não existência de barreiras físicas, como já mencionamos, é mais visualizada (segundo os estudantes) pela sociedade, instituições de vários âmbitos e, muitas vezes, pelo próprio Estado; a dimensão **comunicacional**, ou seja, sem barreiras na comunicação entre pessoas seja no próprio diálogo ou sinalizações que orientem a todas/os; na **metodologia** que se refere a não existência de barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc. empregados; no **instrumental** onde não existam barreiras em instrumentos, ferramentas, utensílios etc. que serão utilizados por pessoas com ou sem deficiência; em questões **programáticas** onde seja acessível a todas/os as políticas públicas, legislações, normas etc. e, por fim, na eliminação **atitudinal** que visa a relação de enfrentamento nas questões como preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência).

Ao perguntarmos se conheciam alguma legislação que se referenciava à acessibilidade e como percebem as políticas públicas voltadas à garantia da acessibilidade da pessoa com deficiência (no contexto nacional e local), pelas respostas sobre a primeira questão, que se referia ao conhecimento de leis, decretos, legislação, percebemos que todos conhecem minimamente algumas dessas legislações. Para alguns estudantes, esse conhecimento foi adquirido pelo fato de ter que utilizá-los para exigir os seus direitos, o que ocasionou aproximação da lei específica. Porém, dos seis entrevistados, dois estudantes demonstraram vasto conhecimento sobre essas, inclusive relatando datas e história de algumas conquistas. Quanto às políticas públicas sobre acessibilidade, destacaram-se:

“[...] nós tivemos um avanço no programa nacional do governo atual, que é o viver sem limites que trouxe uma conotação ainda muito engatinhando melhor de visão de tecnologia, de estudos sobre o tema que desenvolvam nas universidades federais e estaduais adaptação de acessibilidade como o governo do Ceará tem toda uma técnica, uma secretaria de acessibilidade isso já vem a um bom tempo também, mas não vem do nada, vem das lutas das associações, dos movimentos das PCD que lutam, o pessoal do esporte principalmente que é o que tem mais referência no Brasil, o pessoal que está sendo inclusivo no trabalho no mercado de trabalho colocando na faculdade, nos cursos técnicos isso é uma luta da categoria das PCD não é do nada p enquadramento que está havendo nas cidades nos locais não é do nada vem de muita luta e há muito tempo ele tá começando a ser visto agora porquê as pessoas estão começando a disputar [...] Políticas públicas também são imediatistas, vão resolver o problema ali, no momento [...] hoje o programa federal traz essas coisas, e as leis postas pelos direitos humanos, porque é imposta, porque não é por livre espontânea necessidade é por livre espontânea pressão, a nossa cidade está melhorando principalmente pela lei que garante que toda obra, todo prédio público ou privado, meios de transporte tem que ser construído com acessibilidade, se ele não for ela tá irregular, mas são as leis que obrigam as pessoas a ter um pouco mais de respeito quanto a isso é por isso que as políticas públicas estão melhorando mas engatinham muito. (Marcelo)

A estudante Terezinha faz uma crítica à falta de fiscalização nas faculdades que recebem PCD:

“[...] O MEC regulamenta, só que não é fiscalizado então do que adianta ter isso se não sabe se tá tendo retorno? Se não tem como garantir que aquela instituição tá seguindo o padrão? Não tem como garantir que a acessibilidade e a inclusão está realmente acontecendo. Então a meu ver as políticas tanto nacional ou local elas estabelecem diretrizes gerais procurando dá a impressão que a inclusão no Brasil já é um negócio muito evoluído, mas que na pratica não há fiscalização [...] então assim, a política pública tanto na acessibilidade física, na saúde, na educação nomeou ver as diretrizes que são postas mas cada um, cada região faz da maneira que dá certo, então o que acontece pra muita gente é sorte porque conseguem se adaptar, mas tem muitos que desistem porque não conseguem e sofrem preconceito e não há qualquer tipo de sansão pra isso. Muitas instituições formalmente não recusam, mas dificultam até a pessoas desistir. (Terezinha)

A portaria do MEC de nº 3.284 de 2003 diz que as IES, ao solicitarem autorização para terem seus cursos reconhecidos, credenciados ou uma renovação do reconhecimento junto ao Ministério da Educação, serão avaliadas e terão que comprovar que possuem os requisitos necessários para atendimento de pessoas com deficiência. Desta forma, devem ter acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental e programática pelos parâmetros solicitados. O MEC tem por obrigação verificar junto às instituições se tais implementações estão sendo cumpridas e mantidas, porém pela própria fala da aluna Terezinha essas avaliações não estão sendo garantidas e, se estão, porque os estudantes não conseguem perceber? São questionamentos válidos e possivelmente usados em um futuro próximo.

Entendemos que conhecer os direitos é um dos primeiros passos para garantir e efetivar o cumprimento desses, sendo importante ressaltar a relevância dos próprios estudantes com deficiência terem conhecimento dos marcos que legalmente o amparam, mas também se torna imprescindível que toda a sociedade, conheça e defenda esses direitos, cobrando a quem é devido sua efetivação.

Sobre a questão desses marcos legais, Sasaki (2006) diz que a acessibilidade programática refere-se às barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais etc.). O que acontece é que não são promovidos processos de sensibilização que venham envolver a informação, o conhecimento, a aplicação dos dispositivos legais onde políticas relacionadas à inclusão e à acessibilidade de estudantes com deficiência em todos os âmbitos sejam discutidas e publicizadas, inclusive na educação superior.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro, de 2011, regula o acesso à informação já previsto na Constituição de 1988. Nessa lei, podemos perceber que todos têm direito de ter acesso à informação, bem como orientação sobre acesso e local onde podem-se obter mais informações. É papel da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município manter e assegurar a todas as pessoas plena informação, inclusive de ter acessibilidade aos *sites* para as pessoas que venham necessitar, por exemplo, as que possuem deficiência visual.

Sobre como essas leis e projetos são aplicados, analisamos que são relatados, sem exceção, por todos os entrevistados, os erros cometidos na acessibilidade para pessoas com deficiência. Vejamos a fala de Stevie:

“[...] assim, as PCD na maioria das vezes não é ouvida, então fazem de qualquer jeito... fica, fazendo errado principalmente porque não escuta as PCD e faz um monte de besteira [silencio] é muito status, é gente dizendo que trabalha com cego, que trabalha com acessibilidade, mas não sabem de nada [silencio] é só pra cumprir tabela.” (Stevie)

Os estudantes entrevistados ainda relataram fatos corriqueiros em seu cotidiano, relativos à acessibilidade nas ruas de Fortaleza, expressando indignação e decepção quanto à forma que são implementadas as políticas públicas no Estado.

[...] Eu acho que essas políticas públicas é muito blá blá blá e nada acontece, realmente existe projetos belíssimos né, mas que na realidade é a mesma história do passe livre, porque a mobilidade do deficiente físico em fortaleza é terrível, ruas esburacadas, altas e baixas, as calçadas não são planas, cheia de buracos, outro dia aconteceu comigo de cair no buraco. (Frida)

[...] Existe lá na Praça da Beira Mar um piso tátil e o mais legal de tudo é que ele vai ao encontro de um poste, ou seja, uma pessoa cega que vai andar ali sem bengala ela vai se lascar naquele poste ali com certeza de cara, fora isso na semana passada eu faço um curso de deficiência visual, eu faço um curso na área pedagógica e eu tava ali na Treze de Maio na altura do banco Itaú e eu me deparei com um piso tátil que tem um poste mesmo no meio, fora coisas que a gente andando... eu já vi aquelas lixeira de concreto em frente a uma rampa de acessibilidade... o problema é que as políticas públicas para PCD não todas mas um bocado delas são feitas por pessoas que não tem deficiência e desenvolvem aquilo ali sem fazer uma pesquisa de levantamento antes, sem saber o que é que um cego pensa sobre isso, o que é que o surdi pensa sobre isso, o que é que o cadeirante pensa sobre isso.... Quem cria muito a nossa realidade somos nós, as PCD. (Ray)

Há uma forte crítica dos estudantes sobre as políticas e iniciativas por parte pública e privada, refletindo que as implementações são realizadas somente para cumprir meta e “cumprir” a lei, mas o que de fato acontece é uma melhoria mínima e que pouco atende as demandas do cotidiano dos sujeitos que carecem de avaliações sobre as suas reais necessidades.

Nas palavras de Sassaki (2011) nenhuma lei, política pública, programa, serviço, projeto, campanha, financiamento, edificação, aparelho, equipamento, utensílio, sistema, estratégia e/ ou benefício deverá ser realizado sem o acompanhamento das pessoas com deficiência. Nada mais coerente tendo em vista que a melhor avaliação dada seria daqueles que utilização das mudanças.

Chegando ao foco principal do nosso estudo, perguntamos qual a percepção dos entrevistados sobre como deve ser uma faculdade com acessibilidade para pessoa com deficiência. Todos os estudantes tentaram explicar como seria uma faculdade acessível colocando como referência a Faculdade

Cearense, sendo essa informação de suma importância para construção de nossas considerações finais.

“[...] assim, tudo no canto certo por que se você tira alguma coisa do canto pra cego isso ai é osso você complicou a vida do cego, a questão do material acessível pra cego né, aqui na FAC não tem, mas como eu disse mexo no computador então acabo scaneando tudo, baixando na internet então isso não acaba sendo um problema maior, se tivesse todo o material scaneadinho, todo bonitinho seria uma ajuda, mas também como não tem não acaba atrapalhando tanto até porque os professores ajudam muito, mas acho que é basicamente isso né ter um site acessível isso é lei, tem identificação nas salas tanto em braille quanto em libras, ter rampas que sejam acessíveis para cadeira de rodas, enfim é uma série de coisas que eu não conheço uma que tenha. (Stevie)

“as pessoas tem que chegar e saber que são aceitas já de cara, saber que está disponível o direito como todo outro, você chega aqui e não é cadeirante e não é deficiente visual você entra em qualquer porta, passa por qualquer degrau, o deficiente não, ele tem que pedir para que coloquem uma marcação no chão pra que eu possa chegar até o banheiro ou minha sala de aula, eu tenho que pedir pra que alguém adapte um porta que seja mais larga, que tire uma barra ou coloque uma barra no banheiro, as maiores dificuldades é que a faculdade não se adequa como deve ser, ele não tem (pausa) a inclusão tá em esperar o público (pausa) ela não tem que esperar o público chegar e mostrar pra ela o que ela tem fazer. (Marcelo)

Para o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), uma instituição de educação superior socialmente responsável com a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior é aquela que:

- Identifica as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena;
- Estabelece metas e organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas;
- Pratica a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial;
- Reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica;
- Promove acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas aos professores, funcionários e à população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços.

Ao perguntarmos se tiveram alguma dificuldade para encontrar na cidade de Fortaleza e Região Metropolitana uma instituição de ensino superior que se adaptasse às suas necessidades e o motivo da escolha da FAC, a grande maioria respondeu que não procuraram a faculdade pela acessibilidade, sendo um dos fatores para escolha a sua localização, pois por ser situada em uma avenida de grande circulação de transporte coletivo e que mantinha uma ligação para regiões como os municípios Maracanaú e Redenção seu acesso era menos complicado. Grande parte informou que estava disposta a enfrentar questões de acessibilidade dentro da instituição, como diz o aluno Marcelo:

“Quando eu fui me inscrever no curso a procura foi mesmo sempre no melhor acesso principalmente visando o ir e vir... Eu sou muito assim, não fico esperando. Se não tiver eu vou e converso para que se adeque, sempre vou primeiro na conversa. Eu já tinha informações sobre o curso, mas nada sobre o prédio e outra foi o acesso no transporte.” (Marcelo)

Mesmo não constando nas perguntas relacionadas no roteiro de entrevista sobre seu primeiro contato com a faculdade, alguns estudantes sentiram-se à vontade para relatá-lo. Sobre o processo de inserção na faculdade desde o vestibular, destacaram que na inscrição já é solicitada a informação se possui alguma deficiência e se necessitarão de um suporte diferenciado. O aluno Ray Charles relatou o seguinte:

[...] eu sei que eu cheguei na faculdade e me pus né? Cheguei e disse: “olha, eu sou uma pessoa deficiente visual e quero prestar vestibular” eles perguntaram como eu queria e eu disse que queria com auxílio de um leitor e tive [...] (Ray)

Segundo o Art. 27. do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro, de 1999:

As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência também informa no artigo 43 sobre o processo seletivo dos candidatos nos cursos de nível superior oferecidos por instituições tanto públicas quanto privadas que deve ser garantido, dentre outras medidas, a adaptação de provas e, quando solicitado, deve haver um apoio

assistido, bem como provas em Braille, suporte de leitor, intérprete de libras e assim por diante, de acordo com a deficiência e a solicitação de cada pessoa.

Nesse ponto, segundo os estudantes e conforme nossa análise, a faculdade se colocou de forma acessível, atendendo às necessidades imediatas para a realização do vestibular, não encontrando entraves significativos que desmotivassem os sujeitos para o possível ingresso.

Quanto aos primeiros dias de aula, para a maioria, o primeiro semestre foi de adaptação e busca de adequação da faculdade as suas necessidades, tendo em vista que, por vezes, era falha em coisas mínimas, como, por exemplo, a comunicação da coordenação com os professores sobre a presença de estudante com deficiência na turma para que pudessem adaptar as metodologias antes do encontro com os estudantes. É interessante ressaltar as exceções, pois uma estudante elogiou o apoio ofertado da coordenação do curso a qual pertence, que deu aparato aos professores sobre sua presença. Outros estudantes relataram que:

[...] quando eu ingressei na FaC, confesso que muitas coisas tem porque eu fiz com que eles tivessem um pouco mais de acessibilidade, até porque eu sempre fui lá cobrar e é tudo imediatista, eles não se adequam de acordo com a norma de acessibilidade [...] O que tem aqui, só foi construído depois que eu cheguei, eu fui reclamar que a calçada não tinha rampa, eu quase caí uma vez quando tinha que atravessar na faixa de pedestre porque eu descia no outro lado[...] (Marcelo)

[...] meu primeiro semestre foi horrível, porque eu não conhecia a FaC, no segundo foi melhorzinho porque eu já conhecia um pouco mais, hoje já é tranquilo porque eu já tenho noção onde fica cada bloco, se a tua sala é no bloco c eu já sei que é lá fora e então eu vou pra lá só tenho que achar a sala mesmo, mas como eu já estou a muito tempo aqui na FaC, eu vou lá na coordenação e pergunto qual é minha sala se eu não sei onde é alguém vai sempre me deixar lá ou os meus colegas mesmo a gente se encontra ali na entrada e eles vão me deixar na sala então não foi problema não mais parte da minha iniciativa. (Stevie)

[...] sou eu quem faço toda a ideia, a coordenação até agora ainda não se manifestou pra chegar pro professor conversar com o professor e o professor já vir sabendo de alguma coisa. Todos os professores que chegaram até mim, eu me levanto e digo “professor, eu tenho a deficiência xy e estou precisando que o senhor ou senhora faça assim e assado comigo” e dessa forma eu consigo. E antes eu pergunto, “a coordenação passou alguma coisa?” “Não passou não”, então se a coordenação não passa eu vou lá e passo [...] (Ray)

Quando perguntamos se a escolha da Faculdade Cearense para a formação acadêmica estava ligada à acessibilidade, as respostas coletadas nas entrevistas se relacionaram à localização na cidade, como mencionado

anteriormente; por estar no caminho do trabalho e próximo à casa dos alunos; pelo tamanho da faculdade por ter um porte menor que facilita a locomoção e adaptação; indicação de amigos que também são PCD e que já conhecem a maneira como a faculdade trabalha e pelo curso ofertado, havendo elogios que atingiam suas expectativas. Os estudantes demonstraram estar acostumados a enfrentar a inacessibilidade dos ambientes por onde passam. Como diz o aluno Marcelo:

“[...] as pessoas tem medo de chegar em um lugar e não ser acessível e ser barrado, eu sou o contrário, eu quero ser barrado, o que faço é que eu deixe de ser barrado futuramente[...].” (Marcelo)

Para avaliarmos a acessibilidade física (barreiras arquitetônicas, tapete e placas em Braille – para pessoas com deficiência visual, banheiros, bebedouros etc.) perguntamos as/aos estudantes se a Faculdade Cearense possui acessibilidade adequada às suas necessidades. Vejamos suas colocações:

“A FAC... ela se adequa no imediato, quando alguém reclama, o nível é ruim porque você esperar acontece, alguém aparecer um problema pra você resolver, não tinha esperar alguém precisar do banheiro, não tinha que alguém ter cede pra beber agua no bebedor, o bebedor recentemente eu vi que afastaram um pouquinho então eu já tenho uma dificuldade maior, é tranquilo, alguns acessos são tranquilos, mas tem coisas que eu vejo que precisa melhorar, tem que ser adequados a norma que normalizam mesmo, já que a gente é muito pautado por lei já que tem muito essa balada de que tem que tá no papel, que quando tá na lei é mais garantido, mas que cumpram, não fique remendando, colocando um placa na porta daqui a 10, 8 meses eu coloco outro placa identificando que é para um deficiente visual, bota a metade de um piso tátil e o resto eu tenho que bater a bengala pra passar pelos outros eu espero não sei quanto tempo pra construir uma mesa, se toda sala tivesse um cadeirante, e ai, como iria fazer? Tinha vez que eu chegava e a mesa tava em outro canto porque a cadeirante da manhã tava em outra sala. Ai chamam uma pessoa qualquer que não tem noção de o que é uma mesa acessível para cadeirantes, sendo que existem formas... Quer dizer, você pode se informar, eles não tem interesse mesmo, não tem interesse nisso, eles querem que a PCD ou qualquer outra pessoa que tenha limitações na acessibilidade se enquadre nos padrões da sociedade. E é o que a gente faz, essa adaptação, essa inclusão esses termos bonitinho é o enquadramento da PCD, não é outra, eu vou enquadrar ela, eu vou trazer ela pra visão da sociedade, mas é no sentido disso, eu tenho que fazer ela produzir, vou ter que fazer com que ela não me dê só prejuízo, contribua, e a gente tem que ir pro outro lado que isso é enquadramento, é enquadramento mas que ele seja feito do jeito que ele vá dar liberdade para que as pessoas se expressem e possam ir e vir dependendo da sua limitação ou não, sendo deficiente ou não quando eu precisar dela ela tem que estar lá e não ser resolvida. (Marcelo)

[...] As acessibilidades que a FAC possui: ela possui o piso tátil que é ótimo, o piso tátil é interessante porque é sensível. A questão dos painéis, os painéis dos cursos eu não sei, eu não compreendi ainda, nas portas, eu acho que deveria ter em Braille também a descrição (se a sala é b9, b10...) e que o número delas fosse destacado, fosse maior, se tipo, se usam uma

fonte 16 que utilizassem uma fonte 20, não iria danificar na porta, mas seria assim digamos 30 centímetros pra poder destacar e algo que a porta da é branca, algo azul como da FAC mesmo essa azul cheguei. E assim eu não vejo muita coisa, já falaram muito assim a respeito dos banheiros. Assim, eu percebo que a questão do banheiro pro cadeirante né, eu não sei já fizeram mas eu não percebi e fora isso a questão da marcação dos degraus da escada que é justamente isso aquela marcação mais destacada aquele azul neon aquele vermelho que é isso que tá faltando pelo menos nesse campus aqui. (Ray)

A ABNT, na NBR 9050, dá diretrizes as IES de como toda a instituição deve estar corretamente adequada às necessidades das pessoas com deficiência, assegurando mobilidade, conforto, segurança, informação para estarem bem integrados, sem nenhum tipo de barreira que lhes cause impedimentos no cotidiano educacional.

A partir da fala dos estudantes e das observações realizadas, foram notáveis algumas inadequações, por exemplo, o piso tátil, caracterizado pela diferenciação da textura em relação a outro piso, destinado às pessoas com deficiência visual. Esse piso é utilizado como linha de alerta e guia, e desta forma, deveria estar na extensão de toda a faculdade, possibilitando, assim, uma mobilidade mais segura, porém o que encontramos é uma pequena extensão que se torna insuficiente para quem dela necessita.

Há também o piso cromo-diferenciado, caracterizado pela utilização de cor contrastante em relação às áreas adjacentes e destinado a constituir guia de balizamento ou complemento de informação visual ou tátil, perceptível por pessoas com deficiência visual. Esse tipo de sinalização nós não encontramos na instituição, demonstrando a necessária adequação sinalizada pelo estudante com baixa visão.

Outra sinalização feita pelos estudantes e também observada durante a pesquisa de campo foi a falta de placas em Braille nos espaços utilizados pelos estudantes, como as portas das salas de aula, o que dificulta a localização das salas nos primeiros dias de aula. A NRB 9050 diz que nas portas deve haver informação visual (número da sala, função etc.), de forma que venha orientar e facilitar a localização. Inclusive, devem estar adequadas às pessoas com baixa visão, ampliando a informação de identificação destacada nas portas.

O logradouro onde está localizada a FAC, por ser uma avenida de grande fluxo de carros e de passagem pedestres, deveria dispor de um sinal sonoro que orientasse a travessia dos estudantes com deficiência visual. O aluno Stevie citou a importância desse dispositivo sonoro, mas destacou que, além de sua instalação, há

a necessidade do respeito dos motoristas a esse sinal de trânsito. Contudo, segundo a NBR 9050, sinais de trânsito devem estar equipados com mecanismos que emitam um sinal sonoro entre 50 dBA e 60 dBA, intermitente e não estridente, ou outro mecanismo alternativo, que sirva de auxílio às pessoas com deficiência visual, quando o semáforo estiver aberto para os pedestres.

Em relação ao material didático utilizado pelos docentes (apostilas, aulas expositivas, provas), indagamos se estava de acordo com suas necessidades e, majoritariamente, os entrevistados relataram que não tiveram problemas com esses, pois expuseram que os professores enviam os *slides* por e-mail, havendo, na maioria das vezes, um bom diálogo com o docente quanto a isso. A reprografia disponibiliza gratuitamente as apostilas em PDF e as aplicações das provas seguem as necessidades dos estudantes.

Silva (2006) menciona que a instituição educacional deverá se preparar para acolher todos os alunos e, para isso, deve realizar uma ação conjunta em que seja promovida a adaptação de mobiliário e produção materiais didáticos pedagógicos de acordo com suas necessidades educacionais.

Ainda, quanto à metodologia adotada pelos docentes, que levam em consideração a acessibilidade, apenas uma estudante reclamou que o professor não via diferença e não se preocupava com a limitação dela. A aluna Terezinha não culpabiliza os docentes, entende que não há preparação dos profissionais, de uma maneira geral, para isso

“... na verdade é no improviso, eles elaboram na metodologia deles e tem tentado adaptar, mas tem sido bem menos complicado que no ensino médio...” (Terezinha).

Ao perguntarmos aos entrevistados se em algum momento no cotidiano acadêmico sentiram dificuldades no que se refere à acessibilidade dentro da Faculdade Cearense, todos sinalizaram que não, apesar de existirem fatos esporádicos que vivenciaram, mas que conseguiram driblar a situação, sem julgar como algo ofensivo à conduta de estudantes com direitos iguais.

Sobre as discussões e debates acadêmicos referentes à acessibilidade, promovidas pela Faculdade, majoritariamente, disseram que não existem. A aluna Terezinha refletiu

“Nunca vi... às vezes, dos estudantes de Serviço Social, mas sempre com uma coisa específica, mas na verdade não existe eu não sinto qualquer

iniciativa nesse sentido, não há uma discussão entre os professores pelo menos que eu presenciei ou participe, é mais no “vamos deixar acontecer naturalmente” eu não vejo essas discussões. Não há essas preocupações em publicizar isso, de conscientizar os alunos, os professores, os funcionários, realmente não existe e até que tenha um grande problema eles vão deixar como tem sido. Eu acho que a inclusão requer muitas ações que realmente podem ser implementadas com discussões acadêmicas seria uma possibilidade de acessibilizar mesmo, tanto a questão física quanto as nossas questões também, porque muitas pessoas não sabem como proceder, muitos estudantes não sabem como reagir, não sabem como “ajudar” (silêncio) e realmente não pode ser na base do achismo, existem práticas, existem técnicas meios que essa acessibilidade seja objetiva, e o meio acadêmico é um meio de descobertas de estudo de pesquisa de aprimoramento. Então é o meio ideal para que faça essa discussão... não só aquele curso que possui deficiente.” (Terezinha)

Ao final da entrevista, deixamos espaço reservado para que os sujeitos, se desejassem, fizessem suas considerações finais e apontassem seus desafios como alunos com deficiência de um curso no ensino superior. Os principais desafios relatados foram: conseguir concluir o curso, relacionando esse desafio a sua deficiência; conseguir conciliar trabalho, família e faculdade, não ligando isso a sua deficiência. Conforme posicionamento do aluno Stevie,

Foi mais a questão de mostrar para as pessoas que o deficiente não é incapaz, invalido, nem impotente você mostrar isso para as pessoas que você não é coitadinho, que você tem liberdade, que tem direito que precisa ser respeitado, suas limitações precisam ser respeitadas como qualquer outra pessoa. Os maiores desafios é mostrar que você é capaz, mas que você precisa do respeito delas. Porque ninguém faz nada sozinho nessa vida, o maior desafio é você mostrar que você é capaz e as pessoas entenderem que esse ser capaz é precisa do outro, ser capaz é construir junto, é mostrar que eu não tô no mundo a passeio, entendo essa relação do ser humano um com outro, que minha cadeira não é uma barreira entre um e outra, que você é uma pessoa acessível. Que você não é um bicho de sete cabeças. Mostrar pras pessoas que você faz parte dessa sociedade e está junto com elas. Dentro da FAC eu vejo muito falta de respeito de todos os cursos, falta de respeito de umas pessoas uma com outra. (Stevie)

A partir das falas dos estudantes com deficiência, podemos chegar à conclusão de que as condições de acessibilidade, no que tange às instalações arquitetônicas da Faculdade Cearense precisam ser reajustadas. Embora a acessibilidade seja um direito, ainda não foi plenamente efetivado.

Observamos que a acessibilidade é construída no cotidiano desses sujeitos, a partir de suas lutas, buscando enfrentar os mais variados obstáculos que surgem em seu dia-a-dia e que foram ditas nas entrevistas e nas entrelinhas de suas falas. As falas apontam para a necessidade de construir a acessibilidade de forma

coletiva, ouvindo suas necessidades, no diálogo, para que, assim, esse direito não se torne letra morta, ou seja, existe na teoria, mas não na prática.

Dar voz às pessoas com deficiência para que elas tragam um olhar refinado sobre essas questões é de extrema relevância; compreender que somente elas são capazes de avaliar e dizer o que está bom ou o que precisa ser melhorado é algo indispensável para que tenhamos acessibilidade nos mais diferentes espaços, incluindo a faculdade.

As mudanças só acontecem quando temos coragem e determinação para gerar transformação do que está silenciado. As lutas históricas possibilitaram às PCD estarem hoje no ensino superior, porém é perceptível que ainda há muitas batalhas a serem travadas, principalmente quando se tem na mala da perfeição social um tabu chamado preconceito. Este é um desafio que atinge raça, orientação sexual, gênero e pessoas com deficiência. A luta por uma sociedade igualitária é um desafio que deve ser travado todos os dias, até que não mais seja necessário lutarmos para sermos tratados igualmente como seres humanos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa investigação acadêmica possibilitou ampliar nossas reflexões acerca da inserção das pessoas com deficiência no ensino superior, apontando alguns dos desafios que se fazem presentes no cotidiano desses sujeitos.

A partir das pesquisas bibliográfica e documental realizadas, observamos que o número de pessoas com deficiência nas universidades e faculdades, sejam públicas ou particulares, está crescendo, conforme aponta o último censo do IBGE. Porém é possível observar uma grande maioria de PCD que ainda não conseguiram sequer adentrar no ensino fundamental, fato que nos deixa bastante inquieta sobre a questão.

Alguns entrevistados relataram como foi difícil enfrentar o ambiente escolar no ensino fundamental e médio, pois eram alvo de exclusão, *bullying* e preconceito. Hoje, estes se percebem como vencedores, por terem superado esse ambiente adverso em dada fase de suas vidas, mas que ainda não foi plenamente superado em outros espaços, dada, ainda, a luta pelas garantias de seus direitos, a exemplo do respeito às vagas para pessoas com deficiência no estacionamento, os motoristas que não respeitam as leis de trânsito, a burocracia que os submetem a ter que comprovar sua deficiência e que, por vezes, provoca desgaste físico e emocional para acessarem alguns de seus direitos.

Verificamos, também, que a Faculdade Cearense possui um número significativo de alunos que possuem alguma deficiência, tendo em vista que além dos 9 (nove) estudantes com deficiência física e visual, 6 (seis) com quem tive o prazer de entrevistar, existem outros identificados com novas deficiências, os quais necessitam da mesma atenção, respeitando as particularidades inerentes a cada um. Contudo, identificamos que a instituição precisa capacitar seu corpo técnico e docente a se preparar para recebê-los de forma 100% correta e eficiente, obedecendo aos parâmetros estipulados pela ABNT.

As reflexões críticas trazidas pelos entrevistados apontam para questionamentos quanto ao cumprimento das exigências dos órgãos públicos, a exemplo do MEC quanto à avaliação e fiscalização do cumprimento da acessibilidade pelas instituições públicas e privadas de ensino (não se restringindo apenas ao ensino superior) e diante disso, ao analisarmos que ainda temos um percentual pequeno (mas crescente) de pessoas com deficiência no ensino superior,

como expressa o censo 2010, refletimos que a garantia da acessibilidade desafia a todos nós. Assim, apontamos a necessidade de serem essas exigências cumpridas plenamente pelos governos, pelas instituições e pela sociedade, de forma a possibilitar garantia do direito à educação, prevista pela Constituição Federal.

Como exposto em toda a pesquisa, existem várias leis que asseguram os direitos das PCD, mas sua materialização se dá de forma precarizada e como salientado pelos entrevistados, acabam por ficar apenas no papel. Basta andarmos pelas ruas de nossa cidade para observarmos que não existe uma estrutura eficiente para as pessoas que possuem alguma deficiência, por exemplo, as que têm mobilidade reduzida. Se chegarmos a observar com mais atenção ainda, chegaremos à conclusão que o mínimo de acessibilidade acontece em locais como bancos, algumas praças, instituições privadas, bairros habitados por classe médio-alta, lugares de lazer que visam ao turismo, sendo por vezes apenas uma pseudo-acessibilidade.

As reflexões de estudantes entrevistados possibilitaram importantes reflexões sobre o tema, mas sentimos falta de percebê-los inseridos em um movimento que vá além dos espaços de enfrentamento particulares (faculdade, ambiente de trabalho), uma vez que a luta coletiva tende a ampliar conquistas mais do que um movimento isolado, individual.

Entendemos que essa construção coletiva a partir dos desafios desses sujeitos desafia toda a sociedade, embora consideremos que esses são campeões na superação do que é imposto por essa sociedade capitalista, que exclui e segrega o diferente, mas não isentam as resistências de militantes que lutam para barrar a exclusão social e desumana, tão característica desse sistema.

Outra questão de destaque observada nessa pesquisa diz respeito à comunicação, ou melhor, à falta de esclarecimento/entendimento da sociedade, de uma maneira geral, sobre as implementações de acessibilidade. Como exemplos, podemos mencionar as reflexões seguintes: de que serve um piso tátil, se muitas pessoas por desconhecê-lo acabam por obstruir o caminho, dificultando a pessoa com deficiência visual de percorrer todo o caminho de forma a não ter que ficar tropeçando ou até mesmo causando um desconforto por ficar esbarrando em outras pessoas ou objetos? Se a vaga no estacionamento é destinada a pessoas com deficiência, por que as pessoas ditas "normais" a utilizam, desrespeitando o direito desses cidadãos, sem refletir que aquela vaga não é apenas um espaço, mas sim

algo que facilitará a entrada e locomoção das PCD em um dado estabelecimento? Essas são questões mínimas para as quais não só as instituições de ensino superior precisam estar atentas, mas toda a sociedade, enxergando que essas medidas são necessárias e precisam ser respeitadas.

Com relação ao caminho trilhado para concretizarmos o presente trabalho, esse se constituiu de um desafio instigante e envolvente. Relatamos como dificuldade a escassez dos materiais sobre a temática, mesmo buscando informações em redes sociais, nas bibliotecas, nas livrarias, e verificamos que ainda é pequeno o número de produções acadêmicas sobre o tema. Porém, buscamos usufruir de tudo aquilo que encontramos, refletindo sobre as informações de forma crítica e atenciosa para não trazer informações incorretas ou de fontes questionáveis. Para o meu crescimento pessoal e profissional, essa produção tem valor imensurável, que levarei para o resto de minha vida.

Ressaltamos que a formação em Serviço Social propiciou o desenvolvimento mais crítico da realidade investigada, auxiliando o desenvolvimento investigativo de forma a proporcionar a elaboração de uma pesquisa qualificada e que atingisse os objetivos que a orientaram.

Também, destacamos que buscamos nortear essa pesquisa a partir das dimensões do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, orientada pelos princípios fundamentais, dentre os quais, a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e a consolidação da cidadania, que considera uma tarefa primordial de toda a sociedade, buscando garantir os direitos inerentes a todos no que tange aos direitos civis, sociais e políticos, além de nos posicionarmos em favor da equidade e da justiça social, garantindo que tenhamos acesso aos bens, serviços de programas e políticas sociais, além de lutar pela eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando discussões sobre as diferenças e respeito à diversidade.

Além disso, exponho o desejo de que outras pesquisas possam ser realizadas como desdobramento das informações aqui contidas e que esse trabalho acadêmico oxigene a reflexão da Faculdade Cearense a fim de propiciar melhorias em sua estrutura física e técnica, tornando-a mais acessível às pessoas com deficiência.

Desejamos, assim, que essa instituição possa ser modelo acessível a todos que utilizarem seus serviços e, por fim, que essas melhorias e garantias de

acessibilidade levem em consideração a voz dos sujeitos, reforçando a reflexão de que nada deve ser construído para a pessoa com deficiência sem a sua devida participação e colaboração.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Sonia Maria Dutra de. **Elementos para se pensar a educação dos indivíduos cegos no Brasil: a história do Instituto Benjamin Constant.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 9050: 1994. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos** /Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

ATIQUE, Manuele; ZAHER, Hugo. **Educação inclusiva no ensino superior: políticas públicas e acesso às pessoas portadoras de deficiência.** 2009. Disponível em: <[http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/hugo\\_zaher.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/hugo_zaher.pdf)> Acesso em: 24 nov. 2014.

BARBOSA, Adriana Silba; DUARTE, Ana Cristina Santos. **Educação Superior para pessoas com deficiência: com a palavra estudantes universitários da cidade de Jequité-Ba.** 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/viewFile/3283/3521>> Acesso em: 31 out. 2014.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do Ensino Superior Privado.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a assistente social comentado.** CORTEZ: São Paulo, 2012.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** 9ªEd. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica do Serviço Social, v. 2).

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1998.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)> Acesso em: 01 dez 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.691, de 19 de dezembro de 2000.** Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3691.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3691.htm)> Acesso em: 10 dez 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 24 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)> Acesso em: 25 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm)>. Acesso em: 15 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da pessoa com deficiência.** Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.escolacharlotte.com.br/data/2009/11/estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-2006.pdf>> Acesso em: 25 set 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 09 dez.2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm)> Acesso em: 26 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994.** Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8899.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8899.htm)>. Acesso em 10 dez 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm)> Acesso em: 26 nov 2014.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica nº385/2013.** Ementa: ACESSIBILIDADE. Dúvidas mais frequentes. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task)>. Acesso em: 25 nov. 2014

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <[www.sed.sc.gov.br/secretaria/legislacao/doc.../112-portaria-no-167999](http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/legislacao/doc.../112-portaria-no-167999)>. Acesso em: 02 dez 2014.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 298/MS, de 09/08/2001.** Instruir na forma do Anexo desta Portaria, o Atestado de Equipe Multiprofissional do Sistema Único de Saúde - SUS, a ser utilizado para a identificação das pessoas portadoras de deficiência. Disponível em: <<http://www.mp.ms.gov.br/portal/cao/padrao/exleg.php?id=371>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 27 nov 2014.

CARINHATO, Pedro Henrique. **Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil.** Aurora, Marília-SP, ano 2, n. 3, p. 37-46, dez. 2008.

CASTRO, Jary de Carvalho. **IR E VIR - Acessibilidade: compromisso de cada um.** Editora Gibim. Campo Grande/MS.2013.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; LIMA, Rosângela Novaes; MEDEIROS, Luciene. **Política de Expansão, Diversificação e Privatização da educação superior brasileira.** In: XII SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR, 2006, Campo Grande. XII SEMINÁRIO

COELHO, Sintia Said; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A Criação das Instituições de Ensino Superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL. 11.2009, Florianópolis. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/37012>>. Acesso em: 03 out. 2014.

COROVIL, Veronica Ribeiro da Silva. **A Acessibilidade de Portadores de deficiência no Ensino Superior. 2009.** Disponível em: <<https://www.inesul.edu.br/brinquedoteca/documentos/acessibilidade>> Acesso em: 15 nov. 2014.

COSTA, G. R. V.; MAIOR, I. M. M. L.; LIMA, N. M. **Acessibilidade no Brasil: uma visão histórica.** Disponível em: <[www.prodiam.sp.gov.br/.../midia/.../AcessibilidadeNoBrasilHistorico.pdf](http://www.prodiam.sp.gov.br/.../midia/.../AcessibilidadeNoBrasilHistorico.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2014.

COUTINHO, Johny Franklins Pereira; SILVA, Alba Lúgia de Almeida. **Analisando as condições de acessibilidade para usuários com deficiência física numa biblioteca universitária em João Pessoa.** 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/viewFile/14187/8094>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

CRESS. **Serviço Social: Uma profissão a serviço da cidadania.** Disponível em: <<http://cress-es.org.br/projetoetico.htm>>. Acesso em: 28 agosto 2014.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã: o ensino superior, da colônia à Era Vargas.** São Paulo: UNESP, 2007.

DEFICIÊNCIA, Viver sem Limite – **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência** / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). VIVER SEM LIMITE – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: SDH-PR/SNPD, 2013.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O ensino superior no Brasil: público e privado.** NUPES/USP: São Paulo, 2003.

FAC. Faculdade Cearense. Disponível em: <<http://www.faculdadescearenses.edu.br/apresentacao>>. Acesso em: 27 agosto 2014.

FACULDADES CEARENSES. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Faculdade Cearense.** Fortaleza: FaC, 2008.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade do Brasil: Um itinerário marcado de lutas.** UFRJ: Rio de Janeiro, 1999.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tarcia Regina da Silveira. **A educação de pessoas cegas no Brasil.** Avesso do Avesso, Araçatuba, v.5, n.5, p. 74-82. ago 2007. Disponível em: <[www.feata.edu.br/downloads/.../avessodoavesso/v5\\_artigo05\\_educacao](http://www.feata.edu.br/downloads/.../avessodoavesso/v5_artigo05_educacao)> Acesso em: 11 nov. 2014.

FREITAS, Amanda Campos. **Acessibilidade Atitudinal: Formação de profissionais no atendimento a pessoa com deficiência em espaços culturais.** RIO DE JANEIRO, 2014. DISPONIVEL EM: <<http://www.medicina.ufrj.br/acessibilidadecultural/sitenovo/wp-content/uploads/2014/07/Acessibilidade-Atitudinal.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2014.

FREITAS, Maria Nivalda de Carvalho. **A inserção de pessoa com deficiência em empresas brasileiras – um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho.** Belo Horizonte. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. Atlas: São Paulo, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed. Record: Rio de Janeiro, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISAS E ESTATÍSTICAS. **Censo Demográfico 2010**: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia/default\\_caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm)>. Acesso em: 20 out. 2014.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais INEP [on line]. Disponível em: <<http://www.ampesc.org.br/arquivos/download/1382550379.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2014.

LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LLIBRANTE, Janete. **A reforma da educação superior nos governos FHC e Lula e a formação para a cidadania**. Universidade Tuiuti do Paraná: Curitiba, 2008.

LOPES, Daniele Soares. **Entre o lar, o trabalho e a formação profissional**: reflexões sobre a tripla jornada de trabalho das estudantes de Serviço Social da Faculdade Cearense. FAC: Fortaleza, 2013.

MAGALHÃES, Rita de C.B.P. “**Ensino superior no Brasil e inclusão de alunos com deficiência**.” (org.) VALDÉZ, María Teresa Moreno. Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior no Brasil: Caminhos e desafios. Fortaleza: EDUECE, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa 1).

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. Acta Cirúrgica Brasileira vol. 17, São Paulo, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid)>. Acesso em: 22 out. 2012.

MEC. **Em 10 anos, número de matrículas de alunos com deficiência sobe 933,6%**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18124](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18124). Acesso em: 15 out. 2014.

MICHILES, Marcelo Matos. **O movimento estudantil de Serviço Social da Faculdade Cearense: são os gritos pela necessidade de não calar**. Faculdade Cearense: Fortaleza, 2014.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de capacitação de recursos humanos do Ensino fundamental. 2001**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def\\_visual\\_1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def_visual_1.pdf)> Acesso em: 11 nov. 2014.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Construindo a Cidade Acessível. Brasil Acessível: Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana. Brasília: SEMOB, 2006.

MOREJÓN, KIZZY. **O acesso e a acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superior público no Estado do Rio Grande do Sul.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/FFCLRP/USP, como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Ciências. Ribeirão Preto. 2009.

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. **Cartilha do Censo 2010 - Pessoas com Deficiência.** Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. **A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica.** Revista Urutágua, DCS/UEM: Minas Gerais, n° 24, p.132-146, 2011.

OLIVEN, Arabela Campos. **Histórico do Ensino Superior do Brasil.** IN. SOARES, Maria S. A. (Coord.). **A Educação Superior no Brasil.** CAPES, 2002.

PAULA, M. de F. de. **A Formação Universitária no Brasil: Concepções e Influências.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, P. 71-84, Mar. 2009.

PEE. Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais. **Pessoa com Deficiência: Aspectos Teóricos e Práticos.** Cascavel: Edunioeste, 2006.

PORTAL MEC. **Programa incluir.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495&id=12257&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=495&id=12257&option=com_content&view=article)>. Acesso em: 14 dez. 2014

QUARESMA, Silvia Jurema; BONI, Valdete. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2, nº 1, janeiro-julho/2005, p. 68-80, 2005.

RECC – Rede Estudantil Classista e Combativa. **O novo PNE: Plano Nacional da Educação 2011-2020.** Mais uma macropolítica neoliberal para a educação ou Rumo a uma educação privatizada voltada para o mercado. Rio de Janeiro, 2011.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. Acesso e permanência do aluno **com deficiência na instituição de ensino superior.** Revista “Educação Especial” v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>> Acesso em: 29 nov. 2014.

ROSA, Enio Rodrigues; DUTRA, Martinha Clarete. **Pessoas Cegas: trabalho, história, educação e organização no Brasil.** Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHO\\_S/E/Enio%20rodrigues%20da%20rosa.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHO_S/E/Enio%20rodrigues%20da%20rosa.pdf)> Acesso em: 09 nov. 2014.

SANTOS, A.P., & Cerqueira, E.A. (2009) **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes.** IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na

**América do Sul.** Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT14092013162802.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-1

\_\_\_\_\_. **Nada sobre nós, sem nós: Da integração a inclusão.** 2011. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>>. Acesso em: 24. Nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** In: VIVARTA, Veet (Org.). Mídia e Deficiência. Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância /Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165.

\_\_\_\_\_. **Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2.** Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 58, set./out. 2007, p.20-30.

SCHUNEMANN, Haller Elinar Stach. **A Educação Confessional Fundamentalista no Brasil Atual: Uma análise do sistema escolar da IASD.** REVER: São Paulo, 2008. P. 71 – 97.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS; SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Viver sem Limite- Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: <[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_enerico\\_imagens-filefield-description%5D\\_0.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_enerico_imagens-filefield-description%5D_0.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2014.

SILVA apud GARCIA, Vinicius Gaspar. **As pessoas com deficiência na história do mundo.** Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>>. Acesso em: 30 out. 2014.

SILVA, Lucilene Maria. **Qualquer maneira de ler vale a pena: sobre leituras, leitores e leitores cegos.** Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013.

SOARES, M. S. A. (coord.). **Educação superior no Brasil.** Brasília: MEC/Capes, Caracas: Unesco/lesalc e Porto Alegre: UFRS/IFCH/GEU, 2002, 304p.

SUA PEQUISA. COM. **Getúlio Vargas e a Era Vargas.** Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/vargas/>> . Acesso em: 13 set. 2014.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da ação nas áreas das necessidades educativas especiais. **In: Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade.** Salamanca, Espanha, 7-10 de Jun.1994.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. Disponível em: <[unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf)>. Acesso em: 03 de nov. 2014.

## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos ao/a Senhor/a a participar da pesquisa “**Nada sobre nós, sem nós: Percepções de alunos/as com deficiência visual ou física sobre acessibilidade em seu cotidiano educacional no ensino superior**”, sob a responsabilidade da pesquisadora **Aline Maria da Silva**, estudante do Curso de Serviço Social, que tem por objetivos conhecer e refletir sobre as percepções de estudantes com deficiência visual e física-motora acerca de seu cotidiano educacional no ensino superior”.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de uma entrevista, com roteiro de perguntas pré-definidas voltadas para seu cotidiano como pessoa com deficiência trazendo perguntas que aponte sobre acessibilidade e sua vida acadêmico na Faculdade Cearense. A entrevista será gravada se assim for permitida e terá duração aproximada de vinte a trinta minutos.

Os resultados desta pesquisa serão publicados nos meios científicos e em nenhum momento o/a Senhor/a será identificada/o. A/O Senhor/a não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar desta pesquisa.

Se depois de consentir em sua participação o/a Senhor/a pode desistir de continuar participando, pois tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Para qualquer outra informação, o/a Senhor/a poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço Rua Júlio Cesar, 2247, Bairro Montese e telefone de contato (85) 8892-7608.

Eu, \_\_\_\_\_, fui devidamente informada sobre o teor da pesquisa e a importância desta. Sendo assim concordo com minha participação, autorizando a pesquisadora a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte, assinando as duas vias de igual teor.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a participante

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora Responsável

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Idade
2. Sexo
3. Qual a sua deficiência? Fale um pouco.
4. Curso
5. Semestre
6. Turno
7. Em que ano que entrou na Graduação
8. Com quem você mora?
9. Você trabalha ou faz estágio? Se afirmativo, diga em que área
10. Qual o valor da sua renda familiar
11. Quem custeia seus estudos?
12. Tem algum financiamento estudantil? Qual?
13. É a sua primeira graduação? Se a sua resposta for NÃO, diga qual foi o outro curso cursado.
14. Que fatores motivaram seu ingresso no Ensino Superior. Relate como entrou na Faculdade.
15. Para você, o que é acessibilidade?
16. Você conhece alguma legislação que tenha referência com a acessibilidade? Se sim, qual/is?
17. Na sua percepção, o que é uma faculdade com acessibilidade para pessoas com deficiência?
18. Obteve alguma dificuldade em encontrar uma faculdade que se adaptasse as suas necessidades? Se sim, qual?
19. Fale um pouco sobre como é seu acesso até a faculdade (transporte, rota, tempo, dentre outros aspectos que julgar relevantes)
20. A escolha da Faculdade Cearense para sua formação acadêmica está ligada a acessibilidade? Fale um pouco...
21. A acessibilidade física (barreiras arquitetônicas, tapete e placas em braille – para pessoas com deficiência visual-, banheiros, bebedouros etc.) a partir de quando chega na Faculdade Cearense está adaptada as suas necessidades? Fale um pouco sobre.

22. Quanto ao material didático (apostilas, aulas expositivas, provas), estão de acordo com suas necessidades?
23. Na sua opinião, de maneira geral, as metodologias adotadas pelos docentes levam em consideração a acessibilidade?
24. Em algum momento de seu cotidiano acadêmico você sentiu dificuldades no que se refere a acessibilidade dentro da Faculdade Cearense?
25. Como você percebe as políticas públicas voltadas a garantia da acessibilidade da pessoa com deficiência (no contexto nacional e local)?
26. Qual o seu ponto de vista sobre as discussões e debates acadêmicos referentes a acessibilidade?
27. Aponte seu (s) principal (is) desafio como aluno com deficiência – estudante de um curso de Graduação.